



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Brasília – DF, 2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

REITORIA:

Veruska Ribeiro Machado

Reitora

Rosa Amélia Pereira da Silva

Pró-Reitora de Ensino

Mateus Gianni Fonseca

Diretor de Desenvolvimento de Ensino

Iva Fernandes da Silva Medeiros de Jesus

Coordenadora-Geral de Ensino

Gislaine Maia Nunes

Diretora de Políticas Estudantis

Jennifer de Carvalho Medeiros

Diretora de Educação a Distância

CAMPUS ESTRUTURAL:

Prof. Giano Luis Copetti

Diretor-Geral

Profª. Évelyn Helena Nunes Silva

Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão

Luidson Saraiva Souza

Diretor de Administração e Planejamento

Profª. Aline Auxiliadora Tireli Miranda

Coordenadora-Geral de Ensino

Vinícius Facó Ventura Vieira

Coordenador Pedagógico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Comissão de Elaboração do Plano de Curso:

(Portaria 96/2023 - DGES/RIFB/IFBRASILIA, de 25/09/2023, Portaria 46/2024 - DGES/RIFB/IFBRASILIA, de 11/04/2024 e Portaria 47/2024 - DGES/RIFB/IFBRASILIA, de 11/04/2024)

Maurilio Tiradentes Dutra (presidente)

Ana Carolina Regis Matos

Bruno Feres Bichara Peixoto

Giano Luis Copetti

Guilherme Lins de Magalhães

Lara Batista Coelho

Pedro Ferreira Alves de Oliveira

Victor Henrique Rodrigues de Borba

Dados de Identificação da Unidade Escolar:

CNPJ:	10.791.831/0001-82
Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
Nome Fantasia:	Instituto Federal de Brasília – IFB
Unidade:	<i>Campus</i> Estrutural
Esfera Administrativa:	Federal
Endereço:	Quadra 16, Área Especial 01, Cidade do Automóvel.
UF/CEP:	Cidade Estrutural– DF / 71255-545.
Telefone/Fax:	+55 (61) 2103 2160
Site Institucional:	http://www.ifb.edu.br
E-mail de contato da Unidade:	dg.cest@ifb.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Sumário

1. Quadro de identificação do curso	5
2. Apresentação	5
2.1. Histórico da Instituição.....	8
2.2. <i>Campus</i> Estrutural.....	9
2.3. Caracterização da região.....	11
2.4. Contexto Socioeconômico.....	12
3. Justificativa da Oferta	18
3.1. Introdução.....	18
3.2. Os Institutos Federais e o Curso de Educação Física.....	19
3.3. Articulação com os Eixos de oferta do <i>Campus</i> Estrutural.....	23
3.4. Estudo de Demanda.....	25
3.4.1. Procura de estudantes pelo curso.....	25
3.4.2. Demanda do mercado de trabalho e arranjo produtivo local.....	27
3.5. Consultas com a comunidade.....	29
4. Objetivos	33
4.1. Objetivo geral.....	33
4.2. Objetivos específicos.....	33
5. Requisitos e formas de acesso	33
6. Perfil profissional de conclusão	35
6.1. Aptidões.....	37
7. Organização curricular	41
7.1. Matriz curricular.....	53
7.1.1. Quadro-Resumo.....	62
7.2. Fluxograma.....	62
7.3. Ementário.....	63
7.4. Estágio profissional supervisionado.....	115
7.5. Trabalho de conclusão de curso.....	118



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

7.6. Pesquisa.....	120
7.7. Extensão.....	121
7.8. Atividades complementares.....	123
7.9. Fundamentação legal e metodológica para as atividades a distância.....	126
8. Critérios e procedimentos de aproveitamento de estudos e de reconhecimento de saberes.....	127
9. Critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem.....	130
10. Infraestrutura: instalações, equipamentos e biblioteca.....	133
10.1. Instalações.....	133
10.2. Equipamentos.....	134
10.3. Biblioteca.....	137
10.3.1. Acervo.....	138
10.4. Acessibilidade.....	141
10.5. Recursos a serem adquiridos e/ou atualizados.....	141
11. Corpo técnico e docente.....	142
12. Certificados e diplomas a serem emitidos.....	144
13. Acompanhamento dos egressos.....	144
14. Referências.....	145



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1 QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso	Licenciatura em Educação Física
Área e subárea	Ciências da Saúde - Educação Física
Titulação e Habilitação	Licenciado em Educação Física
Nível de Ensino	Graduação - Licenciatura
Carga horária total	3.200 horas-relógio; 3.840 horas aula
Duração da hora/aula	50 minutos
Atividades complementares	240 horas-relógio
Trabalho de conclusão de curso	40 horas-relógio
Estágio profissional supervisionado	640 horas-relógio
Forma de ingresso	Sisu (Enem) e Editais
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Por componente curricular
Prazos para a integralização do curso	Previsto: 8 semestres; Máximo: 16 semestres
Número de vagas (ingresso anual)	40
Turno(s) de funcionamento	Vespertino
Endereço do curso	SCIA, Quadra 16, Área Especial nº. 01, Cidade do Automóvel, CEP: 71250-000
Resolução autorizativa	

2 Apresentação

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, no inciso II do art. 217, a promoção prioritária do desporto educacional alcançando dessa forma a formação de docentes para atuarem como concretizadores e replicadores dos princípios constitucionais do esporte (BRASIL, 1988).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Nesta senda, a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - prevê no inciso IV do art. 27, a promoção do desporto educacional como mote para a educação básica nacional e por consequência para a educação profissional e tecnológica, mormente sua integração com o ensino superior (BRASIL, 1996).

Assim, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, previstos na Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), são considerados instituições de educação superior, básica e profissional. Dentre seus objetivos, os IF's devem oferecer educação profissional, educação básica integrada ao ensino profissional e educação superior. Nesta última é que se insere a função de formar e capacitar professores.

De forma a assegurar essa política, em seu art. 7º, a Lei nº 11.892/2008 define que os IF's devem ofertar "cursos de licenciatura", bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional". Ademais, no art. 8º da mesma Lei é exposto que todos os IF's devem garantir o mínimo de 20% de suas vagas para cursos voltados para a formação de professores (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) tem por missão ofertar cursos de formação e qualificação de profissionais-cidadãos, nos diversos setores da economia e em diferentes níveis e modalidades, com vistas ao desenvolvimento local, regional e nacional. Tem também como função social promover formação integral, pautada na construção da autonomia, na política de inclusão e no respeito à diversidade, a fim de valorizar o compartilhamento de conhecimentos científico-culturais, a compreensão das dinâmicas produtivas do trabalho e a percepção humanística do cotidiano.

Dessa forma, a oferta do Curso de Licenciatura em Educação Física é uma importante ação do IFB - *Campus Estrutural* - que atende à demanda da comunidade local e que forma professores com competência, habilidades, conhecimentos e atitudes para atuarem na Educação Básica. A citada Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

da Educação Nacional definiu, no Artigo 26, parágrafo 3º, que “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica...” (BRASIL, 1996).

Assim, a formação de professores de Educação Física busca prover a sociedade com docentes que, por definição e orientação constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (Resolução CNE/CP nº 6, de dezembro de 2018), sejam capazes de contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana, cultura do movimento corporal e atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito do Ensino Básico (BRASIL, 2018).

Para tanto, é necessária a criação de alternativas que superem a fragmentação dos conhecimentos e tornem o trato com o saber um desafio interessante e envolvente para os estudantes. Nesta perspectiva, este Plano de Curso, em consonância com orientações da Resolução 19/2022 – CS/RIFB/IFBRASÍLIA, que regulamenta a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação do IFB (BRASIL, 2022), contém os elementos necessários para a formalização e disciplinamento do curso superior de Licenciatura em Educação Física no *Campus* Estrutural, organizado em quatro anos, com carga horária total de 3.200 horas, possibilitando a oferta de educação superior de qualidade, bem como atendimento aos arranjos produtivos locais.

Importante compromisso do curso de licenciatura em Educação Física que se pretende ofertar será seu esforço em assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação, conforme previsto no art. 28 e incisos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, *in verbis*:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - **Sistema educacional inclusivo em todos os níveis** e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, **visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade** que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - **projeto pedagógico** que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; (grifos nossos).

Nesse contexto, vale lembrar que dentre os princípios fundamentais da Lei nº 14.597/2023 - Lei Geral do Esporte - está a promoção da educação, haja vista que o esporte é considerado como de alto interesse social (BRASIL, 2023a). Registre-se, ainda, a instituição do dia Nacional do Desporto Escolar, endereçado na Lei nº 14.579/2023, com o mister de imprimir, a nível nacional, a importância singular da promoção da educação desportiva no ambiente escolar (BRASIL, 2023b).

2.1 Histórico da Instituição

A implementação do IFB se associa à história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que remonta a 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices e uma sucessão de mudanças que ocorreram ao longo de mais de um século. Em 1941, as Escolas de Aprendizes e Artífices passam a ser chamadas de Liceu Industrial e, no mesmo ano, de Escolas Industriais ou Escolas Técnicas. Entre 1959 e 1965, recebem a denominação de Escolas Industriais Federais. Em 1968, tornam-se Escolas Técnicas Federais (ETF), todavia, entre 1978 e 2001, são transformadas em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

No Distrito Federal (DF), a educação profissional origina-se no final da década de 1950, com a criação da Escola Agrotécnica de Brasília (EAF), em Planaltina, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, tendo como objetivo ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola.

A Escola de Planaltina foi criada em 17 de fevereiro de 1959, pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, e inaugurada em 21 de abril de 1962. Por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

meio do Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967, determinou-se a passagem das Escolas Agrícolas do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e da Cultura (BRASIL, 1967). Com a extinção da Escola Didática do ensino agrário, os colégios de aplicação voltaram a ter a denominação anterior de Colégio Agrícola de Brasília.

O Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do DF, por meio do Decreto Nº 82.711, de 24 de novembro de 1978, celebrado entre a então Fundação Educacional do DF (FEDF) e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Colégio Agrícola (BRASIL, 1978). A partir da Portaria Nº 129, de 18 de julho de 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília (CEP/CAB), com a finalidade de qualificação e requalificação profissional nos Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica (DISTRITO FEDERAL, 2000). A transformação do CEP/CAB em Escola Técnica Federal de Brasília se deu em 25 de outubro de 2007, pela Lei Nº 11.534, tornando-a a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da ETF/BSB (BRASIL, 2007).

Em 29 de dezembro de 2008, em razão do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, na implantação de um novo modelo de instituição de educação profissional, é criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), por intermédio da Lei nº 11.892, como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (BRASIL, 2008).

Em razão da visão estratégica do IFB, de fazer a Educação Profissional e Tecnológica alcançar mais capilaridade no DF, a expansão para outras Regiões Administrativas (RA's) foi passo natural, levando-se em consideração o significativo contingente populacional, o baixo índice de desenvolvimento socioeconômico e a abrangência do IFB nas RA's do DF. Nesse sentido, em setembro de 2011, iniciou-se o processo de implantação do *Campus Estrutural*.

2.2 *Campus Estrutural*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Dando andamento ao plano de expansão da Rede Federal de Educação, o IFB cria novos *campi*, entre eles o *campus* Estrutural, com a finalidade de atender aos diversos níveis e modalidades da educação, possibilitando o desenvolvimento integral do discente, de forma ágil e eficaz, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Tendo começado a oferta de cursos na Cidade Estrutural em 2010, ainda em espaço provisório, foi a partir do primeiro semestre de 2012, em convênio com o governo do DF, que cedeu parte das instalações do CREAS (Centro de Referência e Assistência Social) da Cidade Estrutural e algumas salas de aula da Escola Classe 02, vizinha ao CREAS, foram iniciados os trabalhos no *campus* Estrutural mediante a oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) na área de Gestão. No segundo semestre de 2012, iniciaram-se os cursos de FIC nas áreas de Gestão, Informática e Línguas.

Considerando a crescente carência de mão de obra especializada nas diversas áreas do conhecimento, a carência de professores para atuação na educação básica, a necessidade de continuar promovendo a educação profissional de qualidade nos diversos níveis, bem como a necessidade de proporcionar o desenvolvimento das regiões atendidas pelo *campus* Estrutural, a instalação do IFB representa um marco porque centra suas discussões em torno das competências e habilidades dos futuros profissionais e professores a serem formados.

Em 2013 foram iniciadas as obras de construção do *campus* definitivo, hoje localizado na SCIA, Quadra 16, Área Especial nº. 01, Cidade do Automóvel, CEP: 71250-000. Atualmente, o *campus* tem à disposição de seu público os seguintes cursos regulares:

- Técnico em Manutenção Automotiva integrado ao ensino médio,
- Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio,
- Técnico em Manutenção Automotiva na modalidade subsequente,
- Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio – modalidade ProEJA,
- Licenciatura em Matemática e
- Pós-graduação (especialização) em Matemática, Educação e Tecnologias.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Há ainda a opção dos cursos FIC: Informática, auxiliar administrativo, espanhol, inglês e libras. O IFB *Campus* Estrutural, ao passo que oferta seus cursos, objetiva atuar em favor do desenvolvimento local e regional, na perspectiva da construção da cidadania, conforme preconizam as finalidades dos IF's. Tem a missão de oferecer ensino, pesquisa e extensão por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável.

Com uma visão futurística, trabalha para ser reconhecido como instituição pública federal de excelência e reconhece a educação como um bem público e de qualidade, que possui ainda os seguintes valores: formação crítica, gestão democrática e participativa, respeito à diversidade, inovação, empreendedorismo e cooperativismo, desenvolvimento sustentável e otimização dos recursos públicos.



Visão panorâmica atual, *campus* Estrutural.

Fonte: <https://www.ifb.edu.br/campus-estrutural/sobre-o-campus>

2.3 Caracterização da Região

No início da década de 90, a Vila Estrutural, conhecida popularmente como Cidade Estrutural, que trataremos em todo esse texto apenas como “Estrutural”, era considerada uma invasão de catadores de lixo próxima ao aterro sanitário do DF e contava com pouco menos de 100 domicílios. Recebeu esse nome em função da proximidade com a rodovia DF-095 (Estrada Parque Ceilândia), que interliga Cruzeiro a Taguatinga. Esse território

11



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

pertencia oficialmente à Região Administrativa do Guará, desde 25 de outubro de 1989, por meio do Decreto 11.921, que fixou limites para as RA's do DF (DISTRITO FEDERAL, 1989).

Com a intenção de remover a invasão para outro local, várias ações foram realizadas. No entanto, houve uma luta histórica da população local para que o Estado reconhecesse sua condição de Região Administrativa e passasse a garantir mais efetivamente o direito aos lotes e o acesso a outros direitos sociais. A invasão, então, foi transformada na Vila Estrutural, pertencente à Região Administrativa do Guará.

Em janeiro de 2004, o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), até então chamado de SIA, também um território da Região Administrativa X - Guará, foi transformado na Região Administrativa XXV, Lei nº 3.315, tendo a Vila Estrutural como sua sede urbana, incluindo o setor de concessionárias conhecido como Cidade do Automóvel (DISTRITO FEDERAL, 2004).

Finalmente, em 24 de janeiro de 2006, a Lei Complementar nº 715 tornou a Vila Estrutural em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS (DISTRITO FEDERAL, 2006). Por meio dessa lei, a Vila Estrutural passou a ser objeto de regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas, levando-se em consideração a situação socioeconômica da população e as restrições ambientais indicadas pelos estudos pertinentes, além da remoção de edificações construídas em áreas consideradas de risco ambiental.

2.4 Contexto Socioeconômico

A Estrutural é uma região relativamente nova se comparada a outras RA's do DF, mas sua recente história foi marcada pela luta em busca de fixação e identidade. Por meio da Lei Complementar nº 530, de janeiro de 2002, o governo normatiza o parcelamento do solo e garante a alienação dos lotes existentes aos ocupantes há mais de 5 anos, com prioridade para os filhos de Brasília e as famílias constituídas (DISTRITO FEDERAL, 2002).

Em 2008, o Programa Brasília Sustentável, financiado pelo Banco Mundial (Bird), teve como foco assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, em especial, da Estrutural, mediante obras de infraestrutura como saneamento, pavimentação, regularização fundiária e implantação de equipamentos públicos (como escolas, posto

12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

policial e de saúde). Neste contexto histórico, a Estrutural alcançou avanços no que se refere à infraestrutura da região. Entretanto, os avanços alcançados na infraestrutura da cidade não foram acompanhados por progressos significativos no contexto social, pois a população da região ainda apresenta escolaridade e renda domiciliar *per capita* baixas, bem como pouco ou nenhum acesso à cultura e lazer.

Para ajudar a compreender a complexidade do cenário socioeconômico da Estrutural, foram analisados os resultados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD (2021), realizada pela CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal), a cada 2 anos nas 33 RA's do DF (em 7 de dezembro de 2022 foram criadas mais duas RA's, e o próximo PDAD contará com 35 RA's). A pesquisa possibilita conhecer a situação socioeconômica, demográfica e residencial dos moradores de áreas urbanas do DF e os resultados servem para balizar o planejamento de ações do governo, bem como de setores da sociedade civil como os movimentos sociais, sindicatos e empresariado (DISTRITO FEDERAL, 2022).

A análise dos resultados dessa pesquisa revela que, nos últimos anos, a região adquiriu certa infraestrutura urbana. Diferente do cenário de invasão, a maioria de suas construções é de alvenaria, possuem banheiro privativo e dois ou mais dormitórios, o que inclusive são critérios para classificar o padrão de habitabilidade de uma localidade. O atendimento a serviços públicos de infraestrutura urbana também está entre os vários fatores relevantes para se avaliar as condições de habitabilidade de uma região. Apesar de a região ainda apresentar problemas significativos no que se refere a rede pluvial, a PDAD 2021 revelou que os serviços de infraestrutura domiciliar na estrutural estão próximos à universalização, conforme se observa na figura 1.

Ainda segundo dados da Codeplan, a Região Administrativa SCIA - XXV, tendo a Cidade Estrutural como sua sede urbana, tem uma população estimada de 37.527 pessoas, sendo 50,7% do sexo de nascimento masculino. A idade média era de 27,5 anos. A pirâmide etária apresentada na figura 2 traz a distribuição da população por faixas de idade e por sexo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

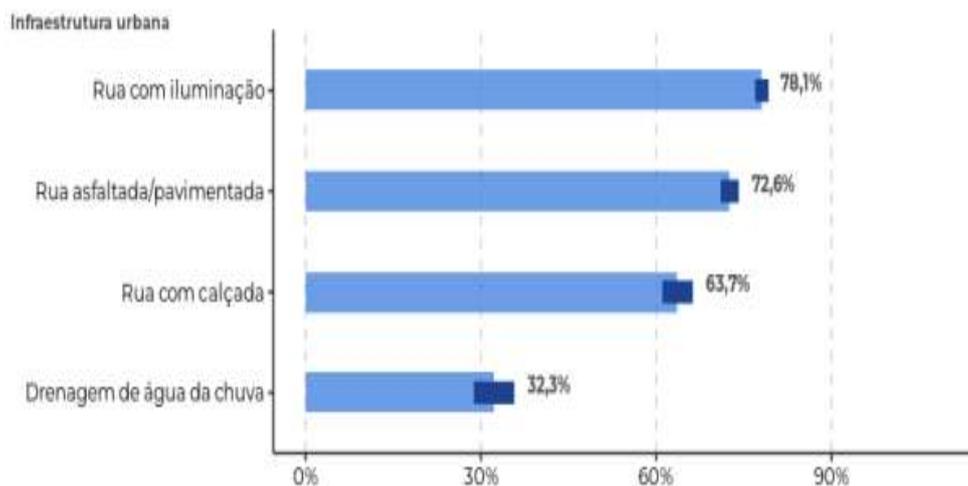


Figura 1. Resumo referente à infraestrutura da Região Administrativa SCIA/Estrutural. Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio – SCIA < <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/SCIA-2021.pdf> > Acesso em 25/11/2023.

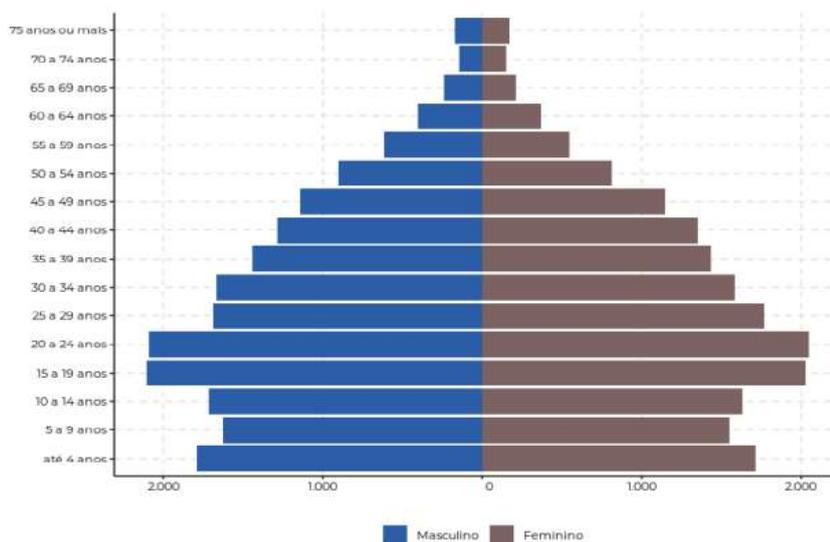


Figura 2. Pirâmide Etária de população Região Administrativa SCIA/Estrutural em relação à faixa etária. Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio – SCIA < <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/SCIA-2021.pdf> > Acesso em 25 de novembro de 2023.

Conforme a figura 2, uma grande parcela da população está em idade economicamente ativa, enquanto a parcela de idosos é baixa.

No que diz respeito à raça/cor da pele, verificou-se que a resposta mais comum foi parda (61,2% dos moradores). Sobre o estado civil, 47,7% da população com 14 anos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

idade ou mais se declararam solteiros. Deste modo, ações afirmativas – políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados ou vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente – junto à comunidade da Estrutural, como cotas educacionais específicas para pardos e/ou negros, são importantes para promover o acesso à igualdade de oportunidades deste grupo historicamente marginalizado, aumentando sua participação no acesso à educação e a direitos básicos de cidadania.

No tocante à ocupação dos moradores, observa-se que entre as pessoas com 14 anos ou mais, também conhecida como população em idade ativa (PIA), 55,8% estavam economicamente ativas, isto é, ocupadas ou desocupadas (15.714 pessoas). Tendo como referência o período dos últimos 30 dias, a população desocupada compreendeu 13,4% dessa mesma faixa etária (2.106 pessoas). Da parcela da população entre 18 e 29 anos, 40,8%, não estuda e nem trabalha (3.856 jovens). Para os ocupados, 38,9% dos respondentes informaram trabalhar em “Outros Serviços”. A Região Administrativa onde a maioria dos respondentes declarou exercer seu trabalho principal foi SCIA, 43,2%.

Finalmente, a posição na ocupação mais comum foi “empregado no setor privado” (exceto doméstico), para 52,2% dos entrevistados. Em média, os trabalhadores estavam há 5,2 anos na ocupação principal e trabalhavam 39,9 horas por semana. Sobre os trabalhadores do setor público, a principal área de atuação era estadual/distrital (69,3%), e era carteira de trabalho (CLT, 53,1%). Sobre a formalização dos assalariados privados, 73% informaram ter carteira de trabalho assinada pelo atual empregador. Sobre a cobertura da previdência social pública (INSS), 74,9% dos assalariados privados declararam fazer contribuição.

A renda familiar e a renda *per capita* na Cidade Estrutural são indicadores importantes para análise da situação socioeconômica da região. Segundo o estudo da Codeplan, o baixo nível de escolaridade da região reflete diretamente no rendimento médio da população. No que diz respeito à remuneração de trabalho principal, o valor médio observado foi de R\$ 1.385,31. Já a renda domiciliar estimada foi de R\$ 2.014,00, que resulta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

em um valor médio por pessoa de R\$695,40. Na Cidade Estrutural, mais de 60% da população tem renda familiar inferior a 2 salários-mínimos. Portanto, o maior problema da região não é a desigualdade social, mas sim, o fato de que a maioria da sua população se encontra em condições mínimas de sobrevivência.

Portanto, o maior desafio do IFB, *Campus Estrutural*, é oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável da região. Sobre a escolaridade, 93,5% dos moradores com seis anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever. Para as pessoas entre 4 e 24 anos, 61% reportaram frequentar escola pública. Considerando-se os estudantes de todas as idades, a modalidade predominante era presencial, para 90,2% dos respondentes, e o turno predominante era matutino (49,8%).

Entre aqueles que frequentavam alguma unidade de ensino, 63,8% estudavam na RA SCIA/Estrutural e o principal meio de transporte declarado foi a pé, para 42,4% dos respondentes, sendo que o tempo gasto para chegar à escola mais reportado foi de até 15 minutos (57,1% dos estudantes). Por fim, no que diz respeito à escolaridade das pessoas com 25 anos ou mais, 31,4% declararam ter o ensino fundamental incompleto e 29,8% da população tem o ensino médio completo, mas há ainda 9,8% sem escolaridades. Embora nos últimos anos tenha aumentado o número de escolas na região, percebe-se que os níveis de escolarização ainda são muito baixos.

No que se refere ao ensino superior, apesar do crescimento do acesso a esse nível de ensino, apenas 4,6% têm o ensino superior completo na população com 25 anos ou mais, 2,1% têm o superior incompleto e não há registros de pós-graduados na região, conforme apresentado na figura 3. Assim, quase a totalidade dos estudantes da região depende da educação pública e de qualidade para a superação da estagnação social em que vivem. Além disso, é considerável o número de pessoas que precisam se deslocar para outras regiões administrativas para estudar: cerca de 63,8% dos estudantes estão matriculados na Estrutural, enquanto os demais se distribuem principalmente pelo Guará, Cruzeiro e Plano Piloto: 20,4%, 4,3% e 3,9%, respectivamente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

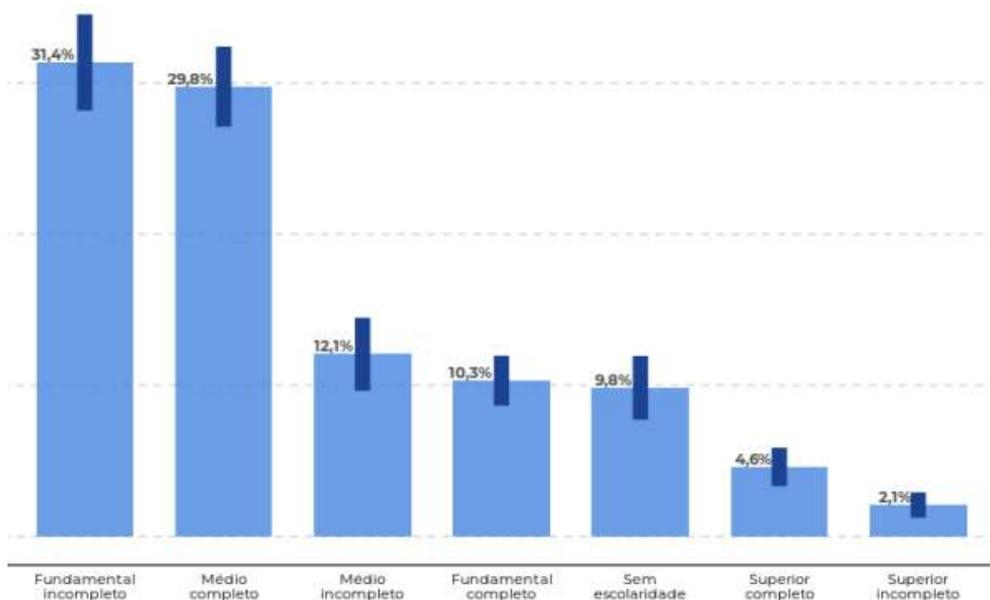


Figura 3. Escolaridade da população com 25 anos ou mais, SCIA/Estrutural, Distrito Federal, 2021. Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílio – SCIA < <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/SCIA-2021.pdf> > Acesso em 25 de novembro de 2023.

Diante deste cenário, é importante desenvolver a socialização e enriquecer a vida acadêmica e profissional das pessoas da região. O IFB, *Campus* Estrutural, pode contribuir para proporcionar a essa comunidade o acesso a cursos de todos os níveis.

No tocante à infraestrutura pública nas proximidades dos domicílios, 18,3% responderam que havia ruas arborizadas, 26% responderam que havia jardins e parques, 52,6% responderam que existia praça, 25,3% informaram a existência de espaços culturais públicos, 38,5% relataram existir travessia sinalizada para pedestres (como faixas de pedestre, passarela, passagem subterrânea ou semáforo) e 74,5% disseram existir ponto de ônibus. A abertura do espaço da Biblioteca do *Campus* Estrutural, tanto para alunos quanto para a comunidade externa, além das visitas técnicas de acesso à cultura como concertos e exposições, poderá proporcionar maior inclusão cultural a essa comunidade.

Segundo a pesquisa da Codeplan, 53,8% dos entrevistados informaram que existiam academias comunitárias (também conhecidos como PEC – Ponto de Encontro Comunitário), 57,9% relataram a existência de quadras esportivas e 30,4% afirmaram haver



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ciclovias/ciclofaixas nas proximidades dos domicílios. Ademais, a RA conta com um Centro Olímpico e Paralímpico da Estrutural, que oferece aulas em diversas modalidades esportivas, além de modalidades de ensino especial, como estimulação básica, essencial e global e outras modalidades esportivas adaptadas a pessoas com deficiência – PCDs.

Tais informações são relevantes pois a infraestrutura de esporte e lazer da comunidade pode contribuir para a disseminação de práticas e atividades relacionadas à formação superior de licenciatura em Educação Física pelo IFB, *campus* Estrutural. Ainda, atrás do Centro Olímpico, está a Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE – da Vila Estrutural, que é uma unidade de conservação de uso sustentável e anteriormente era parque urbano com acesso ao público.

3 JUSTIFICATIVA DA OFERTA

3.1 Introdução

A profissão docente hoje, diante da complexidade da tarefa educativa, assume desafios que vão muito além da mera transmissão de conhecimentos. Ela contribui com as várias perspectivas que envolvem a educação, como ética, comportamento e emoção, e ao mesmo tempo influencia questões como motivação para a transformação da realidade e luta contra a exclusão social. Nesse sentido, os docentes atuais precisam assumir novas competências, especialmente com foco na formação profissional e nas inovações. O professor precisa receber um embasamento técnico e específico, indispensável à sua formação, além de um sólido conhecimento e domínio conceitual, que o torne capaz de ajudar seus alunos a serem agentes de formação e transformação.

No contexto da formação de professores, insere-se a formação de docentes de Educação Física, área que no Brasil foi influenciada por diversas correntes de pensamento, as quais criaram várias concepções pedagógicas como: higienismo, militarismo, esportivismo, recreacionismo, psicomotricidade, desenvolvimentista, construtivista, crítica (superadora e emancipatória), saúde renovada e cultura corporal do movimento (Darido e Rangel, 2011). Essa última foi consolidada com a criação dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) na forma de conteúdos para a Educação Física escolar, a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

saber: jogos, esportes, lutas, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas e conhecimento sobre o corpo (BRASIL, 1997).

A Educação Física, enquanto área de conhecimento, passou por reformas educacionais, implicando em reestruturações curriculares e conceituais, sofrendo influência política, social, ambiental e tecnológica. Toda essa transformação influenciou o processo de formação profissional das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, pois estas têm a obrigação de considerar todos esses aspectos em seus currículos, repercutindo diretamente no perfil do profissional que querem formar (Martins, 2015).

Objetivamente, Educação Física é a área profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, sendo distribuída em diferentes manifestações e áreas de atuação (ginásticas, danças, jogos, esportes, lutas). É uma profissão de reconhecida importância social, que vem conquistando seu espaço como uma área da saúde e da educação ao longo dos anos, cujos resultados de suas práticas estão cada vez mais subsidiados pelos avanços científicos e tecnológicos (Martins, 2015).

Cabe destacar, por exemplo, o reconhecimento conferido à Educação Física pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) com a publicação da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte (UNESCO, 2015), que, dentre tantos aspectos importantes, coloca o desenvolvimento da Educação Física e do Esporte a serviço do progresso humano.

Por fim, a Educação Física está inserida no contexto educacional brasileiro como componente curricular obrigatório da educação básica, conforme a lei nº 9394/96, Artigo 26, parágrafo 3º (BRASIL, 1996). Dessa forma, o professor de Educação Física é responsável pelo planejamento, organização e desenvolvimento de atividades relacionadas às manifestações da cultura corporal de movimento e à promoção da saúde na escola.

3.2 Os Institutos Federais e o Curso de Educação Física

Conforme mencionado na apresentação do presente plano de curso, os IF's são considerados instituições de educação superior, básica e profissional. Na educação superior, insere-se a função institucional de formar professores, inclusive com reserva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

percentual de vagas para cursos de Licenciatura, conforme os já citados Artigos 7º e 8º da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

Diante disso, entende-se que o curso de Licenciatura em Educação Física se enquadra nas prerrogativas legais estabelecidas pela Lei nº 11.892/2008 no que tange aos artigos 7º e 8º. A propósito, no Brasil, segundo informações da Plataforma Nilo Peçanha em 2023, doze IF's em quinze *campi* distintos localizados nas regiões norte, nordeste, sudeste e centro-oeste ofertam o curso de Licenciatura em Educação Física. Os cursos são ofertados pelas seguintes instituições e *campi*:

- Instituto Federal da Bahia (IFBA) - *Campus Ilhéus* – BA;
- Instituto Federal de Roraima (IFRR) - *Campus Boa Vista* – RR;
- Instituto Federal do Ceará (IFCE) - *Campus Canindé, Campus Juazeiro do Norte e Campus Limoeiro do Norte* – CE;
- Instituto Federal do Paraná (IFPR) - *Campus Palmas* – PR;
- Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE MG) - *Campus Barbacena e Campus Rio Pomba* – MG;
- Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - *Campus Muzambinho* – MG;
- Instituto Federal do Tocantins (IFTO) - *Campus Palmas* – TO;
- Instituto Federal Fluminense (IFF) - *Campus Campos dos Goytacazes* – RJ;
- Instituto Federal Goiano - *Campus Urutaí* – GO.
- Instituto Federal da Paraíba - *Campus Sousa* – PB
- Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - *Campus Bambuí* – MG.
- Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) - *Campus Cuiabá* – MT.

Nota-se que Minas Gerais e Ceará são os estados que mais possuem cursos de Educação Física. Ademais, todas as regiões possuem pelo menos um curso de Educação Física. No entanto, até 2020, a região Centro-Oeste não ofertava nenhum. O IF Goiano, *Campus Urutaí*, a cerca de 250 km de Brasília, recentemente abriu a sua primeira turma de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Educação Física. O IF de Mato Grosso, em Cuiabá, cerca de 1070 km distante de Brasília, é outro curso de Educação Física da Rede Federal na região Centro-Oeste.

Contudo, o IFB ainda não oferta o curso e, no DF, a população conta apenas com a Universidade de Brasília (UnB) com tal oferta. Atualmente, a oferta do IFB é de 13 cursos de licenciatura, os quais pertencem a diversas áreas do conhecimento, sendo a Educação Física um dos únicos cursos da área propedêutica ainda não ofertados, conforme tabela 1.

Tabela 1. Cursos Superiores de Licenciatura atualmente ofertados pelo IFB.

Curso	Campus	Área*
Biologia	Planaltina	Ciências Biológicas
Computação	Taguatinga	Ciências Exatas e da Terra
Dança	Brasília	Linguística, Letras e Artes
Educação Profissional	Samambaia	Ciências Humanas
Física	Taguatinga	Ciências Exatas e da Terra
Geografia	Riacho Fundo	Ciências Humanas
Letras – Língua Espanhola	Ceilândia	Linguística, Letras e Artes
Segunda Licenciatura em Letras - Português	Ceilândia	Linguística, Letras e Artes
Letras – Língua Portuguesa	São Sebastião	Linguística, Letras e Artes
Letras - Língua Inglesa	Riacho Fundo	Linguística, Letras e Artes
Matemática	Estrutural	Ciências Exatas e da Terra
Pedagogia	São Sebastião	Ciências Humanas
Química	Gama	Ciências Exatas e da Terra

* De acordo com as áreas de avaliação da Capes. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

Digno de nota, em consulta à Plataforma Nilo Peçanha em 2023 e 2024, observa-se que no conjunto dos cursos de Educação Física ofertados na Rede Federal, o curso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

apresenta indicadores de eficiência acadêmica superiores aos apresentados hoje pelo conjunto de licenciaturas ofertadas no IFB e na Rede Federal, bem como ao conjunto de cursos ofertado pelo campus Estrutural, conforme apresentado na Figura 4.

Observa-se na figura que, na média dos últimos seis anos (2017 a 2022), o desempenho do curso de Licenciatura em Educação Física na Rede Federal, demonstrado pelo índice de eficiência acadêmica, é aproximadamente o dobro do apresentado pelo conjunto de licenciaturas do IFB e da Rede, e pelo conjunto de cursos do *campus* Estrutural.

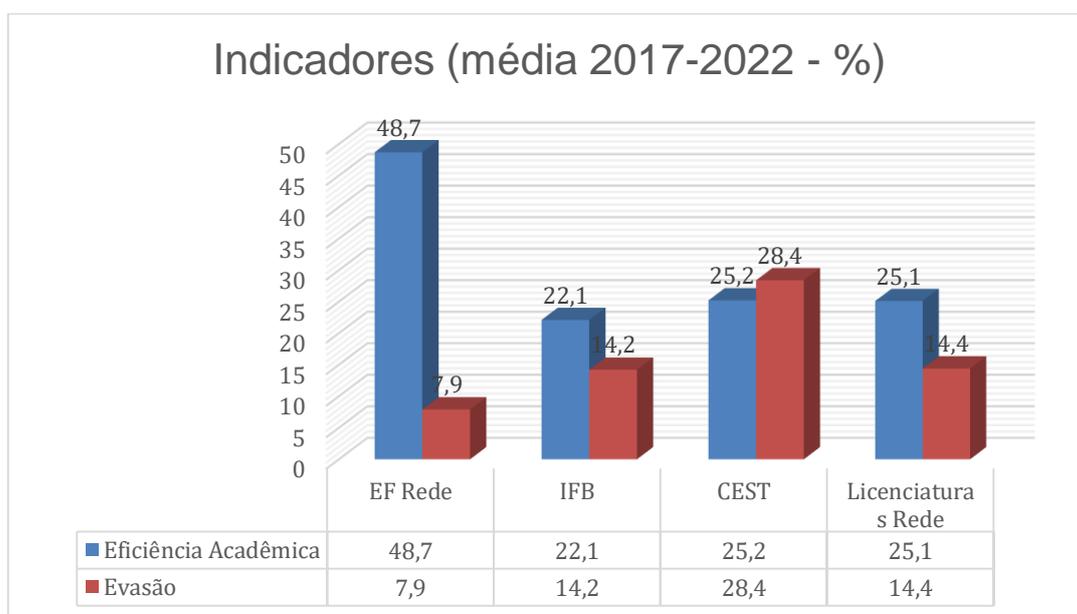


Figura 4. Eficiência acadêmica e evasão no conjunto de licenciaturas em Educação Física (EF) da Rede Federal, no conjunto de licenciaturas do IFB, no conjunto de cursos do campus Estrutural (CEST) e no conjunto de licenciaturas da Rede Federal de EPCT. Média percentual de 2017 a 2022. Elaborado pelos autores a partir da Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em abril de 2024.

Por outro lado, a taxa de evasão (um dos indicadores que compõem a eficiência acadêmica) das Licenciaturas em Educação Física é aproximadamente metade do apresentado pelas licenciaturas do IFB e um terço do apresentado pelo conjunto de cursos do *campus* Estrutural. Nesse sentido, para além de constituir uma oferta inovadora, a Licenciatura em Educação Física tem o potencial de melhorar indicadores de eficiência acadêmica do *campus*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Nesse sentido, cabe mencionar que o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como uma de suas metas (meta 12) elevar a taxa líquida da população entre 18 e 24 anos que frequenta o ensino superior de 23,8% em 2020 para 33% até 2024, assegurando a qualidade do ensino, bem como expansão para pelo menos 40% das novas matrículas de ensino superior no segmento público (BRASIL, 2014). Ou seja, ampliar a oferta do *campus* Estrutural com a Licenciatura em Educação Física é uma ação estratégica alinhada com as metas do PNE para o ensino superior brasileiro, bem como busca atender a comunidade local que apresenta baixo percentual da população com formação superior, conforme apresentado anteriormente (Figura 3).

A esse respeito, dados da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que, no Brasil, trabalhadores com nível superior ganham em média 2,4 vezes a mais que o rendimento de trabalhadores com ensino médio (OCDE, 2018). Assim, o nível educacional é um fator capaz de mudar as relações sociais através da melhoria das condições econômicas.

3.3 Articulação com os Eixos de oferta do *Campus* Estrutural

Para além de pertencer a área da Educação, conforme agrupamento dos cursos de Licenciatura utilizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a Licenciatura em Educação Física se enquadra na grande área “Ciências da Saúde”, conforme classificação de áreas da CAPES e CNPq. A página da internet do IF Sul de Minas, *Campus* Muzambinho, assim descreve o curso de Educação Física:

O curso superior de Graduação em Educação Física, modalidade licenciatura, é comprometido com a formação de um profissional dotado de competências educacionais, conceituais (científicas), procedimentais (técnico-pedagógicas) e atitudinais (ética profissional)... Tem por objetivo formar professores habilitados para a prática docente na Educação Básica, atuando com as diferentes manifestações da cultura corporal do movimento humano e interagindo com as demais áreas do conhecimento para a formação integral do indivíduo... tem como principal objetivo preparar os alunos para atuarem com a promoção da saúde por meio de exercícios físicos e práticas esportivas no âmbito escolar. (IF Sul de Minas, 2024).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Assim, o curso forma professores comprometidos científica, técnica e socialmente, preparados para atuar na educação básica com diferentes manifestações do movimento humano em integração com outras áreas do conhecimento. Ademais, trata-se da única área das Ciências da Saúde na escola, desse modo, a oferta da Licenciatura em Educação Física configura uma inovação no IFB alinhada com o compromisso de formação integral do indivíduo. Notadamente, o *campus* Estrutural oferta cursos de Ensino Médio integrado e PROEJA no eixo de Ambiente e Saúde, que, de acordo com o Catálogo Nacional de cursos técnicos do Ministério da Educação (BRASIL, 2014b),

Contempla tecnologias consagradas à melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar físico, mental e social, à proteção e preservação dos seres vivos e recursos naturais, e ao desenvolvimento e inovação de aparatos tecnológicos de atenção e mitigação de riscos à saúde e ao ambiente, com base em: políticas públicas em saúde, biossegurança, leitura e produção de textos técnicos; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal e trabalho em equipe; legislação e normas técnicas; saúde e segurança do trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Desse modo, observa-se grande potencial de articulação de conteúdos e integração entre os cursos de Licenciatura em Educação Física e os cursos do eixo tecnológico Ambiente e Saúde já ofertados pelo *campus* Estrutural, a saber, Técnico em Meio Ambiente nas modalidades PROEJA e Ensino Médio Integrado. Digno de nota, temas relacionados à “Saúde, Meio ambiente e sustentabilidade”, “Práticas corporais de aventura” e “Saúde e qualidade de vida na escola” estão entre as temáticas potencialmente geradoras de articulação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Notadamente, o DF tem, atualmente, apenas uma instituição pública que oferta o curso de Educação Física gratuitamente, a UnB. Assim, ao ofertar a Licenciatura em Educação Física, o IFB, para além de ampliar sua oferta de formação de professores, atenderá a comunidade local, tem o potencial de melhorar sua eficiência acadêmica, e atenderá a uma demanda do DF, conforme detalhado a seguir.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

3.4 Estudo de demanda

3.4.1 Procura de estudantes pelo curso

De acordo com o censo da educação superior no Brasil, realizado pelo INEP, e que tem 2022 como o ano base, o Brasil tem aumentado o número de vagas e matrículas, bem como de cursos de graduação em diversas áreas. Porém, ainda não foi suficiente para suprir as demandas da população pela formação superior pública. A rede privada de educação superior ainda é responsável por cerca de 89% das matrículas em todo o território nacional.

Essa é uma realidade no DF, onde, segundo o sistema e-MEC (acesso em dezembro de 2023), existem 13 instituições privadas ofertando a Licenciatura em Educação Física e, conforme já mencionado, apenas uma pública. Tendo em vista a missão de oferecer um ensino público de qualidade levando em consideração a situação de vulnerabilidade social que impede muitas pessoas de ingressar no ensino superior privado, tal realidade reforça o papel e compromisso das Instituições Públicas e do IFB com a sociedade e com as metas do PNE.

Notadamente, no que se refere às Licenciaturas, o censo de 2022 do INEP mostrou que a Educação Física é o segundo curso com mais matrículas no país (pouco mais de cento e quinze mil), conforme ilustrado na figura 5.

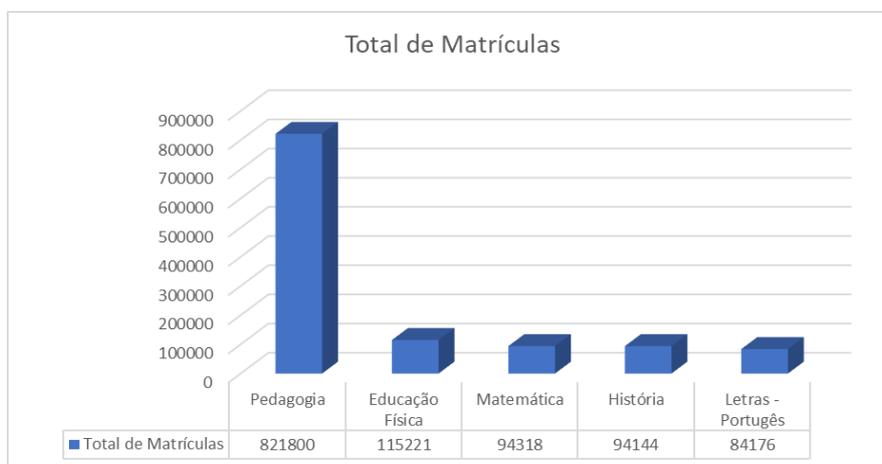


Figura 5. Cursos de licenciatura com mais matrículas no Brasil em 2022. Elaborado pelos autores a partir do Censo da Educação Superior de 2022. INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em dezembro de 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Nota-se que, dos cinco cursos com mais matrículas, o IFB oferta Pedagogia, Matemática e Letras, mas ainda não oferta Educação Física, curso que tem, na Rede Federal, melhor eficiência acadêmica comparado ao conjunto de Licenciaturas ofertadas na Rede Federal de EPCT (Figura 4). Cabe ressaltar que, ainda de acordo com o censo 2022, o curso de Educação Física (Licenciatura/Bacharelado) figura entre os dez cursos com o maior número de estudantes ingressantes desde 2014, bem como entre os dez com o maior percentual acumulado de concluintes desde 2016 (INEP, 2023).

Ademais, de acordo com dados do CEBRASPE (2023), no vestibular 2024 da UnB, o curso de Licenciatura em Educação Física apresentou a maior demanda candidato/vaga entre aqueles cuja habilitação de entrada é a licenciatura, conforme a Figura 6.



Figura 6. Demanda candidato/vaga no vestibular 2024 da UnB. Demanda Universal entre os cursos com entrada na habilitação licenciatura. Fonte: CEBRASPE. Disponível em https://www.cebraspe.org.br/vestibulares/VESTUNB_24. Acesso em dezembro de 2023. Figura elaborada pelos autores.

Ressalta-se que o único curso com demanda maior que 10 candidatos por vaga foi a Educação Física. O IFB pode potencializar a formação de professores nessa área e atender essa demanda. Notadamente, a maior demanda pelo curso de Educação Física na UnB se repete entre as vagas reservadas para cotas para negros (10 por vaga). Assim, há uma demanda de estudantes pelo ingresso no curso de Licenciatura em Educação Física que não vem sendo atendida no DF, inclusive entre pessoas pertencentes a grupos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

discriminados ou vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Ou seja, a oferta desse curso *campus* Estrutural constitui também uma oportunidade para promover o acesso à igualdade de oportunidades e aumentar o acesso à educação.

3.4.2 Demanda do mercado de trabalho e arranjo produtivo local

Uma outra face do presente estudo de demanda se refere ao mercado de trabalho para o Licenciado em Educação Física, a saber, o sistema de ensino público e privado de educação básica. Destaca-se que a formação em licenciatura é compreendida como aquela voltada às atividades de docência, pesquisa e prática pedagógica, possibilitando ao licenciado conhecimentos e competências exigidas para a atuação docente tanto na educação infantil, como nos ensinos fundamental e médio, na educação especial e na educação de jovens e adultos, além da docência no ensino superior, observada a legislação específica em termos de titulação acadêmica.

O licenciado em Educação Física possui, portanto, perfil para o exercício do magistério no conjunto de saberes e práticas da Educação Física, de modo a garantir o domínio das teorias, práticas, procedimentos e atitudes próprias da docência nessa área, distribuídas articuladamente nas dimensões biológica, cultural, didático-pedagógica e técnico-instrumental do movimento humano (Martins, 2015). Assim, considerando a escola enquanto campo de atuação do licenciado, e como forma de ilustrar o cenário escolar do DF, convém abordar alguns dados acerca das possibilidades oportunizadas ao egresso.

De acordo com dados do CENSO Escolar da Secretaria de Estado de Educação do DF de 2022 (SEEDF, 2022), o DF possui um total de 818 escolas públicas com mais de 475 mil matrículas, divididas entre Escolas Classe, Centros de Ensino Fundamental, Centros de Ensino Médio, Centros de Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Escolas Parque e um Centro Integrado de Educação Física (CIEF), especializado na oferta de esportes e atividades físicas. Já a rede privada de ensino básico conta com mais de 570 instituições educacionais credenciadas pela SEEDF. Ou seja, são mais de 1.300 escolas com uma grande demanda por professores com formação qualificada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ademais, a SEEDF conta com diversos Centros de Iniciação Desportiva (CIDs), cujo objetivo é oportunizar aos estudantes da Rede Pública de Ensino do DF a prática e o conhecimento técnico-tático de diferentes modalidades esportivas. Os responsáveis pelos CIDs são professores licenciados em Educação Física. Os polos do projeto estão localizados nas 14 (quatorze) Regionais de Ensino (SEEDF, 2023).

Cabe destacar que, nas proximidades da região do DF, foi instituída pela Lei complementar nº 94/1998 a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), formada pelo DF e mais 33 municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais (BRASIL, 1998). Para além de ser o centro político do país, o DF, adicionado da RIDE, representa um polo econômico diversificado. Historicamente, a construção civil e o agronegócio são relevantes atividades econômicas locais desde a fundação do DF. A partir dos anos 1990, todavia, o setor de serviços, que inclui as áreas da educação, saúde, lazer e esporte, ganhou força na região.

Atualmente, este setor responde por mais de 90% do produto interno bruto (PIB) do DF, ao passo que o DF representa mais de 90% de todo o PIB da RIDE (IBGE, 2015, *apud* Wikipédia, 2023). Ao todo, a região abriga um grande potencial de inserção dos egressos licenciados em Educação Física para atuação na educação básica pública e privada. Diante do exposto, o egresso da graduação em Educação Física do IFB encontrará um arranjo econômico que potencialmente favorece sua inserção no mercado de trabalho. Desta forma, a continuidade das políticas públicas se faz necessária para o cumprimento da Meta 15 do PNE, a qual objetiva:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes devida formação inicial, nos termos da legislação, formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação (BRASIL, 2014).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

3.5 Consultas com a comunidade

A oferta da Licenciatura em Educação Física no campus Estrutural passou por um processo democrático de escuta da comunidade escolar. O processo teve início em novembro de 2022, quando a Comissão Local do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2030) apresentou à comunidade, em reunião geral, como seria sua metodologia de construção. Após essa reunião, a comissão se reuniu com estudantes do *campus* para falar sobre o tema do PDI, incluindo a consulta que seria feita sobre a oferta de cursos. Esse diálogo ocorreu também com representantes dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado (pais/responsáveis).

A ação seguinte foi disponibilizar aos servidores (docentes e técnicos), bem como aos estudantes de todos os cursos e à comunidade (pais/responsáveis), um formulário próprio de contribuições para o PDI, inclusive acerca do planejamento da oferta de cursos do *campus*. O formulário foi disponibilizado em 04/11/2022 e ficou aberto até 16/12/2022. Em 12 de janeiro de 2023, às 14h, foi realizada uma reunião geral no *campus* em que todas as contribuições recebidas pela comunidade para o PDI 2024-2030 foram apresentadas. No que se refere à oferta de cursos, foi apresentado que um total de 39 respostas havia sido coletada no formulário, provenientes de docentes, técnicos administrativos em educação, estudantes e comunidade externa.

Sobre a oferta de Licenciaturas, a Educação Física foi a mais sugerida, sendo a única sugerida por integrantes de todos os segmentos da comunidade do *campus* Estrutural (Figura 7).

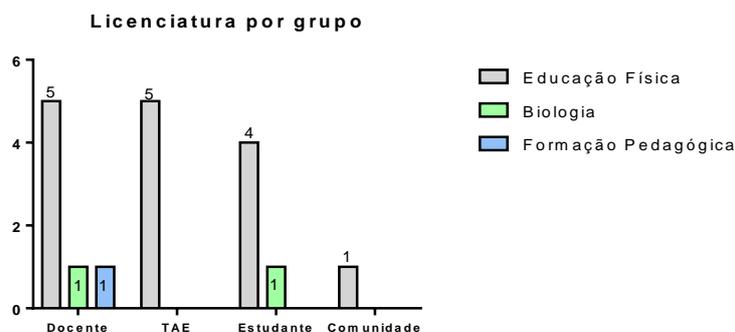


Figura 7. Sugestões de oferta do curso de Educação Física no *campus* Estrutural. Fonte: Comissão Local do PDI.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Seguindo a metodologia de construção do PDI, a minuta com os quadros de previsão de oferta de cursos de todos os *campi* foi à consulta pública durante o período de 20/03/2023 a 30/04/2023. Dessa forma, após coleta de contribuições no *campus*, parecer das comissões temáticas e central, consulta pública, e avaliação do Conselho Superior, a Resolução 28/2023 – CS/RIFB/IFBRASILIA, aprovou o PDI 2024-2030 com o planejamento da oferta da Licenciatura em Educação Física no *campus* Estrutural e foi publicada em 26/07/2023.

Além disso, no intuito de legitimar o desejo da comunidade na oferta do curso, foi realizada uma reunião geral com docentes e técnicos em 07/12/2023, às 14h30, a fim de debater a alocação dos três códigos de vaga docentes em tela no *campus* Estrutural para a oferta da Licenciatura em Educação Física. Ao final da reunião, foi disponibilizado um formulário para votação com a seguinte questão:

*Em relação a destinação dos códigos de vagas para o Curso de Licenciatura em Educação Física, sou: **

Favorável Contrário Abstenção

O formulário ficou aberto até 11/12/2023 e o resultado mostrou que pouco mais de 70% dos 78 votantes manifestaram-se favoráveis à destinação dos códigos de vagas do *campus* para oferta do curso de Educação Física. Votação expressiva que evidenciou a posição favorável da maioria dos servidores para que o curso de Educação Física seja ofertado no *campus* (figura 8).



Figura 8. Resultado da votação acerca da destinação de códigos de vaga para oferta da Licenciatura em Educação Física.

30



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Além disso, muitos estudantes dos cursos de EMI, por meio de assinaturas, manifestaram apoio à oferta da Licenciatura em Educação Física no IFB, Estrutural. Nesse sentido, a verticalização dos estudantes de EMI para o ensino superior no próprio *campus* é potencializada com a oferta do curso em tela. A seguir as listas de assinaturas dos estudantes do EMI em apoio a oferta da Licenciatura em Educação Física.



Os estudantes abaixo assinados manifestam apoio à oferta do curso de Licenciatura em Educação Física no Campus Estrutural do IFB

Nome	Turma
Ygorlein Regina Zabecca	2º B
Beatriz Sousa Bezerra	2º B
Ygorlein Eugênio de Moraes Silva	1º C
Maira Santiago Leal	1º C
Maira Alencara Cardial	1º C
Marcia Eduarda Gomes do Costa	1º C
Emilly Vitoriya Da S. P.	3º A
Alcides K. Silva	3º A
Bruna de Oliveira Cândida	3º A
Filipe Perino Rodrigues de Souza	3º A
Ygorlein Alencara de Souza	2º B
MARILINA FRAÇÃO	2º B
Kauã Lemos	1º B
Ruon Felipe	1º B
Samuel Batista	1º B
Ygorlein Souza	1º C
José Gabriel Santos	1º C
Kauã D. Lemos	1º C
Edmarcelo Araújo Silva Mota	2º B
Hugo dos Santos Costa	2º B
Serena Aguiar	3º A
Fabiana Kato	3º A
Rafael Costa Silva	3º A
Walter M. F. G. Rodrigues	3º A
Marcia Eduarda R. P. Souza	3º A
Marcos Adriano de Brito	3º A
BEENO LEVI OLIVEIRA COSTA	3º A
Colander Antunes do V. Filho	3º A
Rodno Henrique de Souza Oliveira	3º A
William C. Lima	3º A
Ana Luiza Bispo	1º C
Jeanine Karam	1º D
Letícia Souza Luz da Silva	1º C
Laura Sartore	1º D
Brandon Almey 1º B	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Formar professores com amplo domínio das manifestações do movimento humano em suas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal, bem como com responsabilidade social e capacidade de problematizar, interferir e construir o conhecimento coletivamente.

4.2 Objetivos Específicos

- a) Formar professores para a educação infantil, ensino fundamental, médio e profissional, com amplo domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá atuar.
- b) Criar condições propícias para o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade sociocultural e educacional brasileira, permitindo aos discentes criar estratégias de intervenção e mudança.
- c) Estimular nos futuros professores a prática reflexiva, a fim de que os licenciados vivenciem, enquanto discentes, experiências educativas que contribuam para a sua prática profissional futura.
- d) Criar e estimular condições e oportunidades que promovam a reflexão teórica e prática sobre a Educação Física, fazendo uso de novas tecnologias e compreendendo sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente.
- e) Proporcionar uma prática educativa voltada para a formação cidadã e para a diversidade.
- f) Proporcionar ao futuro profissional oportunidades de buscar, permanentemente, a educação continuada e o desenvolvimento profissional.
- g) Formar professores-pesquisadores capazes de buscar novas alternativas para o ensino, atuando como agentes multiplicadores das soluções encontradas.
- h) Estimular a continuidade dos estudos no nível de pós-graduação.

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao curso de Licenciatura em Educação Física do *campus* Estrutural obedecerá aos regimentos e disposições legais que seguem:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Art. 62, § 6º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dispõe sobre o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes.
- Resolução nº 28/2023 - CS/RIFB/IFBRASILIA, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024/2030 do Instituto Federal de Brasília, no qual se insere o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e estabelece que para o nível superior, o IFB usa o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e a nota do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).
- Resolução nº 19-2022/CS/RIFB/IFBRASILIA, que regulamenta os procedimentos administrativos e a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação do IFB, a qual dispõe no art. 19, parágrafo único, que as formas de ingresso nos cursos de graduação serão por meio do SISU ou por editais específicos dos *campi*.

Dessa maneira, o curso será ofertado a estudantes que concluíram o Ensino Médio ou equivalente de acordo com a lei. O discente não poderá ingressar no curso se, no ato da matrícula, não apresentar documento comprobatório de conclusão do ensino médio ou equivalente, conforme exigido. O acesso ao curso dar-se-á mediante o Sistema de Seleção Unificado (SiSU), do Ministério da Educação (MEC), tendo como ferramenta para o processo seletivo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Fora do processo seletivo (SiSU), terá direito à admissão ao Curso:

1. Estudante desvinculado do curso e que pretenda reintegração nos termos da Organização Didático-Pedagógica em vigor;
2. O portador de diploma de cursos de graduação de qualquer instituição de ensino superior, conforme as normas internas do IFB;
3. Estudantes de outras instituições de ensino superior que pretendam transferência externa para o mesmo curso, inclusive portadores de diploma em Curso de Graduação do exterior revalidado no Brasil.
4. Transferência interna entre cursos de graduação (Edital IFB).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A admissão poderá ocorrer mediante as seguintes condições:

- a. Existência de vagas;
- b. Possibilidade de conclusão do curso dentro do prazo máximo de integralização, conforme definido neste PPC.
- c. Convalidação de créditos concedida após análise curricular e de ementários, aprovada pela coordenação do curso e/ou pelo colegiado do curso, em caso de transferência.

No caso de não preenchimento de todas as vagas disponíveis pelo SiSU e/ou pelas formas de admissão indicadas acima, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por meio de edital de processo seletivo de preenchimento das vagas remanescentes publicado pelo próprio *campus* ou pela Pró-Reitoria de Ensino.

6 PERFIL DO EGRESSO

A concepção básica de formação que será ofertada será voltada para uma formação dinâmica, reflexiva, transformadora e atuante nos processos de construção social, buscando constante atualização técnica e inovação tecnológica, reestruturando os ambientes de aprendizagem e incentivando sempre a pesquisa no ambiente de trabalho. Nesse sentido, o egresso deve ter sua formação baseada nos princípios e desafios propostos para a Educação no século XXI, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (Delors, 2000).

O pressuposto maior é o de que o professor é o mediador do processo educativo, tendo envergadura intelectual para articular as questões emergentes no cotidiano com as que compõem o quadro de referência da sua área do conhecimento. O saber, então, é concebido como algo diverso, heterogêneo e plural. Sob este prisma, deve o professor considerar os conhecimentos dos educandos oriundos da experiência do cotidiano, relacionadas ao mundo do trabalho e às relações sociais em geral, como forma de valorizar as distintas maneiras de apreensão da realidade, respeitando, ao mesmo tempo, a diversidade social, política e cultural.

Diante disso, o perfil do Professor de Educação Física egresso do IFB, *campus* Estrutural, é de um profissional que domina o conhecimento das atividades físicas e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

intelectivas nas suas diversas manifestações (pedagógicas ou educacionais, recreacionais, de treinamento, promoção da saúde etc.), dentro do contexto escolar. Assim, ao licenciado em Educação Física compreende-se o exercício do magistério com vistas a identificar, planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar, desenvolver, avaliar e lecionar os conteúdos do componente curricular/disciplina Educação Física, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Médio, EJA e nas atividades de natureza técnico-pedagógicas (Ensino, Pesquisa e Extensão).

A uma base formativa de matriz curricular constituída por um corpo de conhecimento da educação e da prática pedagógica, associa-se o conjunto de saberes e práticas da Educação Física, de modo a garantir o domínio das teorias, práticas, procedimentos e atitudes próprias da docência nessa área, distribuídas articuladamente nas dimensões biológica, cultural, didático-pedagógica e técnico-instrumental do movimento humano (Martins, 2015). Conforme a Resolução CNE/CES nº 6 de 2018, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Educação Física,

Art. 10. O Licenciado em Educação Física terá formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética no magistério, ou seja, na docência do componente curricular Educação Física, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a área.

Para tanto, o professor de Educação Física deve possuir pleno domínio do conhecimento científico, técnico e pedagógico da Educação Física e estar comprometido com a produção, difusão e socialização desse conhecimento a partir de uma atitude crítico-reflexiva. De acordo com orientações do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), este profissional deve estar preparado, ainda, para produzir informes técnicos, científicos e pedagógicos na área, além de preparado para planejar, programar, coordenar, supervisionar, assessorar, organizar, lecionar, desenvolver, dirigir, dinamizar, executar



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

serviços, programas, planos e projetos na área envolvendo o movimento humano, atividades físicas, exercícios, esportes, jogos etc, no âmbito da educação básica (infantil, ensino fundamental, médio e profissional) em escolas públicas (municipais, estaduais/distritais, federais) e privadas (CONFED, 2002).

6.1 Aptidões

Conforme o art. 10, Resolução CNE/CP Nº 4, de 03/06/2024 (BRASIL, 2024), ao final do curso o(a) egresso(a) deverá estar apto(a) a:

I – demonstrar conhecimento e compreensão da organização epistemológica dos conceitos, das ideias-chave, da estrutura da área e componentes curriculares para os quais está sendo habilitado(a) para o exercício da docência;

II – compreender criticamente os marcos normativos que fundamentam a organização curricular de cada uma das etapas e modalidades da Educação Básica e, em particular, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular;

III – atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e de relações democráticas na escola;

IV – reconhecer os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua e, também os contextos de vidas dos(as) estudantes, propiciando assim, aprendizagens efetivas;

V – identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir, por meio do acesso ao conhecimento, para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VI – compreender como as ideias filosóficas e as realidades e contextos históricos influenciam a organização dos sistemas de ensino, das instituições de Educação Básica e das práticas educacionais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VII – demonstrar conhecimento sobre o uso da linguagem e do pensamento lógico-matemático no desenvolvimento do conteúdo específico de ensino;

VIII – demonstrar conhecimento sobre diferentes formas de apresentar os conteúdos dos componentes e das áreas curriculares para os quais está habilitado(a) à docência, utilizando esse conhecimento para selecionar recursos de ensino adequados que contemplem o acesso ao conhecimento para um grupo diverso de estudantes;

IX – aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos(as) estudantes, incluindo aqueles que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos;

X – estruturar ações pedagógicas e ambientes educativos que promovam a aprendizagem dos(as) estudantes a respeito:

a) das relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade brasileira no presente e no passado e que garantam a apropriação dos conhecimentos relativos à história e cultura africana, afrobrasileira e dos povos originários do Brasil, bem como de valores e atitudes orientados à desconstruir e combater todas as expressões do racismo, com a devida valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileiras; e

b) das múltiplas formas de participação e atuação das mulheres na sociedade brasileira, no passado e no presente, bem como de conhecimentos, valores e atitudes orientados à prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

XI – construir ambientes de aprendizagens que incentivem os(as) estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança;

XII – planejar e organizar suas aulas de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos(as) estudantes e os contextos de atuação dos(as) profissionais do magistério da educação escolar básica;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XIII – recontextualizar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

XIV – conhecer e utilizar os diferentes tipos de avaliação educacional, bem como os limites e potencialidades de cada instrumento para dar devolutivas que apoiem o(a) estudante na construção de sua autonomia como aprendiz e replanejar suas práticas de ensino de modo a assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam superadas por meio de sua atuação profissional em suas aulas;

XV – reconhecer e utilizar em sua prática as evidências científicas advindas de diferentes áreas de conhecimento, atualizadas e aplicáveis aos ambientes de ensino onde atua profissionalmente, de forma que possa favorecer os processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento dos(as) estudantes;

XVI – demonstrar conhecimento sobre o desenvolvimento físico, socioemocional e intelectual dos(as) estudantes das etapas da Educação Básica para as quais está habilitado a atuar, utilizando esses saberes para: construir compreensão quanto ao perfil dos(as) estudantes com os quais atua, para selecionar estratégias de ensino adequadas e levantar hipóteses sobre como determinadas características presentes em seu grupo de estudantes potencialmente podem afetar a aprendizagem e assim, tomar decisões pedagógicas mais adequadas;

XVII – demonstrar conhecimento sobre os mecanismos pelos quais crianças, jovens e adultos aprendem, utilizando esse conhecimento para: planejar as ações de ensino, selecionar estratégias pedagógicas e recursos que sejam adequados à etapa da Educação Básica a qual seus(suas) alunos(as) pertencem;

XVIII – manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a instituição de Educação Básica, de modo que favoreça a aprendizagem dos(as) estudantes e o seu pleno desenvolvimento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XIX – dominar conhecimentos relativos à gestão das escolas de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica; e

XX – demonstrar conhecimento e, sempre que possível, colaborar com o desenvolvimento de pesquisas científicas no campo educacional de maneira a refletir sobre sua própria prática docente e aplicar tal conhecimento em sua prática.

XXI. Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.

XXII. Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.

XXIII. Contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana, cultura do movimento e atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, luta e dança), no Ensino Básico.

Segundo as diretrizes do Conselho Federal de Educação Física (Resolução CONFEF nº 46/2002), são também aptidões do professor de Educação Física:

1. Compreender, analisar, estudar, pesquisar (profissional e academicamente), esclarecer, transmitir e aplicar os conhecimentos biopsicossociais e pedagógicos da atividade física e desportiva nas suas diversas manifestações, levando em conta o contexto histórico-cultural;
2. Atuar em todas as dimensões de seu campo profissional, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento da Educação Física e das práticas essenciais de sua produção, difusão, socialização e de competências técnico-instrumentais a partir de uma atitude crítico-reflexiva e ética;
3. Disseminar e aplicar conhecimentos práticos e teóricos sobre a Educação Física (Atividade Física/Motricidade Humana/Movimento Humano), analisando-os na relação dinâmica entre o ser humano e o meio ambiente;
4. Promover uma educação efetiva e permanente para a saúde e a ocupação do tempo livre e de lazer, como meio eficaz para a conquista de um estilo de vida ativo e compatível com as necessidades de cada etapa e condições da vida do ser humano;
5. Contribuir para a formação integral de crianças, jovens, adultos e idosos, no sentido de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

que sejam cidadãos autônomos e conscientes;

6. Estimular e fomentar o direito de todas as pessoas à atividade física, por vias formais e/ou não formais;

7. Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades de indivíduos e grupos, atuando como agente de transformação social;

8. Conhecer e utilizar os recursos tecnológicos, inerentes à aplicação profissional.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular toma por base alguns pressupostos fundamentais para balizar as ações pedagógicas do curso, no sentido de buscar uma formação acadêmica em consonância com os princípios democráticos de observância da cidadania e do mundo do trabalho. Nesse sentido, procura estabelecer uma relação entre a teoria e a prática de forma reflexiva entre o campo de formação e a atuação profissional.

A organização curricular do curso de Educação Física está alicerçada na Resolução CNE Nº 6, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (DCN-EF), e na Resolução CNE/CP Nº 4/2024 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica).

De acordo com a DCN-EF, o curso de Graduação em Educação Física se desdobra em duas etapas: Etapa Comum, com 4 semestres, destinada a todos os ingressantes, e Etapa Específica, destinada a atender a opção dos estudantes pela licenciatura, bacharelado ou ambas. Em 21/05/2020 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação o Parecer CNE/CES Nº 283/2020, que permite às instituições de ensino, em sua autonomia, decidir sobre a oferta de duas ou apenas uma das opções para a Etapa Específica. Neste PPC, optou-se pela oferta da Licenciatura após a etapa comum, sendo a organização curricular elaborada neste sentido. Outros documentos que fundamentam a organização curricular são:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Resolução 19/2022-CS/RIFB/IFBRASILIA (Organização didático-pedagógica dos cursos de graduação do IFB);
- Resolução 15/2022-CS/RIFB/IFBRASILIA (regulamento da curricularização da extensão nos cursos de graduação do IFB);
- Resolução 35/2019-RIFB/IFB (regulamento das atividades complementares nos cursos de graduação do IFB);
- Portaria MEC Nº 2117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade EAD.
- Portaria nº 13/2021 – RIFB/IFB (regulamento do trabalho de conclusão de curso nos cursos de graduação do IFB).
- Base Nacional Comum Curricular

A organização curricular buscou alinhar, quando possível, os critérios preconizados pelas DCN-EF com as orientações contidas na Resolução CNE/CP Nº 4/2024. Nos casos de impossibilidade de alinhamento, priorizou-se a Resolução CNE/CP Nº 4/2024 em obediência ao princípio da cronologia na interpretação das normas postas. De modo a esclarecer como as duas normas foram seguidas de forma complementar uma à outra, são apresentadas, a seguir, listas de componentes curriculares conforme a DCN-EF e, posteriormente, o agrupamento dessas mesmas, conforme a Resolução CNE/CP Nº 4/2024.

Organização curricular conforme a DCN-EF

A etapa comum do curso é assim denominada pois o curso de graduação em Educação Física compreende duas formações possíveis: licenciatura e bacharelado. Etapa comum é o nome dado à etapa do curso que abarca estudantes de ambas as habilitações. Trata-se do núcleo de estudos da formação geral, identificador da área de Educação Física, comum a ambas as formações. A etapa comum é desenvolvida em 1600 horas e deve contemplar conhecimentos dos 4 núcleos elencados a seguir.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Núcleo 1. Conhecimento biológico, psicológico e sociocultural do ser humano

Contempla conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano (a exemplo do fisiológico, biomecânico, anatômico-funcional, bioquímico, genético, psicológico, antropológico, histórico, social, cultural e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física. Totaliza 180 horas e é composto pelas seguintes componentes:

Componente	Carga horária	Semestre
Biologia celular e bioquímica aplicada à Educação Física	60h	1º
Fundamentos históricos e antropológicos da Educação Física	60h	1º
Anatomia e fisiologia Humana	60h	2º
TOTAL	180h	—

Núcleo 2. Implicações biológicas, psicológicas e socioculturais do movimento humano

Contempla conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana e da cultura do movimento corporal/atividade física (a exemplo da fisiologia do exercício, biomecânica do esporte, aprendizagem e controle motor e outros). Composto pelas seguintes componentes curriculares cujo total é de 240h:

Componente	Carga horária	Semestre
Ginásticas e condicionamento físico	60h	1º
Cinesiologia e biomecânica	60h	3º
Fisiologia do Exercício	60h	4º
Medidas e avaliação em Educação Física	60h	4º
TOTAL	240h	—

Núcleo 3. Conhecimento instrumental e tecnológico da Educação Física

Contempla conhecimento instrumental e tecnológico (a exemplo de técnicas de estudo e pesquisa - tipos de conhecimento, técnicas de planejamento e desenvolvimento de um trabalho acadêmico, técnicas de levantamento bibliográfico, técnicas de leitura e de documentação; informática instrumental - planilha de cálculo, banco de dados; técnicas de comunicação e expressão leiga e científica e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física. Composto pelas seguintes componentes curriculares cujo total é de 220 horas:

45



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Componente	Carga horária	Semestre
Leitura e produção de textos	60h	2º
Metodologia Científica	60h	2º
Bioestatística	60h	3º
Inglês para Educação Física	40h	3º
TOTAL	220h	—

Núcleo 4. Conhecimento procedimental e ético da intervenção profissional

Contempla conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção profissional, a exemplo de código de ética, diagnóstico e avaliação, estratificação de risco, prescrição do exercício, meio ambiente e sustentabilidade, diversidade cultural, diferenças individuais e outros. A formação ética deverá incluir a prevenção do uso de meios ilícitos e danosos à saúde no cotidiano das práticas corporais, especialmente nas de caráter competitivo ou que visem o desenvolvimento físico de crianças e adolescentes. Composto pelas seguintes componentes curriculares (960 horas):

Componente	Carga horária	Semestre
Introdução à Educação Física e Ética Profissional	60h	1º
Práticas Integradoras I	40h	1º
Ritmo e danças	60h	1º
Estágio supervisionado I	80h	1º
Lutas e esportes de combate	60h	2º
Práticas corporais de aventura	60h	2º
Práticas Integradoras II	40h	2º
Estágio supervisionado II	80h	2º
Esportes de Rede	60h	3º
Esportes de Invasão	60h	3º
Práticas Integradoras III	40h	3º
Estágio supervisionado III	80h	3º
Atividades aquáticas	60h	4º
Esportes de Marca	60h	4º
Práticas Integradoras IV	40h	4º
Estágio supervisionado IV	80h	4º
TOTAL	960h	—



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Cabe destacar que a etapa comum deverá proporcionar atividades acadêmicas integradoras tais como:

- a) nivelamento de conhecimentos aos ingressantes por meio de processo avaliativo e acolhimento próprio.
- b) disciplinas de aproximação ao ambiente profissional de forma a permitir aos estudantes a percepção acerca de requisitos profissionais, identificação de campos de trabalho e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas interativas com espaços profissionais, inclusive escolas de educação básica.

Tais atividades serão desenvolvidas nos componentes Práticas Integradoras I a IV, agrupadas no núcleo 4, que contemplam práticas em que o graduando associa o conhecimento sobre um determinado objeto de ensino com o conhecimento pedagógico.

Etapa Específica - Licenciatura

Será desenvolvida em 1600 horas e deve, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia das instituições, garantir uma formação adequada aos seguintes conteúdos:

- Política e Organização do Ensino Básico;
- Introdução à Educação;
- Introdução à Educação Física Escolar;
- Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar;
- Desenvolvimento curricular em Educação Física Escolar;
- Educação Física na Educação Infantil;
- Educação Física no Ensino Fundamental;
- Educação Física no Ensino Médio;
- Educação Física Escolar Especial/Inclusiva;
- Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; e
- Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Assim, o licenciado terá formação humanista, técnico-científica, crítico-reflexiva e ética. Esta etapa está organizada com os seguintes componentes:

Componente	Carga horária	Semestre
Metodologia da Educação Física na educação infantil e ensino fundamental	60h	5º
Estágio Supervisionado V	80h	5º
Fundamentos da Educação	60h	5º
Fundamentos de gestão aplicados à educação	40h	5º
Inclusão na educação e na Educação Física	40h	5º
Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão I	80h	5º
Aspectos étnicos e socioculturais na Educação Física e Esportes	40h	6º
Didática	60h	6º
Estágio Supervisionado VI	80h	6º
Jogos, brincadeiras e cultura popular	60h	6º
Língua Brasileira de Sinais	40h	6º
Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão II	80h	6º
Disciplina Optativa	40h	7º
Elaboração de projeto de pesquisa	60h	7º
Estágio Supervisionado VII	80h	7º
Crescimento, desenvolvimento e aprendizagem humana	60h	7º
Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão III	80h	7º
Estágio Supervisionado VIII	80h	8º
Metodologia da Educação Física no ensino médio e na educação de jovens e adultos	60h	8º
Política e organização da educação brasileira	60h	8º
Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	80h	8º
Trabalho de Conclusão de Curso	40h	8º
Atividades complementares	240h	5º ao 8º
TOTAL	1600h	—

Organização curricular conforme a Resolução CNE/CP Nº 4/2024

Esta Resolução define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica (cursos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). De acordo com este documento, os cursos de graduação de licenciatura serão organizados em quatro núcleos e terão carga horária total de, no mínimo, 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico. Considerando esses núcleos, o curso de Educação Física está organizado conforme apresentado a seguir.

Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG)

Composto por 880 horas, compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando:

- a) princípios e fundamentos sociológicos, filosóficos, históricos e epistemológicos da educação;
- b) princípios, valores e atitudes comprometidos com a justiça social, apreço à diversidade, promoção da participação, da equidade e da inclusão e gestão democrática;
- c) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos, experiências pedagógicas e de situações de ensino e aprendizagem em instituições de Educação Básica;
- d) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- e) diagnóstico e análise das necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativas à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e, conseqüentemente, nos processos de aprendizagem;
- f) pesquisa e estudo da legislação educacional, dos processos de organização e gestão do trabalho dos(as) profissionais do magistério da educação escolar básica,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- das políticas de financiamento, da avaliação e do currículo;
- g) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, educação e comunicação, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- h) estudos de aspectos éticos, didáticos e comportamentais no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; e
- i) conhecimento sobre diferentes estratégias de planejamento e avaliação das aprendizagens, centradas no desenvolvimento pleno dos(as) estudantes da Educação Básica.

Para tanto, o Núcleo I contém os seguintes componentes curriculares:

Componente	Carga horária	Semestre
Fundamentos históricos e antropológicos da Educação Física	60h	1º
Introdução à educação física e Ética Profissional	60h	1º
Metodologia Científica	60h	2º
Bioestatística	60h	3º
Inglês para a educação física	40h	3º
Fundamentos da Educação	60h	5º
Fundamentos de gestão aplicados à educação	40h	5º
Inclusão na educação e na Educação Física	40h	5º
Aspectos étnicos e socioculturais na Educação Física e Esportes	40h	6º
Didática	60h	6º
Jogos, brincadeiras e cultura popular	60h	6º
Língua Brasileira de Sinais	40h	6º
Crescimento, desenvolvimento e aprendizagem humana	60h	7º
Disciplina optativa	40h	7º
Elaboração de projeto de pesquisa	60h	7º
Política e organização da educação brasileira	60h	8º
Trabalho de Conclusão de Curso	40h	8º
TOTAL	880h	—



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Núcleo II - Aprendizagem e aprofundamento dos conteúdos específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)

Totaliza 1680 horas e é composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos, que são definidos de acordo com a área da licenciatura em Educação Física e oportunizarão, entre outras possibilidades:

a) compreensão dos fundamentos epistemológicos, conceituais e procedimentais da Educação Física;

b) compreensão do Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) necessário para o planejamento, realização e tematização de situações de ensino e aprendizagem, com a mobilização de vivências práticas dos(as) licenciados(as) em atividades que os aproximem do exercício profissional docente;

c) conhecimento de diferentes referenciais teórico-metodológicos em sua área de formação disciplinar, com particular ênfase no repertório sobre o CPC;

d) vivências de articulação entre os conhecimentos específicos e práticas de ensino;

e) conhecimento das relações entre a área de formação e outros campos do conhecimento, favorecendo a construção de um conhecimento interdisciplinar;

f) conhecimentos sobre processos de aquisição da língua materna e sua relação com a aprendizagem específica do campo de formação;

g) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional; e

h) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, e outros instrumentos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.

Para tanto, o Núcleo II está organizado com os seguintes componentes curriculares:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Componente	Carga horária	Semestre
Biologia celular e bioquímica aplicada à Educação Física	60h	1º
Ginásticas e condicionamento físico	60h	1º
Práticas Integradoras I	40h	1º
Ritmo e danças	60h	1º
Anatomia e fisiologia Humana	60h	2º
Leitura e produção de textos	60h	2º
Lutas e esportes de combate	60h	2º
Práticas corporais de aventura	60h	2º
Práticas Integradoras II	40h	2º
Cinesiologia e biomecânica	60h	3º
Esportes de Rede	60h	3º
Esportes de Invasão	60h	3º
Práticas Integradoras III	40h	3º
Atividades aquáticas	60h	4º
Esportes de Marca	60h	4º
Fisiologia do Exercício	60h	4º
Medidas e avaliação em Educação Física	60h	4º
Práticas Integradoras IV	40h	4º
Metodologia da Educação Física na educação infantil e ensino fundamental	60h	5º
Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão I	80h	5º
Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão II	80h	6º
Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão III	80h	7º
Metodologia da Educação Física no ensino médio e na educação de jovens e adultos	60h	8º
Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	80h	8º
Atividades complementares	240h	5º ao 8º
TOTAL	1680h	—

Núcleo III. Atividades acadêmicas de extensão (AAE)

Totaliza 320 horas que estão vinculadas aos componentes curriculares de “Práticas Integradoras” e “Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão”, desde o início até o final do curso. Essas atividades são direcionadas à implementação de projetos integradores de práticas educativas, visando fomentar a integração e o diálogo entre os(as)

51



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

licenciandos(as), que estão em formação, e os diversos participantes da comunidade escolar; essas iniciativas devem dar prioridade a projetos que:

a) fomentem o protagonismo dos(as) licenciandos(as), incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica;

b) promovam atividades que estimulem a interação entre os membros da comunidade acadêmica, com o objetivo de compreender a complexidade da prática docente;

c) iniciem diálogos formativos acerca da docência, das realidades escolares e dos desafios enfrentados pela educação;

d) encorajem a interdisciplinaridade dentro do contexto escolar, através da criação de materiais didáticos que possam ser adaptados às necessidades pedagógicas;

e) apoiem a integração entre a formação inicial e a formação continuada dos(as) professores(as) das instituições de Educação Básica;

f) estabeleçam interações com estudantes da Educação Básica e seus familiares, promovendo uma relação mais próxima entre a instituição de Educação Básica e a comunidade; e

g) analisem a instituição de Educação Básica em seu contexto territorial, incentivando a realização de ações coordenadas entre a IES e a sociedade local.

Núcleo IV. Estágio curricular supervisionado (ECS)

Tem como objetivo atuar diretamente na formação do(a) licenciando(a), sendo cuidadosamente planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do(a) futuro(a) professor(a).

Neste PPC, o estágio supervisionado será realizado em 640 horas, visto que a carga horária de estágio deve ser de 20% das horas referenciais, conforme estabelece o § 1º do art. 11 da resolução nº 6/2018 (DCN-EF). O estágio supervisionado iniciará no 1º semestre do curso observando cuidadosa progressão das atividades desenvolvidas ao longo do curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Componente	Carga horária	Semestre
Estágio Supervisionado I	80h	1º
Estágio Supervisionado II	80h	2º
Estágio Supervisionado III	80h	3º
Estágio Supervisionado IV	80h	4º
Estágio Supervisionado V	80h	5º
Estágio Supervisionado VI	80h	6º
Estágio Supervisionado VII	80h	7º
Estágio Supervisionado VIII	80h	8º
TOTAL	640h	—

7.1 Matriz Curricular

A Matriz está organizada a partir do perfil profissional que se desdobra na definição dos saberes docentes e competências que se materializam nas ementas. Trata-se de uma concepção de currículo em consonância com o perfil de formação projetado. Nesse sentido, a matriz busca garantir os fundamentos da formação dos profissionais do magistério da educação escolar básica descritos no art.4º, resolução CNE/CP nº 4/2024, os quais, em suma, ressaltam:

- a importância do domínio dos conhecimentos da Educação Básica que serão objetos de ensino nos diferentes componentes curriculares e áreas do conhecimento;
- a presença de sólida formação que propicie o conhecimento dos fundamentos epistemológicos, técnicos e ético-políticos das ciências da educação e da aprendizagem;
- o desenvolvimento das capacidades de análise e reflexão sobre as práticas educativas e sobre a progressão e os processos de aprendizagem e o aprimoramento constante de suas competências de trabalho;
- a associação entre teorias e práticas pedagógicas;
- a presença de conteúdos, atividades formativas e processos pedagógicos que permitam ao(a) futuro(a) profissional do magistério a compreensão das múltiplas formas de desigualdade educacional que se manifestam nas escolas, redes e sistemas de ensino.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A matriz está também alicerçada nos princípios da formação de profissionais do magistério exarados no art. 5º da mencionada resolução, os quais zelam pela garantia da oferta de formação de profissionais do magistério para todas as etapas e modalidades da educação básica, construída em bases científicas, sociais e técnicas. Prezam pela articulação indissociável entre teoria e prática e no exercício crítico das capacidades profissionais assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção do licenciando nas instituições de educação básica. Visam a compreensão de que os profissionais do magistério são agentes motivadores de formação e transformação das identidades sociais, baseados no compromisso com a educação inclusiva, promotora da emancipação dos indivíduos e grupos sociais, que valoriza a diversidade e a construção de um mundo sustentável, os direitos humanos e a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar.

A base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, foi também observada na concepção da matriz curricular. Ao longo do curso, os licenciandos vivenciarão teorias e práticas que visam conhecer e analisar as competências gerais da educação básica, as quais pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, pois ao longo da formação o licenciado vivenciará no ambiente escolar, desde o primeiro semestre, a premência de reconhecer às múltiplas realidades e contextos sociais em que estão inseridas as instituições de Educação Básica (BNCC, 2024).

Nesse sentido, a formação para atuação do licenciando na educação infantil visa garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, como conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, especialmente no tocante ao seu corpo, gestos e movimentos (BNCC, 2024).

No que se refere ao Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), a matriz curricular buscou atender as competências específicas de educação física descritas na base nacional comum curricular, como a compreensão da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a vida coletiva e individual. Nesse sentido, as unidades temáticas da base nacional:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura estão contempladas como conteúdos e alvo da formação do licenciado.

A formação do licenciando visando atuação no ensino médio e educação de jovens e adultos reflete, também, as orientações da base nacional comum na medida que, no ensino médio (BNCC, 2024):

...além da experimentação de novos jogos e brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura, os estudantes devem ser desafiados a refletir sobre essas práticas, aprofundando seus conhecimentos sobre as potencialidades e os limites do corpo, a importância de se assumir um estilo de vida ativo, e os componentes do movimento relacionados à manutenção da saúde. É importante também que eles possam refletir sobre as possibilidades de utilização dos espaços públicos e privados que frequentam para desenvolvimento de práticas corporais, inclusive as aprendidas na escola, de modo a exercer sua cidadania e seu protagonismo comunitário. Esse conjunto de experiências, para além de desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e a saúde, a socialização e o entretenimento, favorece o diálogo com as demais áreas de conhecimento, ampliando a compreensão dos estudantes a respeito dos fenômenos da gestualidade e das dinâmicas sociais associadas às práticas corporais.

Diante deste contexto, a matriz curricular está em profunda articulação com a base nacional comum, como preconiza o *caput* do art. 7º da resolução CNE/CP nº 4/2024. A razão é a coerência curricular com significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural das instituições básicas de ensino, desde o início do curso. Além disso, é possível visualizar nas ementas a busca pela construção do conhecimento sobre o viés do ensino, da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento dos profissionais e ao aperfeiçoamento da prática educativa.

O Quadro 2 detalha a matriz curricular da Licenciatura em Educação Física do IFB, *campus* Estrutural.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 2. Matriz curricular.

S e m e s t r e	Etapa Comum			Carga Horária Hora/ Relógio			Carga Horária Horas/Aula			Aulas presenciais por Semana	P r é R e q u i s i t o	
	Componente Curricular	C ó d i g o	N ú c l e o	Presencial		E A D	Presencial		E A D			
				Aulas	Extensão		Aulas	Extensão				
1º	Introdução à Educação Física e ética profissional	IEF	I	45	0	15	54	0	18	3	Não	
	Biologia celular e Bioquímica aplicada	BCB	II	45	0	15	54	0	18	3	Não	
	Fundamentos históricos e antropológicos da Educação Física	FHA	I	45	0	15	54	0	18	3	Não	
	Ginásticas e condicionamento físico	GCF	II	45	0	15	54	0	18	3	Não	
	Ritmo e Danças	RD	II	45	0	15	54	0	18	3	Não	
	Práticas Integradoras I	PI1	II	10	20	10	12	24	12	2	Não	
	Estágio curricular supervisionado I	EST1	IV	80	0	0	96	0	0	1	Não	
	CH Total				315	20	85	378	24	102	18	---
	CH Total do semestre				420			504			---	---
2º	Anatomia e fisiologia Humana	AFH	II	45	0	15	54	0	18	3	BCB	
	Lutas e esportes de combate	LEC	II	45	0	15	54	0	18	3	Não	
	Metodologia Científica	MC	I	45	0	15	54	0	18	3	Não	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	Práticas corporais de aventura	PCA	II	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Leitura e produção de textos	LPT	II	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Práticas Integradoras II	PI2	II	10	20	10	12	24	12	2	Não
	Estágio curricular supervisionado II	EST2	IV	80	0	0	96	0	0	1	EST1
	CH Total			315	20	85	378	24	102	18	---
	CH Total do semestre			420			504			---	
3º	Bioestatística	BES	I	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Cinesiologia e biomecânica	CIN	II	45	0	15	54	0	18	3	AFH
	Esportes de invasão	EI	II	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Esportes de Rede	ER	II	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Inglês para a Educação Física	ING	I	30	0	10	36	0	12	2	Não
	Práticas Integradoras III	PI3	II	10	20	10	12	24	12	2	Não
	Estágio curricular supervisionado III	EST3	IV	80	0	0	96	0	0	1	EST2
	CH Total			300	20	80	360	24	96	17	---
CH Total do semestre			400			480			---	---	
4º	Atividades aquáticas	AAQ	II	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Esportes de Marca	EM	II	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Fisiologia do exercício	FEX	II	45	0	15	54	0	18	3	AFH



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	Medidas e Avaliação em Educação Física	MAV	II	45	0	15	54	0	18	3	AFH
	Práticas Integradoras IV	PI4	II	10	20	10	12	24	12	2	Não
	Estágio curricular supervisionado IV	EST4	IV	80	0	0	96	0	0	1	EST3
	CH Total			270	20	70	324	24	84	15	---
	CH Total do semestre			360			432			---	
S e m e s t r e	Etapa Específica			Carga Horária Hora/ Relógio			Carga Horária Horas/Aula			Aulas presenciais por Semana	P r é r e q u i s i t o
	Componente Curricular	C ó d i g o	N ú c l e o	Presencial		E A D	Presencial		E A D		
				Aulas	Extensão		Aulas	Extensão			
5º	Fundamentos da Educação	FED	I	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Metodologia da Educação Física na educação infantil e ensino fundamental	MIF	II	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Inclusão na educação e na Educação Física	IEF	I	30	0	10	36	0	12	2	Não
	Fundamentos de gestão aplicados à educação	FGE	I	30	0	10	36	0	12	2	Não
	Práticas de ensino, pesquisa e extensão I	EPE1	II	10	60	10	12	72	12	4	Não
	Estágio Supervisionado V	EST5	IV	80	0	0	96	0	0	1	EST4
	CH Total			240	60	60	288	72	72	15	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CH Total do semestre			360			432			—	---	
6º	Didática	DID	I	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Jogos, brincadeiras e cultura popular	JBC	I	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Aspectos étnicos e socioculturais na Educação Física e Esportes	ETN	I	30	0	10	36	0	12	2	Não
	Língua Brasileira de Sinais	LIB	I	30	0	10	36	0	12	2	Não
	Práticas de ensino, pesquisa e extensão II	EPE2	II	10	60	10	12	72	12	4	Não
	Estágio Supervisionado VI	EST6	IV	80	0	0	96	0	0	1	EST5
	CH Total			240	60	60	288	72	72	15	---
CH Total do semestre			360			432			—	---	
7º	Crescimento, desenvolvimento e aprendizagem humana	CDH	I	45	0	15	54	0	18	3	Não
	Elaboração de projeto de pesquisa	EPP	I	45	0	15	54	0	18	3	MC
	Optativa Núcleo I	OPX	I	30	0	10	36	0	12	2	Não
	Práticas de ensino, pesquisa e extensão III	EPE3	II	10	60	10	12	72	12	4	Não
	Estágio Supervisionado VII	EST7	IV	80	0	0	96	0	0	1	EST6
	CH Total			210	60	50	252	72	60	13	---
CH Total do semestre			320			384			---	---	
8º	Metodologia da Educação Física no ensino médio e EJA	MME	II	45	0	15	54	0	18	3	MIF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Política e organização da educação brasileira	OEB	I	45	0	15	54	0	18	3	Não
Práticas de ensino, pesquisa e extensão IV	EPE4	II	10	60	10	12	72	12	4	Não
Trabalho de conclusão de curso	TCC	I	40	0	0	48	0	0	2	EPP
Estágio Supervisionado VIII	EST8	IV	80	0	0	96	0	0	1	EST7
CH Total			220	60	40	264	72	48	13	---
CH Total do semestre			320			384			---	---
Totalização da carga horária do curso										
Carga horária do Trabalho de Conclusão de Curso						40 horas				
Carga horária de Atividades Complementares						240 horas				
Carga horária de Extensão Curricularizada – CCPE						320 horas				
Carga horária total do curso						3.200 horas				
Percentual de carga horária a distância						16,7%				

Conforme o quadro 2, os estudantes devem cursar no mínimo uma disciplina optativa classificada no Núcleo I, preferencialmente no sétimo semestre. Disciplinas optativas serão ofertadas em cada semestre, no mínimo uma, em regime de rodízio semestral, ou seja, em cada semestre pelo menos uma optativa diferente em relação ao semestre anterior será ofertada.

Todas as optativas possuem a mesma carga horária presencial e a distância e nenhuma delas possui pré-requisitos. O estudante poderá cursar mais de uma optativa, desde que cumpra uma no Núcleo I e tenha disponibilidade de horário. As optativas que o estudante cursar para além da necessária poderão ser aproveitadas como horas complementares.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O rol de disciplinas optativas é apresentado na lista a seguir. As optativas de tópicos especiais incluirão temas diversificados e de interesse para a formação integral dos estudantes, de modo que os temas não se esgotam e serão objeto de proposta docente, análise do colegiado e aprovação prévia à oferta. Ademais, a lista a seguir não esgota a possibilidade de outras ofertas a serem aprovadas pelo colegiado.

Lista de disciplinas optativas

Disciplina	Código	Núcleo
Prática Desportiva	OP1	II
Informática e linguagens digitais	OP2	I
Tópicos especiais em educação	OP3	I
Tópicos especiais em educação física e esportes	OP4	II

Destaca-se que os conteúdos relativos à educação ambiental, meio ambiente e sustentabilidade serão abordados na componente *Práticas corporais de Aventura*. O conteúdo referente à educação em direitos humanos será abordado na componente *Inclusão na educação e na educação física*, ao passo que os conteúdos relacionados à educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, serão abordados na componente *Aspectos étnicos e socioculturais na Educação Física e Esportes*.

Ademais, o tema relacionado à educação física escolar em ambientes não urbanos e em agrupamentos étnicos distintos também será abordado nas disciplinas *Metodologia da Educação Física no ensino médio e EJA*, *Metodologia da Educação Física na educação infantil e ensino fundamental*, e *Aspectos étnicos e socioculturais na Educação Física e Esportes*. Todos esses conteúdos, bem como outros, também poderão ser trabalhados na forma de seminários temáticos na componente *Práticas Integradoras IV*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

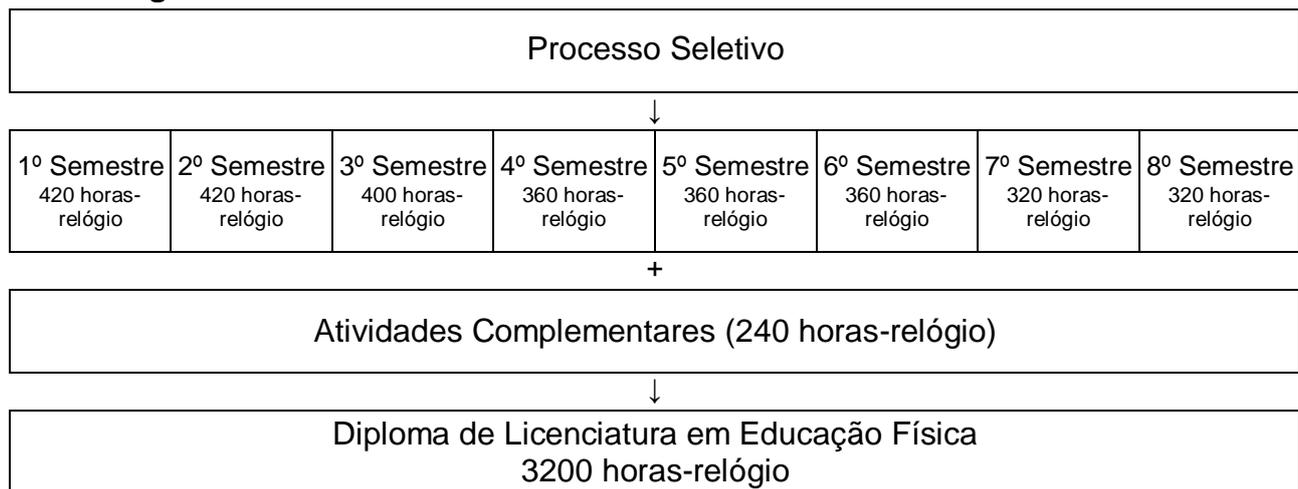
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

7.1.1 Quadro-Resumo

Núcleo	Carga Horária em Horas-Relógio	Carga Horária em Horas-Aula de 50 minutos	Percentual
I. Estudos de Formação Geral (EFG)	880	1.056	27,5%
II. Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE) III. Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)*	1680 (Núcleo II = 1360 + Núcleo III = 320)	2.016 (Núcleo II = 1632 + Núcleo III = 384)	52,5% (Núcleo II = 42,5% + Núcleo III = 10%)
IV. Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	640	768	20%

* A carga horária do Núcleo III (AAE) está vinculada a componentes curriculares contidos no Núcleo II (ACCE) e por isso esses núcleos foram agrupados no quadro, de modo que a CH total do curso é de 3200 horas (Núcleo I + Núcleo II + Núcleo III + Núcleo IV).

7.2 Fluxograma





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

7.3 Ementário

1º Semestre

Introdução à Educação Física e ética profissional	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 1º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Compreender e diferenciar a Educação Física enquanto disciplina escolar, área de conhecimento acadêmico e de intervenção profissional. II. Contextualizar a educação física nas perspectivas histórica, social, política e cultural. III. Reconhecer diferentes espaços de atuação profissional futura. IV. Identificar o perfil profissional do egresso em licenciatura e bacharelado em Educação Física. V. Refletir sobre o agir bem, a ação profissional no cotidiano e no mundo do trabalho. VI. Compreender os fundamentos éticos que embasam o comportamento do professor de Educação Física.	Estudo da Educação Física como disciplina, área de conhecimento e intervenção profissional. Construção histórica da profissão considerando os aspectos sociais, políticos e culturais. Debate sobre a atuação do professor como agente transformador da realidade social em que está inserido. Conceito de ética. Introdução a problemática filosófica e as questões éticas tradicionais. Ética, trabalho e responsabilidade. Ética Ambiental. Código de ética do profissional de Educação Física. Ética e uso de meios ilícitos e danosos à saúde no contexto do esporte, da escola e de práticas corporais.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Marinho, V. O que é Educação Física . São Paulo: Brasiliense, 2011. Coleção Primeiros Passos, 79. 2. LOZADA, Cristiano. Introdução à profissão: educação física . Porto Alegre: Grupo A, 2017. 3. Figueroa, KM; Gomes, LC; Silva, MM. Fundamentos introdutórios da educação física . Curitiba: Intersaberes, 2021. 4. Camargo, M. Fundamentos de ética geral e profissional . 13ªed. Petrópolis RJ: Vozes, 2014. 5. Valls, ALM. O que é ética . São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros passos 177.	
Bibliografia complementar	1. Melo, VA. História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas . 4ªed. São Paulo: Ibrasa, 1999. 2. Maffei, WS. Introdução à formação em educação física . 2ªed. Curitiba: Intersaberes, 2023. 3. Hermann, N. Ética & Educação . Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2014.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Biologia celular e bioquímica aplicada à Educação Física	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 1º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Identificar e compreender os tipos e funções celulares. II. Identificar os tecidos corporais e suas funções. III. Relacionar células e tecidos no contexto do metabolismo energético. IV. Conhecer os substratos para o metabolismo energético em repouso e em movimento. V. Compreender e diferenciar as etapas e componentes do metabolismo celular aeróbio e anaeróbio.	Estudo das células e suas funções. Diversidade e elementos comuns na função celular. Tecidos corporais. Classificação a partir de suas composições celulares, aspectos histológicos e reações químicas. Substratos e metabolismo energético. Células, tecidos, substratos energéticos e suas reações químicas para a compreensão dos efeitos agudos e crônicos do exercício físico nos contextos da saúde e do desempenho.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Santos, VLP. Biologia aplicada à Educação Física . Curitiba: Intersaberes, 2019. 2. Bellé, LP; Sandri S. Bioquímica Aplicada - Reconhecimento e Caracterização de Biomoléculas . São Paulo: Editora Saraiva, 2014. 3. Hernandez, SS; Barbieri, JF. Dimensões biológicas e bioquímicas da atividade motora . Porto Alegre: Grupo A, 2018.	
Bibliografia complementar	1. De Robertis, EMF; HIB, J. Bases da biologia celular e molecular . 4ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 2. Pereira, B; Souza Júnior, TP. Metabolismo celular e exercício físico: aspectos bioquímicos e nutricionais . 3ªed. São Paulo: Phorte, 2014. 3. Medrado, L. Citologia e Histologia Humana - Fundamentos de Morfofisiologia Celular e Tecidual . São Paulo: Saraiva, 2014.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Fundamentos históricos e antropológicos da Educação Física	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 1º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Analisar e interpretar o movimento humano e suas diversas manifestações a partir da diversidade cultural, socialização, relações de poder e tecnologia. II. Compreender Educação Física e Esporte em suas interfaces com a relação corpo humano – natureza – cultura. III. Compreender o papel do professor de Educação Física enquanto agente transformador da realidade social em que vive. IV. Relacionar fatos históricos do esporte, atividade física e educação física diante de seu contexto sociocultural e histórico.	Diálogos entre o conhecimento do campo da História e da Educação Física. Histórias da educação física escolar, do esporte, das práticas corporais não esportivas, do lazer e da formação acadêmica no campo. Vivências e produções sobre as práticas corporais reconhecidas como patrimônio e seus marcadores sociais e identitários (classe, gênero, raça, sexualidade, geração, etnia, regionalidade). Abordagem sociocultural do esporte e das práticas de atividades físicas. Compreensão das práticas esportivas a partir de temas vinculados à sociologia e à antropologia.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. SILVA, Juliano Vieira da; BONETE, Wilian J.; SCARANO, Renan C V.; et al. Dimensões histórico-filosóficas da educação física e do esporte . Porto Alegre: Grupo A, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025721/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 2. VALENTINA, Eduardo N D. Fundamentos históricos da educação física e do esporte . Porto Alegre: Grupo A, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023833/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 3. BIEDRZYCKI, Beatriz P.; JR., Lafaiete L O.; DIONIZIO, Mayara. História da educação física . Porto Alegre: Grupo A, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500181/ . Acesso em: 16 fev. 2024.	
Bibliografia complementar	1. Laraia, R. Cultura: um conceito antropológico . 26 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. 2. Melo, VA. História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas . 4ªed. São Paulo: Ibrasa, 1999. 3. Le Breton, D. Antropologia do corpo e modernidade . 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2013. 4. BRACHT, V. Educação Física: aprendizagem social . Porto Alegre: Magister, 1992. 5. KUNZ, E. Educação Física: ensino & mudanças . Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ginásticas e condicionamento físico	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 1º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Analisar a prática das ginásticas na escola e sua utilização na educação, saúde e lazer. II. Entender o processo de construção do conceito de ginástica na história. III. Desenvolver as classificações da modalidade de ginástica. IV. Discutir, analisar e iniciar a descrição dos movimentos corporais. V. Compreender as capacidades físicas do movimento humano e relacioná-las com a saúde e desempenho VI. Observar, elaborar e vivenciar as diferentes atividades gímnicas.	Introdução ao estudo da Ginástica: histórico e evolução. Fundamentos básicos e estruturação de exercícios. Capacidades motoras e qualidades físicas dos movimentos ginásticos. Sistematização dos movimentos gímnicos. Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem da ginástica. Aspectos do condicionamento físico e aptidão física relacionados à saúde e ao desempenho. Vivências práticas de ginástica e condicionamento físico.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Gaio, R; Góis, AAF; Batista, JCF (org.). A ginástica em questão: corpo e movimento . 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2010. 2. Possamai, VD. Metodologia da ginástica . Porto Alegre: Grupo A, 2018. <i>E-book</i> . ISBN 9788595027015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027015/ . Acesso em: 29 fev. 2024. 3. Sharkey, Brian J. Aptidão física ilustrada . Porto Alegre: Grupo A, 2012. <i>E-book</i> . ISBN 9788536327310. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536327310/ . Acesso em: 29 fev. 2024.	
Bibliografia complementar	1. Rosa, LH; Santos, AP. Modalidades esportivas de ginástica . Porto Alegre: Grupo A, 2020. <i>E-book</i> . ISBN 9788595027466. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027466/ . Acesso em: 29 fev. 2024. 2. Werner, Peter, H. et al. Ensinando Ginástica para Crianças . Barueri SP: Manole, 2015. <i>E-book</i> . ISBN 9788520449967. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449967/ . Acesso em: 29 fev. 2024. 3. Dallo, AR. A Ginástica como ferramenta pedagógica: o movimento como agente de formação . São Paulo: Edusp, 2007	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ritmo e danças	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 1º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Vivenciar habilidades relacionadas ao domínio do ritmo, expressão e consciência corporal. II. Compreender os significados e a importância do ritmo como qualidade básica do movimento humano. III. Desenvolver atividades de movimento por meio de diferentes ritmos e danças da cultura local, nacional e internacional. IV. Refletir sobre aspectos sócio-históricos, culturais e morfofuncionais da dança para sua aplicação na Educação Física Escolar.	Abordagem histórica, conceitual e prática do elemento rítmico e sua interação com o movimento humano. Processos que contribuem para o desenvolvimento e aprimoramento da consciência rítmico-motora do indivíduo. Estudo dos princípios sociológicos, históricos, filosóficos, culturais, pedagógicos e anatômicos funcionais da dança. Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem de dança na educação física escolar. Capacitação para o trabalho interdisciplinar com a dança.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Castro, OG. et al. Metodologia da dança . Porto Alegre: Grupo A, 2019. 2. Ribeiro, SR. Atividades rítmicas e expressivas: a dança na educação física . Curitiba: InterSaberes, 2019. 276 p. 3. Haas, JG. Anatomia da Dança . Barueri SP, Editora Manole, 2011.	
Bibliografia complementar	1. Cone, TP; Cone, SL. Ensinando Dança para Crianças . 3ªed. Barueri SP, Editora Manole, 2015. 2. Rodrigues, MCS. Dança . Porto Alegre: Grupo A, 2018. 3. Darido, SC; Rangel ICA. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas integradoras I	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 1º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Analisar e perceber os requisitos para permanência e êxito no curso e na instituição. II. Conhecer a instituição e suas oportunidades de ensino, pesquisa, extensão. III. Avaliar seu próprio conhecimento e perceber-se no contexto institucional. IV. Reconhecer competências, habilidades e atitudes profissionais. V. Conhecer e vivenciar atividades utilizando metodologia de projetos.	Avaliação diagnóstica e nivelamento de conhecimentos dos ingressantes. Atividades de acolhimento incluindo rodas de conversa, dinâmicas e atividades integradas com as componentes curriculares do semestre e/ou com outros cursos da instituição. Apresentação do IFB, do campus Estrutural e seus diferentes setores e oportunidades. Introdução ao estudo de ferramentas educacionais com ênfase em projetos. Competências, habilidades e atitudes profissionais.
Descrição das atividades de extensão (<i>em caso de CCPE</i>)	20h da componente são dedicadas ao planejamento, organização e execução de ações extensionistas em temas selecionados que guardem estreita relação com o perfil do egresso do curso. Serão realizadas análises de atividades de extensão desenvolvidas no IFB e fora dele, atividades de identificação e reconhecimento dos tipos de ações de extensão. As ações extensionistas poderão ocorrer nas formas descritas no item 7.7.	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Prado, FLD. Metodologia de Projetos . São Paulo: Editora Saraiva, 2012. 2. Luck, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos . 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 3. Araújo, CH, Zanon LB, Pansera MCD. Currículo Integrado, Educação e Trabalho . Ijuí: Editora Unijuí, 2021.	
Bibliografia complementar	1. Moll, J. Caminhos da educação integral no Brasil . Porto Alegre: Grupo A, 2012. 2. SOARES, Cristine. Metodologias ativas: uma nova experiência de aprendizagem . São Paulo: Cortez, 2021. 3. Moura, DG; BARBOSA, EF. Trabalhando com Projetos: Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais . Disponível em: http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/ . Acesso em: 27. jul. 2022.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estágio Supervisionado I	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio (20 horas em sala de aula) 96 horas-aula (24 horas-aula em sala de aula) 1º Semestre Sem pré-requisitos	I. Analisar a prática por meio de observação. II. Avaliar princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos adotados pelos professores e suas diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. III. Observar o uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. IV. Observar estratégias e instrumentos de avaliação utilizados pelo professor. V. Elaborar relatório científico das observações.	Observação da prática em aulas de Educação Física na educação infantil. Observação de conteúdos, trabalho interdisciplinar, recursos tecnológicos e didáticos e esportivos, avaliação, estratégias para atender diferenças individuais e materiais didáticos utilizados pelos professores em aulas teóricas e práticas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. BARREIRO, IMF; GEBRAN, RA. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006. 2. PORTELA, KCA; SCHUMACHER, AJ. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 3. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998.	
Bibliografia complementar	1. GUEDES-PINTO, AL. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de ensino na formação inicial . Educação em Revista, 2006. 2. LIMA, MSL. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008. 3. PELOZO, RCB. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão . Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Brasil. Ano V, n. 10, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2º Semestre

Anatomia e fisiologia humana	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 2º Semestre Pré-requisito: BCB	I. Identificar e descrever estruturas anatômicas dos sistemas corporais. II. Reconhecer estruturas do corpo com base na anatomia de superfície. III. Relacionar estruturas anatômicas com as suas funções fisiológicas. IV. Identificar parâmetros fisiológicos e aprender a analisar, regular e controlá-los. V. Compreender os mecanismos de homeostase corporal.	Planos e eixos corporais. Estudo anatômico de todos os sistemas corporais com ênfase no estudo dos sistemas esquelético, articular e muscular. Estudo sucinto da anatomia de superfície. Estudo da fisiologia humana dos sistemas nervoso, muscular, cardiovascular, respiratório, digestório e renal, bem como do sistema endócrino integrado aos sistemas previamente citados e aos sistemas reprodutor masculino e reprodutor feminino.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Tortora, GJ; Derrickson B. Princípios de Anatomia e Fisiologia . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527739368/ . Acesso em: 29 fev. 2024. 2. Zorzi, R; Starling, IG. Corpo humano: órgãos, sistemas e funcionamento . Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2014. 3. Cael, C. Anatomia Palpatória e Funcional . Barueri SP: Manole, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449585/ . Acesso em: 29 fev. 2024.	
Bibliografia complementar	1. Sherwood, L. Fisiologia humana: das células aos sistemas . São Paulo: Cengage Learning, 2011. 2. Tank, PW; Gest TR. Atlas de anatomia humana . Porto Alegre: Grupo A, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536319308/ . Acesso em: 29 fev. 2024. 3. Rohen, JW; Yokochi, C; Lutjen-Drecoll, E. Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional . 7ªed. Barueri, SP: Manole, 2010. 4. Fox, SI. Fisiologia Humana . 7ªed. Barueri SP: Manole, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Lutas e esportes de combate	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 2º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Compreender as especificidades teórico-metodológicas das lutas, enfatizando as suas diferentes possibilidades e estilos. II. Refletir sobre questões relacionadas à violência escolar e ao ensino-aprendizagem de lutas nas aulas de Educação Física; III. Identificar as especificidades históricas, gestuais e regulamentadoras de diferentes esportes de luta, aplicando-as a práticas pedagógicas na escola. IV. Reconhecer e vivenciar jogos e atividades de lutas como ferramentas pedagógicas.	Compreensão histórica do desenvolvimento das lutas e esportes de combate. Estudo de lutas tradicionalmente conhecidas, suas histórias, regras, fundamentos teóricos e técnicos. Jogos e atividades de lutas no contexto da educação física escolar. Dimensões conceituais, procedimentais, atitudinais no âmbito das lutas. A utilização das lutas como ferramenta para a saúde e o lazer da população. Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem das lutas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Rufino, LGB.; Darido, SC. O ensino das lutas na escola . Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788584290437. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290437/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 2. JUNIOR, Lafaiete Luiz de O.; SANTOS, Ana Paula Maurilia dos; BIEDRZYCKI, Beatriz P.; et al. Metodologia das lutas . Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595028845. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028845/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 3. BREDÁ, M.; GALATTI, L.; SCAGLIA, A.; PAES, R. Pedagogia do esporte aplicada às lutas . São Paulo: Phorte, 2010.	
Bibliografia complementar	1. Rufino, LGB. A pedagogia das lutas: caminhos e possibilidades . Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 2. SANTOS, SL. Jogos de oposição: o ensino das lutas na escola . São Paulo: Phorte, 2012. 3. Darido, SC; Rangel, ICA. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 4. FRANCHINI, E. Judô . São Paulo: Odysseus, 2008. 5. CAMPOS, L. A. S. Metodologia do ensino das lutas na Educação Física escolar . São Paulo: Fontoura, 2014.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Metodologia Científica	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 2º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Desenvolver subsídios no que concerne aos fundamentos básicos da pesquisa, dos métodos e instrumentos de investigação, fundamentos epistemológicos e operacionais da pesquisa científica, enfatizando as alternativas metodológicas e instrumentos de investigação para o seu planejamento, desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados.	A natureza da ciência e do conhecimento científico. Os fundamentos e a natureza do método científico. Elaboração de fichamentos, resenhas, artigo científico e monografia; Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico. Aspectos da redação e comunicação científica. Estudo dos tipos e abordagens de pesquisa científica. Iniciação da pesquisa científica visando à elaboração de pré-projeto e o trabalho de conclusão de curso.
Descrição das atividades de extensão (<i>em caso de CCPE</i>)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Marconi, MA; Lakatos, EM. Metodologia Científica . 8ªed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. 2. Vieira, S; Hossne, WS. Metodologia Científica para a Área de Saúde . 3ªed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. 3. Mattos, MG; Rosseto Júnior, AJ; Rabinovich, SB. Metodologia da Pesquisa em Educação Física . 4ªed. São Paulo: Phorte, 2017.	
Bibliografia complementar	1. Gil, AC. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 7ªed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. 2. Pereira, MG. Artigos Científicos - Como Redigir, Publicar e Avaliar . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. 3. Thomas, JR; Nelson, JK; Silverman, SJ. Métodos de pesquisa em atividade física . 6ªed. Porto Alegre: Artmed, 2012.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas corporais de aventura	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 2º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Refletir sobre a interface educação física, saúde e meio ambiente. II. Compreender sustentabilidade e reconhecer sua importância no âmbito da educacional e esportivo. III. Ampliar o conhecimento sobre as práticas corporais de aventura (na natureza e urbanas). IV. Vivenciar atividades físicas e esportivas que desafiem os alunos e estimulem a educação para e pelo lazer.	Estudo das expressões e formas de experimentação corporal que valorizem as perícias e proezas do aluno em situações de imprevisibilidade a partir da interação em ambiente urbano ou natural desafiador. Estudo da interface meio ambiente, saúde, sustentabilidade e Educação Física. Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem de práticas corporais de aventura.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Lisboa, SD. et al. Práticas corporais de aventura . Porto Alegre: Grupo A, 2020. 2. Santos, GS; Andrade, JGS; Silva, LR. (orgs). Práticas corporais de aventura . Paripiranga: UniAGES, 2021. 15 p.: il. 3. Silva Junior, EP; Oliveira, FF; Agapto, RES. Unidade Didática: Práticas Corporais de Aventura . Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IF-Sertão, Campus Salgueiro-PE, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572789 . Acesso em: 10 de Janeiro de 2024.	
Bibliografia complementar	1. Marinho, A. Lazer, meio ambiente e turismo: reflexões sobre a busca pela aventura . Licere. Belo Horizonte, v.10, n.1, 2007. 2. De Deus, IHL. et al. Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios-reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular . Motrivivência, v. 28, n. 48, p. 168-187, 2016. 3. Pereira, DW; Ambrust, I. Pedagogia da aventura: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola . Jundiaí: Fontoura, 2010.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Leitura e Produção de Textos	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 2º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Conhecer os conceitos básicos concernentes à sociolinguística. II. Ler e compreender textos em gêneros e tipologias diversas. III. Conhecer diferentes estratégias de leitura, encontrar informações implícitas e reconhecer relações intertextuais. IV. Usar a linguagem como instrumento eficaz de comunicação na vida social e profissional. V. Desenvolver o processo da comunicação para produzir textos variados e empregar corretamente os aspectos da norma-padrão na expressão oral e escrita.	Preconceito linguístico, variantes linguísticas, adequação linguística. Processo, níveis, estratégias, tipos e possibilidades de leitura. Gênero textual: linguagem, estrutura, função, princípios, sentidos e tipos. Intertextualidade. Metalinguagem. Figuras de linguagem. Língua e Linguagem: registros, níveis, variações, funções, vícios e clichês. Comunicação: elementos, processo, técnicas, competências e obstáculos. Processo da escrita: princípios, qualidades e defeitos do texto, tipologias e documentos diversos. Gramática aplicada aos textos.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Brasileiro, AMM. Leitura e produção textual. (UniA) . Porto Alegre: Grupo A, 2016. 2. Castro, Nádia S., E. et al. Leitura e escrita acadêmicas . Porto Alegre: Grupo A, 2019. 3. Terra, Ernani. Práticas de leitura e escrita . São Paulo: Saraiva Educação, 2019.	
Bibliografia complementar	1. Koch, IGV; ELIAS, VM. Ler e escrever: estratégias de produção textual . 2. ed. São Paulo: Contexto, c2009. 220 p. 2. OLIVEIRA, JPM; MOTTA, CAP. Como escrever textos técnicos . 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 3. CASTILHO, AT. Nova Gramática do Português Brasileiro . São Paulo: Editora Contexto, 2010.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas integradoras II: Saúde e qualidade de vida na escola	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 2º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Refletir sobre saúde, qualidade de vida e seus determinantes na escola e na sociedade. II. Compreender promoção da saúde e educação em saúde. II. Promover atividades integradas e práticas de ensino e promoção da saúde no contexto escolar.	Estudo dos conceitos de saúde e qualidade de vida. Promoção da saúde e educação em saúde. Educação Física como promotora de saúde e de Educação em saúde na escola. Aplicação da educação em saúde e qualidade de vida na escola por meio de projetos integrados interdisciplinares, de extensão, e práticas de ensino em saúde.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	20h da componente são dedicadas ao planejamento, organização e execução de ações extensionistas em temas selecionados que guardem estreita relação com o perfil do egresso do curso, com ênfase na relação com a saúde no ambiente escolar. Serão realizadas análise de atividades de extensão desenvolvidas no IFB e fora dele, atividades de identificação dos tipos de ações de extensão; identificação de oportunidades de fomento para a extensão (editais internos, externos). As ações extensionistas poderão ocorrer nas formas descritas no item 7.7.	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Costa, JM; Maciel, ES; Brito, LX (orgs). O tema da saúde na educação física escolar: propostas pedagógicas (críticas) a partir da saúde coletiva . Palmas: EDUFT, 2021. 2. Santos, ALP. Educação Física, Saúde e Qualidade de Vida . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. 3. Cardoso, K. Educação em Saúde . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018.	
Bibliografia complementar	1. Prado, FLD. Metodologia de Projetos . São Paulo: Editora Saraiva, 2012. <i>E-book</i> . ISBN 9788502133297. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/ . Acesso em: 29 fev. 2024. 2. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde . 3ªed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010 3. Brasil. Ministério da Saúde. Guia de atividade física para a população brasileira . Brasília: ministério da Saúde, 2021.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estágio Supervisionado II	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio (20 horas em sala de aula) 96 horas-aula (24 horas-aula em sala de aula) 2º Semestre Pré-requisitos: EST1	I. Analisar a prática por meio de observação. II. Avaliar princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos adotados pelos professores e suas diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. III. Observar o uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. IV. Observar estratégias e instrumentos de avaliação utilizados pelo professor. V. Elaborar relatório científico das observações.	Observação da prática em aulas de Educação Física no ensino fundamental - anos iniciais (1º ao 5º ano). Observação de conteúdos, trabalho interdisciplinar, recursos tecnológicos e esportivos, avaliação, estratégias para atender diferenças individuais e materiais didáticos utilizados pelos professores em aulas teóricas e práticas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. BARREIRO, IMF; GEBRAN, RA. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006. 2. PORTELA, KCA; SCHUMACHER, AJ. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 3. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998.	
Bibliografia complementar	1. GUEDES-PINTO, AL. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de ensino na formação inicial . Educação em Revista, 2006. 2. LIMA, MSL. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008. 3. PELOZO, RCB. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão . Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Brasil. Ano V, n. 10, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

3º Semestre

Bioestatística	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 3º Semestre Sem pré-requisitos	I. Refletir sobre a utilidade da análise dos dados e sobre como esse processo vem sendo aplicado nas pesquisas da área. II. Desenvolver a capacidade de organizar e apresentar dados obtidos em pesquisas estatísticas III. Calcular medidas de posição (média, moda e mediana) e medidas de dispersão (variância e desvio padrão); IV. Criticar e interpretar os resultados obtidos e utilizar recursos estatísticos no processo de tomada de decisões.	Introdução à estatística: Medidas de tendência central, medidas de dispersão de dados. Variáveis aleatórias discretas e contínuas; População e amostra. Testes de hipóteses; Introdução aos procedimentos de análise de dados quantitativos e qualitativos mais usuais nas pesquisas na área de Educação Física, incluindo os seus pressupostos, análises e formas de apresentação dos resultados. Softwares de análise de dados.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Martinez, EZ. Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde . Editora Blucher, 2015. <i>E-book</i> . ISBN 9788521209034. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521209034/ . Acesso em: 29 fev. 2024. 2. Parenti, T. Bioestatística . Porto Alegre, Grupo A, 2018. 3. Vieira, S. Introdução à Bioestatística . 6ªed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021.	
Bibliografia complementar	1. Arango, HG. Bioestatística: teórica e computacional . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2009. xviii, 438p. 2. Vieira, S. Estatística básica . 2. ed, rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, c2019. xiv, [255] p. : il. ; 23 cm. 3. Field, Andy. Descobrimo a estatística usando o SPSS . 5ªed. Porto Alegre: Grupo A, 2020.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Cinesiologia e biomecânica	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 3º Semestre Pré-requisitos: AFH	I. Descrever e analisar o movimento humano e suas estruturas funcionais. II. Aplicar o conhecimento do movimento humano nas relações com a educação física, esporte, exercício físico e saúde. III. Identificar ações musculares e seus segmentos articulares durante a execução do movimento. IV. Relacionar conteúdo da mecânica com a sua aplicação prática no movimento humano e no esporte. V. Compreender e aplicar métodos, instrumentação, medição e processamento de sinais biomecânicos.	Estudo analítico abordando aspectos da integração da anatomia funcional (estruturas e funções musculoesqueléticas) e do controle motor (neuro mecânico) para elaboração do movimento humano. Cinesiologia articular e muscular na atividade física. Conceitos cinéticos e cinemáticos para análise do movimento humano. Estudo do movimento humano sob o ponto de vista da mecânica visando compreender e aplicar esse conhecimento no esporte e atividade física.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Hamilton, N; Weinmar, W; Luttgens, K. Cinesiologia: teoria e prática do movimento humano . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 2. Neumann, DA. Cinesiologia do Aparelho Musculoesquelético: Fundamentos para Reabilitação . 3ªed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. 3. Floyd, RT. Manual de cinesiologia estrutural – 19ªed. Barueri SP: Editora Manole, 2016. 4. Hall, SJ. Biomecânica Básica . 8ªed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. 5. Hamill, J. Bases biomecânicas do movimento humano . 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2012. 516 p.	
Bibliografia complementar	1. Mansour, NR. et al. Cinesiologia e biomecânica . Porto Alegre: Grupo A, 2019. 2. Perez, CR. et al. Biomecânica dos Esportes . Porto Alegre: Grupo A, 2021. 3. STAUGAARD-JONES, JA. Exercício e movimento: abordagem anatômica: guia para o estudo de dança, pilates, esportes e yoga . Barueri, SP: Manole, 2015. 303 p. il. 4. Kapandji, A. I. O que é biomecânica . Barueri SP: Editora Manole, 2013.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Esportes de Invasão	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 3º Semestre Sem pré-requisitos	I. Identificar e caracterizar os diferentes esportes de invasão. II. Compreender a evolução e desenvolvimento do futebol, futsal, rugby, handebol e basquetebol. II. Vivenciar fundamentos técnicos e táticos dos esportes de invasão. III. Aplicar os fundamentos do futebol, futsal, rugby, handebol e basquetebol a práticas pedagógicas na escola.	Esportes de invasão no contexto da classificação dos esportes. Breve estudo histórico dos esportes de invasão. Fundamentos técnicos e táticos do futebol, futsal, rugby, handebol e basquetebol. Esportes de invasão na educação física escolar em suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais. Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem dos esportes de invasão.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Franke, RA. Metodologia do handebol . Porto Alegre: Grupo A, 2018. 2. Gonçalves, OS; Romão, MF. Metodologia do basquetebol . Porto Alegre: Grupo A, 2018. 3. Gonçalves, PS. Metodologia do futebol e do futsal . Porto Alegre, Grupo A, 2018. 4. Riller Silva Reverdito e Alcides José Scaglia. Pedagogia do Esporte: jogos coletivos de invasão . Phorte, 2009.	
Bibliografia complementar	1. Navarro, AC; Wilton, R. Pedagogia do Esporte: jogos esportivos coletivos . Phorte, 2015. 2. Junior, Dante de Rose; Tricoli, V. Basquetebol: Uma Visão Integrada entre Ciência e Prática . Barueri SP: Editora Manole, 2005. 3. Santos, ACP. Manual de Mini-handebol . 2ªed. Phorte Editora. 4. APOLO, A. Futsal: metodologia e didática na aprendizagem . São Paulo: Phorte, 2008. 5. Voser, RC. e Giusti, JGM. O futsal e a escola . 2ªed. Porto Alegre: Grupo A, 2015.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Esportes de Rede	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 3º Semestre Sem pré-requisitos	I. Identificar e caracterizar os diferentes esportes de rede e parede. II. Compreender a evolução e desenvolvimento do voleibol de quadra e de praia, bem como do tênis de mesa e do badminton. III. Vivenciar os fundamentos técnicos e táticos do voleibol, tênis de mesa e badminton, aplicando-os a práticas pedagógicas na escola.	Estudo da classificação dos esportes. Caracterização dos diferentes esportes de rede e parede com e sem uso de raquetes. Breve história do voleibol e dos esportes com raquete. Regras básicas, fundamentos técnicos e táticos do voleibol de quadra e de praia, bem como do tênis de mesa e do badminton. Esportes de rede na educação física escolar em suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais. Esportes de rede e raquete como ferramenta para a saúde e lazer. Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem do voleibol, tênis de mesa e badminton.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Priess, FG et al. Metodologia do voleibol . Porto Alegre: Grupo A, 2018. 2. Bojikian, JCM. Ensinando voleibol . 3ªed. São Paulo: Phorte, 2005. 3. Belli, João Guilherme Cren Chiminazzo, T. Esportes de raquete . Barueri SP: Editora Manole, 2021. 4. FONSECA, KVO; SILVA, PRSB. Badminton : manual de fundamentos e exercícios. Curitiba:M. M. Ono, 2012.	
Bibliografia complementar	1. Carvalho, OM. Voleibol: 1000 exercícios . 6ªed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005. 2. Silva, FM. et al. Iniciação esportiva . Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2012. 3. González FJ; Darido, SC; Oliveira, AAB. Esportes de marca e com rede divisória ou muro/parede de rebote: badminton, peteca, tênis de campo, tênis de mesa, voleibol, atletismo . Maringá: Eduem, 2014.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Inglês para a Educação Física	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 3º Semestre Sem pré-requisitos	I. Desenvolver estratégias de leitura e compreensão de textos em língua inglesa, com o enfoque nas áreas de Educação, Ensino e Educação Física. II. Ampliar o conhecimento de estruturas léxico-gramaticais e funções comunicativas da língua inglesa através de textos escritos. III. Ampliar o vocabulário dos estudantes em língua inglesa nas áreas afins.	Introdução ao desenvolvimento de estratégias de leitura de textos em Língua Inglesa e estudo das estruturas básicas do idioma, tendo como objetivo a compreensão de textos que abordem temas relativos às áreas de Educação, Ensino e Educação Física.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. SOUZA, A. G. F. (et al). Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental . 2. ed. atual. São Paulo: Disal, 2010. 2. CIOCARI, R. M. Apostila de inglês instrumental. Universidade Aberta do Brasil - Instituto Federal Sul-rio-grandense, 2011. 3. LUMPKIN, A. Introduction to physical education, exercise science, and sport studies . 8th ed. New York: McGraw-Hill, 2011.	
Bibliografia complementar	1. MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo I . São Paulo: Textonovo, 2004. 2. SILVEIRA, M. E. K; VEREZA, S. C. Inglês instrumental . Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 3. UMANETS, A.V; GLUSHKOVETSKA, N.A; DUBINSKA, A.V; KRUK, A.A. English for students of physical education department : livro didático de língua inglesa para alunos da faculdade de educação física. Kamianets-Podilskyi: Ruta Printing House LLC, 2020. 4. MURPHY, Raymond; SMALZER, William R. Basic grammar in use: reference and practice for students of North American English . 3rd ed. Cambridge: Cambridge University, 2011. 5. SCHUMACHER, Cristina. Inglês: as 1.500 palavras indispensáveis . Rio de Janeiro: Campus, 2003.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas integradoras III: Eventos e jogos escolares	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 3º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Compreender princípios básicos de organização e gestão de eventos. II. Refletir sobre o esporte competitivo e sua aplicação na educação e na escola. III. Aplicar preceitos de sustentabilidade na organização de eventos. II. Promover atividades integradas de eventos esportivos e/ou recreativos no contexto escolar.	Princípios básicos de organização e gestão. Sustentabilidade em eventos. Eventos esportivos: Tipos e características, congresso técnico, cerimonial de abertura e encerramento. Elaboração do regulamento e sistemas de disputa. Planejamento, execução e avaliação de eventos esportivos, recreativos e/ou acadêmicos no contexto escolar por meio de projetos integrados.
Descrição das atividades de extensão (<i>em caso de CCPE</i>)	20h da componente são dedicadas ao planejamento, organização e execução de ações extensionistas em temas selecionados que guardem estreita relação com o perfil do egresso, com ênfase em jogos escolares de modalidades diversas. Serão realizadas análise de atividades de extensão desenvolvidas no IFB e fora dele, atividades de identificação dos tipos de ações de extensão; identificação de oportunidades de fomento para a extensão (editais internos, externos). As ações extensionistas poderão ocorrer nas formas descritas no item 7.7.	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Poit, DR. Organização de Eventos Esportivos . 5ªed. São Paulo: Phorte, 2013. 2. Selhorst, MM. Organização de eventos escolares . UNIASSELVI, 2017, 169p. 3. Rezende, JR. Sistemas de Disputa para Competições Esportivas: Torneios e Campeonatos . São Paulo: Phorte Editora, 2007.	
Bibliografia complementar	1. Luck, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos . 18. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 2. Matias, M. Planejamento, Organização e Sustentabilidade em Eventos: Culturais, Sociais e Esportivos . Barueri SP: Editora Manole, 2011. 3. Mallen, C; Lorne J. Adams. Gestão de Eventos Esportivos, Recreativos e Turísticos: Dimensões Teóricas e Práticas . Barueri SP: Editora Manole, 2013.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estágio Supervisionado III	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio (20 horas em sala de aula) 96 horas-aula (24 horas-aula em sala de aula) 3º Semestre Pré-requisitos: EST2	I. Analisar a prática por meio de observação. II. Avaliar princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos adotados pelos professores e suas diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. III. Observar o uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. IV. Observar estratégias e instrumentos de avaliação utilizados pelo professor. V. Elaborar relatório científico das observações.	Observação da prática em aulas de Educação Física no ensino fundamental - anos finais (6º ao 9º ano). Observação de conteúdos, trabalho interdisciplinar, recursos tecnológicos e esportivos, avaliação, estratégias para atender diferenças individuais e materiais didáticos utilizados pelos professores em aulas teóricas e práticas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. BARREIRO, IMF; GEBRAN, RA. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006. 2. PORTELA, KCA; SCHUMACHER, AJ. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 3. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998.	
Bibliografia complementar	1. GUEDES-PINTO, AL. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de ensino na formação inicial . Educação em Revista, 2006. 2. LIMA, MSL. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008. 3. PELOZO, RCB. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão . Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Brasil. Ano V, n. 10, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

4º Semestre

Atividades aquáticas	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 4º Semestre Sem pré-requisitos	I. Identificar e caracterizar propriedades físicas e princípios hidrodinâmicos. II. Aplicar procedimentos de adaptação ao meio líquido para crianças e adolescentes. III. Vivenciar fundamentos técnicos dos movimentos dos quatro estilos de natação. IV. Refletir sobre as possibilidades pedagógicas de atividades aquáticas na educação física escolar.	Caracterização dos diferentes esportes e atividades aquáticas. Propriedades físicas da água e princípios hidrodinâmicos. As atividades aquáticas como educação, esporte, recreação, saúde. Adaptação ao meio líquido e estudo da técnica do movimento dos quatro estilos de natação. Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem da natação em diferentes faixas etárias.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Costa, PHL. Natação e Atividades Aquáticas: Subsídios para o Ensino . Barueri SP: Editora Manole, 2010. 2. Lima, WU. Ensinando Natação . 4. ed. São Paulo: Phorte, 2009. 3. Salo, D; Scott A. Riewald. Condicionamento Físico para Natação . Barueri SP: Editora Manole, 2011.	
Bibliografia complementar	1. Figueiredo, P. A. P. Natação para bebês, infantil e iniciação : uma estimulação para a vida. São Paulo: Phorte, 2011. 2. Rosa, JCD et al. Atividades aquáticas como direito de aprendizagem dos alunos na educação física escolar. Motrivivência , (Florianópolis), v. 34, n. 65, p. 01-21, 2022. 3. Carlan, P; Durkes, DB. O conteúdo “atividades aquáticas” na educação física escolar: limites e perspectivas. Kinesis , 36(3). 2018. 4. Silva, M.C. Aspectos pedagógicos das atividades aquáticas . Curitiba: Intersaberes, 2020.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Esportes de Marca	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 4º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Identificar e caracterizar os diferentes esportes de marca. II. Identificar a caracterizar as diferentes provas de atletismo. III. Vivenciar provas de salto, corridas, lançamentos, marcha e provas combinadas. IV. Aplicar fundamentos técnicos e táticos dos esportes de marca, com ênfase no atletismo, a práticas pedagógicas na escola.	Estudo da classificação e caracterização dos esportes de marca. Conhecimento do atletismo por meio de uma análise dos conteúdos que englobam a evolução das provas disputadas, dos regulamentos e dos implementos utilizados, incluindo as respectivas peculiaridades das corridas, saltos, lançamentos, marcha atlética e provas combinadas. Aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem do atletismo.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Rojas, PNC. Aspectos pedagógicos do atletismo . Curitiba: InterSaberes, 2017. 253 p.: il. 2. Silva, JV; Priess, FG. Metodologia do atletismo . Porto Alegre, Grupo A, 2018. 3. Matthiesen, SQ. Fundamentos de Educação Física no Ensino Superior - Atletismo - Teoria e Prática , 2ªed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017.	
Bibliografia complementar	1.. González FJ; Darido, SC; Oliveira, AAB. Esportes de marca e com rede divisória ou muro/parede de rebote: badminton, peteca, tênis de campo, tênis de mesa, voleibol, atletismo . Maringá: Eduem, 2014. 2. Moura, DL et al. Dialogando sobre o ensino da Educação Física: O atletismo na escola . Curitiba: CRV, 2016. 3. Darido, SC; Rangel ICA. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Fisiologia do Exercício	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 4º Semestre Pré-requisitos: AFH	I. Analisar e interpretar os fenômenos ocorridos no organismo humano advindos dos exercícios agudos e crônicos. II. Ser capaz de realizar intervenções calcadas em princípios científicos. III. Entender a Fisiologia do exercício no contexto dos esportes, atividade física, reabilitação e educação física escolar.	Aborda noções sobre as adaptações agudas e crônicas dos principais sistemas fisiológicos do organismo humano (cardiovascular, respiratório, neuromuscular, endócrino e termorregulatório, assim como suas interações) ao esforço físico em situações antes, durante e após a realização de atividades físicas / exercícios físicos.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Powers, SK. Howley, ET. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho . 9ªed. Baruei SP: Editora Manole, 2017. 2. McArdle, WD. et al. Fisiologia do Exercício - Nutrição, Energia e Desempenho Humano , 8ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. 3. Plowman, SA. e Smith, DL. Fisiologia do Exercício - Para Saúde, Aptidão e Desempenho , 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2010.	
Bibliografia complementar	1. Raso, V, et al. Pollock: Fisiologia Clínica do Exercício . Baruei SP: Editora Manole, 2013. 2. Rowland, TW. Fisiologia do Exercício na Criança . 2ªed. Baruei SP: Editora Manole, 2008. 3. Andrade, MS. e Lira, CAB. Fisiologia do exercício . Baruei SP: Editora Manole, 2016.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Medidas e avaliação em Educação Física	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 4º Semestre Pré-requisitos: AFH	I. Analisar e problematizar as medidas e avaliações no âmbito da Educação Física escolar. II. Conhecer e aplicar vários testes e protocolos de medidas e avaliações da aptidão física, composição corporal e saúde. III. Relacionar atividade física, aptidão física e saúde no contexto escolar. IV. Avaliar o desempenho funcional de crianças, jovens e adultos.	Relação entre atividade física, aptidão física e saúde. Avaliação dos aspectos morfológico, funcional e fisiológico da aptidão física. Importância e aplicação da avaliação física na Educação Física Escolar. Testes e avaliações relacionados à antropometria, composição corporal, aspectos funcionais de mobilização de energia, atividade física habitual e sistema músculo articular. Bateria de testes para crianças e jovens em idade escolar.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Heyward, VH. Avaliação física e prescrição de exercício : técnicas avançadas. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 2. Perez, CR. et al. Medidas e Avaliação em Educação Física . Porto Alegre: Grupo A, 2021. 3. Souza, EF; Pereira, JL. Medidas e avaliação . Curitiba: InterSaberes, 2019. 302 p.	
Bibliografia complementar	1. Machado, AF. Manual de avaliação física . 3. ed. São Paulo: Ícone, 2016. 2. Gaya, AR; et al. Projeto Esporte Brasil: Manual de medidas, testes e avaliações . 5ª ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Ebook. 3. Foutoura, AS et al. Guia prático de avaliação física : uma abordagem didática, abrangente e atualizada. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2013.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas integradoras IV: Seminários Temáticos	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 4º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Planejar e elaborar seminários, oficinas e/ou atividades temáticas com vistas a interação com a prática profissional e docência na educação física. II. Construir conhecimentos acerca da especificidade do trabalho docente. III. Promover atividades integradas e/ou de extensão no âmbito escolar na área da Educação Física e/ou áreas correlatas.	Planejamento e elaboração de seminários, oficinas e/ou atividades temáticas correlatas à Educação Física por meio de projetos integrados e de extensão. Planejamento e execução de práticas integradoras de ensino e docência na educação básica.
Descrição das atividades de extensão (<i>em caso de CCPE</i>)	20h da componente são dedicadas ao planejamento, organização e execução de ações extensionistas em temas selecionados que guardem estreita relação com o perfil do egresso do curso. Serão realizadas análise de atividades de extensão desenvolvidas no IFB e fora dele, atividades de identificação dos tipos de ações de extensão; identificação de oportunidades de fomento para a extensão (editais internos, externos). As ações extensionistas poderão ocorrer nas formas descritas no item 7.7.	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Ruiz, C.M. A iniciação à docência na educação básica: dilemas, desafios e aprendizagens profissionais . Curitiba: Appris Editora, 2020. 2. Moran, J. Metodologias ativas de bolso: Como os alunos podem aprender de forma ativa, simplificada e profunda . Editora Arco 43, 1ªed. 2019. 3. Roos, BM; Munhoz, AV. O ensino por meio de oficinas . Revista de Iniciação Científica da Ulbra N° 13/2015, p.198-204.	
Bibliografia complementar	1. Santana, AFA et al. Experiência na iniciação à docência: oficinas temáticas para a educação de jovens e adultos . VI Encontro estadual de ensino de história. ANPUH, Bahia, 2021. 2. Gonçalves, N. G.; Quimelli, G. A. S. (org.). Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. 3. Luck, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos . 18. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estágio Supervisionado IV	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio (20 horas em sala de aula) 96 horas-aula (24 horas-aula em sala de aula) 4º Semestre Pré-requisitos: EST3	I. Analisar a prática por meio de observação. II. Avaliar princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos adotados pelos professores e suas diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. III. Observar o uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. IV. Observar estratégias e instrumentos de avaliação utilizados pelo professor. V. Elaborar relatório científico das observações.	Observação da prática em aulas de Educação Física no ensino médio e educação de jovens e adultos. Observação de conteúdos, trabalho interdisciplinar, recursos tecnológicos e esportivos, avaliação, estratégias para atender diferenças individuais e materiais didáticos utilizados pelos professores em aulas teóricas e práticas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. BARREIRO, IMF; GEBRAN, RA. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006. 2. PORTELA, KCA; SCHUMACHER, AJ. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 3. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998.	
Bibliografia complementar	1. GUEDES-PINTO, AL. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de ensino na formação inicial . Educação em Revista, 2006. 2. LIMA, MSL. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008. 3. PELOZO, RCB. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão . Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Brasil. Ano V, n. 10, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

5º Semestre

Fundamentos da Educação	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 5º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Discutir os fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da Educação tomando-os como respaldo para melhor compreensão da dimensão social da educação promovida nas escolas. II. Refletir sobre a constituição da escola e seus impactos na constituição das sociedades ao longo da história. III. Problematizar as relações entre promoção da educação formal e constituição das sociedades na Contemporaneidade. IV. Fundamentar o problema da educação em uma perspectiva emancipatória.	Diálogos entre o conhecimento do campo da história, Filosofia e da Sociologia da Educação. Perspectivas teóricas do campo da Sociologia da Educação. As relações entre a educação formal e a constituição da estrutura social ao longo da história. Problematização do papel da educação na promoção do desenvolvimento de indivíduos e sociedades. Principais indicadores sobre desenvolvimento da educação básica no Brasil.
Descrição das atividades de extensão (<i>em caso de CCPE</i>)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Melo, A. Fundamentos socioculturais da educação . Curitiba: Dialógica, 2012. 278 p. 2. Luckesi, C. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 222 p. 3. Neto, S. História da educação brasileira . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.	
Bibliografia complementar	1. Medel, CRMA. Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola . 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. 88 p. 2. Giddens, A; Costa, RC (trad.). Sociologia . 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 847 p. il. 3. Augustinho, AN. et al. Sociologia da Educação . Porto Alegre: Grupo A, 2020. 4. Michaliszyn, M. S. Fundamentos socioantropológicos da educação . Curitiba: Intersaberes, 2012.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Metodologia da educação física na educação infantil e ensino fundamental	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 5º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Refletir sobre a prática pedagógica na educação infantil e no ensino fundamental. II. Conhecer metodologias e técnicas de ensino de Educação Física na educação infantil e ensino fundamental que favoreçam o desenvolvimento e aprendizado. III. Conhecer e discutir a avaliação educacional como componente do processo educativo IV. Elaborar planejamentos de ensino de educação física.	O professor de educação física e sua prática pedagógica no ensino fundamental e educação infantil. Métodos de ensino em educação física escolar; Base Nacional Comum Curricular e a especificidade do ensino da educação física no ensino fundamental e educação infantil.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. BIEDRZYCKI, Beatriz P.; CAYRES-SANTOS, Suziane U.; SILVA, Juliano Vieira da; et al. Metodologia do Ensino da Educação Física . Porto Alegre: Grupo A, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900667/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 2. PALMA, Ângela Pereira; BASSOLI, Amauri A.; PALMA, José Augusto V. Educação Física e a Organização Curricular - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Ijuí: Editora Unijuí, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074635/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 3. Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em janeiro de 2024.	
Bibliografia complementar	1. LIBÂNEO, JC. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 288 p. 2. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998. 3. FENSTERSEIFER, P. E. Educação Física Escolar Política, Currículo e Didática . Ijuí: Editora Unijuí, 2019. 4. SILVEIRA, E. M.; REZENDE, L. M. T. e; HERNANDEZ, S. S. S.; et al. Educação Física no Ensino Fundamental: Prática Docente . Porto Alegre: Grupo A, 2021. 5. GONZALEZ-MENA, J. Fundamentos da educação infantil . Porto Alegre: Grupo A, 2015.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Inclusão na educação e na educação física	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 5º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Compreender diferentes necessidades especiais e possibilidades de adaptação na educação física escolar. II. Analisar o movimento esportivo paralímpico, as modalidades esportivas paralímpicas e suas possibilidades de aplicação no contexto escolar. III. Refletir sobre princípios de educação inclusiva e sobre o planejamento de aulas com vistas a inclusão. IV. Relacionar direitos humanos e educação inclusiva.	Disciplina teórico-prática que objetiva o estudo das diversas categorias de necessidades especiais e suas especificidades tendo em vista as ações pedagógicas na Educação Física. O movimento paralímpico. Esportes paralímpicos na escola. Educação para os direitos humanos. Princípios de educação inclusiva.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. GREGUOL, M.; COSTA, R.F. Atividade Física Adaptada . Barueri SP: Manole, 2013. 2. CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL. Caderno de educação popular e direitos humanos . Porto Alegre: CAMP, 2013. 118 p. 3. SILVA, J. V. Educação física adaptada . Porto Alegre: Grupo A, 2018.	
Bibliografia complementar	1. MANICA, L; CALIMAN, G. A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente . Brasília: Liber Livro, 2015. 280 p. 2. SOLER, R. Brincando e aprendendo na educação física especial: planos de aulas . 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006. 3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Educação em direitos humanos . Goiânia: Editora UFG, 2014. 93 p. 4. BIEDRZYCKI, B. P.; et al. Educação Física Inclusiva e Esportes Adaptados . Porto Alegre: Grupo A, 2020. 5. SERON, B. B.; BRANDOLIN, F. (org.) Experiências no esporte paralímpico: um passo a favor da inclusão . Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2020.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Fundamentos de gestão aplicados à educação	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 5º Semestre Sem pré-requisitos	I. Compreender princípios básicos de gestão e administração aplicando-os no ambiente escolar. II. Refletir e analisar os aspectos da gestão escolar, como elaboração da proposta pedagógica e regimentos, bem como avaliação e organização dos ambientes. III. Analisar a gestão de recursos humanos, tecnológicos e materiais no ambiente escolar.	Princípios fundamentais de gestão e administração. Aspectos da gestão escolar, como elaboração da proposta pedagógica e dos regimentos escolares. Gestão de recursos, escolha de materiais didáticos. Processo de avaliação e a organização dos ambientes de ensino. Democratização da gestão escolar.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. LIBÂNEO, JC. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 5 ed. Goiânia: MF Livros, 2008. 2. CHIAVENATO, I. Princípios da administração : o essencial em teoria geral da administração. Barueri SP: Editora Manole, 2006. 3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Gestão da educação escolar . Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=585-gestao-da-educacao-escolar&Itemid=30192 . Acesso em: 27 jul. 2022.	
Bibliografia complementar	1. PEIXOTO, BFB. Gestão da inovação de instituição científica e tecnológica pública : como estruturar e sistematizar sob o prisma legal. Brasília: IFB, 2022. 191 p. il. 21 cm. 2. SILVA, LC. A gestão escolar e suas contribuições para o fazer docente . Orientador: Lyssya Suelen Pereira da Silva. 2023. 18 f. il. Artigo Científico (Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2023, Brasília, 2023. (TCC/CSAM). 3. MEIRA, GR; LÉLLIS, JA. A qualidade na escola: como estabelecer padrões para sua melhoria . João Pessoa, PB: ETEFPB, 1997. 92 p.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão I	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio 96 horas-aula 5º Semestre Sem pré-requisitos	I. Planejamento, organização e execução de ações extensionistas nos temas selecionados. II. Planejamento de estratégias de ensino, pesquisa e extensão inclusiva. III. Confecção de material didático, plano de aula e instrumentos de avaliação. IV. Compreender as interfaces entre os conteúdos e a base nacional comum curricular.	A Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Importância da Pesquisa e da Extensão para a educação e para a sociedade. A relação da Extensão com a Educação Física e sua práxis na educação. Possibilidades de projetos de ensino, pesquisa e extensão em associação com as necessidades locais.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	60h da componente são dedicadas ao planejamento, organização e execução de ações extensionistas em temas selecionados considerando as interfaces da Educação Física com a educação básica. Serão realizadas análise de atividades de extensão desenvolvidas no IFB e na rede de educação básica do DF, atividades de identificação dos tipos de ações de extensão; identificação de oportunidades de fomento para a extensão (editais internos, externos). As ações extensionistas poderão ocorrer na forma eventos tais como oficinas e intervenções com a comunidade, ou nas formas descritas no item 7.7.	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação , v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018. 2. ARAÚJO FILHO, Targino de (org). Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas . Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. 3. SANTOS, Marcos Pereira. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. Conexão UEPG , v. 8, n. 2, 2012, p. 154-163.	
Bibliografia complementar	1. CANDAU, V. Reinventar a Escola . VOZES, 2007. 2. MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro . Cortez, 2009. 3. GATTI, Bernardete. Formação de professores no Brasil: características e problemas . Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, out./dez, p. 1355-1379, 2010.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estágio Supervisionado V	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio (20 horas em sala de aula) 96 horas-aula (24 horas-aula em sala de aula) 5º Semestre Pré-requisitos: EST4	I. Intervir na prática por meio de regência supervisionada. II. Avaliar princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos e suas diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. III. Uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. IV. Empregar estratégias e instrumentos de avaliação. V. Elaborar relatório científico das atividades.	Regência supervisionada de Educação Física na educação infantil. Emprego de conteúdos, trabalho interdisciplinar, recursos tecnológicos e esportivos, avaliação, estratégias para atender diferenças individuais e materiais didáticos em aulas teóricas e práticas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. BARREIRO, IMF; GEBRAN, RA. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006. 2. PORTELA, KCA; SCHUMACHER, AJ. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 3. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998.	
Bibliografia complementar	1. GUEDES-PINTO, AL. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de ensino na formação inicial . Educação em Revista, 2006. 2. LIMA, MSL. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008. 3. PELOZO, RCB. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão . Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Brasil. Ano V, n. 10, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

6º Semestre

Didática	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 6º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Identificar as tendências pedagógicas, os pensadores que as sustentam, bem como suas bases epistemológicas. II. Conhecer as metodologias e técnicas de ensino que favoreçam o aprendizado. III. Conhecer e discutir a avaliação educacional como componente do processo educativo, seus métodos, técnicas e instrumentos em prol da aprendizagem. IV. Conhecer as diferentes propostas de ensino-aprendizagem para o ensino de Educação Física. V. Elaborar planejamentos de ensino.	Didática, sua trajetória histórica e as influências sociopolíticas no processo educativo; Tendências e teorias pedagógicas, concepções e pressupostos; A didática como campo de conhecimento; Pensadores da educação e suas contribuições; Métodos e técnicas de ensino; Planejamento e avaliação do processo ensino e aprendizagem. Estudo de metodologias ativas de ensino.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Libâneo, JC. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 288 p. 2. Lima, PM. Didática e planejamento . Curitiba: Fael, 2013. 155 p. 3. Bagnara, I. C.; Fensterseifer, PE. Educação Física Escolar Política, Currículo e Didática . Ijuí RS: Editora Unijuí, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788541902847/ . Acesso em: 29 fev. 2024.	
Bibliografia complementar	1. Ferreira, VS. et al. Didática . Porto Alegre: Grupo A, 2018. 2. MONEREO, C; DORNELES, BV (org.). Psicologia da educação . Porto Alegre: Penso, c2016. x, 182 p. 3. Biedrzycki, BP. et al. Metodologia do Ensino da Educação Física . Porto Alegre: Grupo A, 2020.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Jogos, brincadeiras e cultura popular	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 6º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Identificar e compreender os diversos jogos presentes na cultura popular tradicional e contemporânea. II. Analisar e interpretar os aspectos históricos, sociais e políticos das realidades em que os jogos são vivenciados. III. Analisar metodologias e o uso de jogos e brincadeiras na educação física escolar. IV. Criar e aplicar diversos jogos e brincadeiras em diferentes contextos culturais.	Abordagem cultural dos jogos e suas modalidades. Interações entre jogos e manifestações da cultura popular. Estudo dos diversos jogos presentes na cultura popular tradicional e contemporânea. Entendimento dos aspectos históricos, sociais e políticos das realidades em que os jogos são vivenciados. Abordagens teóricas e reflexões acerca das vivências dos jogos em espaços formais e não formais de ensino. Abordagem das relações entre aspectos didático-metodológicos do jogo e os diferentes contextos culturais. Estímulo à produção de conteúdo lúdico fundamentado no reconhecimento da diversidade cultural.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Huizinga, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura . São Paulo: Perspectiva, 2004. 2. Loro, AP. Jogos e brincadeiras: pluralidades interventivas . Curitiba, Intersaberes, 2018. 3. Santos, W; Matos JMC. Jogos e brincadeiras: da pesquisa às possibilidades de ensino . Phorte Editora, 2022.	
Bibliografia complementar	1. Koch, K. Pequenos jogos esportivos . Barueri SP: Manole, 2005. E-book. ISBN 9788520441909. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520441909/ . Acesso em: 29 fev. 2024. 2. Neira, MG. EM defesa do jogo como conteúdo cultural do currículo da Educação Física. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte , 2009, 8(2):25-41. 3. Nogueira, QWC. Educação física, jogo e cultura. Cadernos de Educação . Pelotas, 2007, (29):119-134.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Aspectos étnicos e socioculturais na educação física e nos esportes	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 6º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Refletir sobre o conceito de cultura e suas aplicações à educação física e aos estudos étnicos no Brasil. I. Destacar a formação de professores à luz da história da cultura indígena, afro-brasileira e africana, percebendo a partir daí, novas tendências para uma prática reflexiva. II. Compreender a importância dessas temáticas na formação de professores visando, sobretudo, a aplicação na prática cotidiana escolar das leis 10.630/03 e 11.645/08.	Educação das relações étnico-raciais. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Respeito e a valorização da diversidade étnico-racial. Identidade Nacional e Identidades Culturais. Relações étnicas e sociais no contexto da educação física e dos esportes. Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos. Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Almeida, AJM et al. As práticas corporais e a educação do corpo indígena : a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. Revista Brasileira de Ciência e Esporte, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, dez. 2010. 2. Farias, LGS et al. A institucionalização do racismo contra negros (as) e as injúrias raciais no esporte profissional : o contexto internacional. Movimento: revista de educação física da UFRGS. V. 26, e26074, 2020. 3. Brasil. Ministério da educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana . Brasília: 2005.	
Bibliografia complementar	1. Coelho, WNB. Formação de professores e relações étnico-raciais (2003-2014) : produção em teses, dissertações e artigos. Educar em Revista, v. 34, n. 69, p. 97-122, jun. 2018. 2. Bugarim, J. P. et al. A cultura afro-brasileira na educação básica: um estudo sobre o exercício da lei 10.639/2003 em três escolas municipais de Tucuruí-Pa. Motrivivência , v. 32, n. 62, p. 01-19, 3 jun. 2020. 3. Marçal, J.A.; Lima, S.M.A. Educação escolar das relações étnico-raciais : história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2024. 4. GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Língua Brasileira de sinais	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 6º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Conhecer a Língua de Sinais Brasileira e a constituição linguística do sujeito surdo. II. Aprender noções básicas de fonologia, morfologia e morfossintaxe da LIBRAS. III. Praticar a LIBRAS.	Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. Estudos do léxico da LIBRAS. Noções de variação.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. CAPOVILLA, FC et al. Dicionário da língua de sinais do Brasil : a Libras em suas mãos. São Paulo: EdUSP, 2017. 2. GESSER, A. Libras?: que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 3. Plinski, R et al. Libras . Porto Alegre: Grupo A, 2018.	
Bibliografia complementar	1. QUADROS, RM; KARNOPP LB. Estudos Linguísticos: Língua de Sinais Brasileira , Porto Alegre. Artmed, 2004. 2. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 3. DIEHL, RM. Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência . 2.Ed. São Paulo: Phorte, 2008.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão II	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio 96 horas-aula 6º Semestre Sem pré-requisitos	I. Planejamento, organização e execução de ações extensionistas nos temas selecionados. II. Planejamento de estratégias de ensino, pesquisa e extensão inclusiva. III. Confeção de material didático, plano de aula e instrumentos de avaliação. IV. Compreender as interfaces entre os conteúdos e a base nacional comum curricular. V. Compreensão das manifestações do fenômeno esportivo na sociedade.	A Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Importância da Pesquisa e da Extensão para a educação e para a sociedade. A relação da Extensão com a Educação Física e sua práxis no esporte em suas manifestações educacionais, de rendimento e de participação. Possibilidades de projetos de ensino, pesquisa e extensão em associação com as necessidades locais no que se refere às manifestações do esporte.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	60h da componente são dedicadas ao planejamento, organização e execução de ações extensionistas em temas selecionados considerando as interfaces da Educação Física com o esporte nas suas manifestações (educação, rendimento e participação). Serão realizadas análise de atividades de extensão desenvolvidas no IFB e fora dele, atividades de identificação dos tipos de ações de extensão; identificação de oportunidades de fomento para a extensão (editais internos, externos). As ações extensionistas poderão ocorrer na forma de eventos, oficinas e intervenções com a comunidade, ou nas formas descritas no item 7.7.	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. CALDERÓN, Adolfo Ignacio; SARMENTO, Dirléia Fanfa; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos (org.). Extensão universitária: uma questão em aberto . São Paulo: Xamã, 2011. 2. NOZAKI, Joyce. M.; FERREIRA, Lilian. A.; HUNGER, Dagmar. A. Evidências formativas da extensão universitária na docência em Educação Física . Eletrônica de Educação, v.9, n.1, 2015, p.228-241. 3. TUBINO, M.J.G. Dimensões sociais do esporte . Cortez Editora, 1992.	
Bibliografia complementar	1. BRACHT. V. Educação Física e Aprendizagem Social . Porto Alegre, RS, Editora Magister, 1992. 2. FAGUNDES, J. Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas . Campinas, Editora da Unicamp, 1986. 3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Experiências Pedagógicas . Roraima: UFRR, 2008.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estágio Supervisionado VI	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio (20 horas em sala de aula) 96 horas-aula (24 horas-aula em sala de aula) 6º Semestre Pré-requisitos: EST5	I. Intervir na prática por meio de regência supervisionada. II. Avaliar princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos e suas diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. III. Uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. IV. Empregar estratégias e instrumentos de avaliação. V. Elaborar relatório científico das atividades.	Regência supervisionada de Educação Física no ensino fundamental - anos iniciais (1º ao 5º ano). Emprego de conteúdos, trabalho interdisciplinar, recursos tecnológicos e esportivos, avaliação, estratégias para atender diferenças individuais e materiais didáticos em aulas teóricas e práticas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. BARREIRO, IMF; GEBRAN, RA. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006. 2. PORTELA, KCA; SCHUMACHER, AJ. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 3. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998.	
Bibliografia complementar	1. GUEDES-PINTO, AL. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de ensino na formação inicial . Educação em Revista, 2006. 2. LIMA, MSL. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008. 3. PELOZO, RCB. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão . Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Brasil. Ano V, n. 10, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

7º Semestre

Crescimento, desenvolvimento e aprendizagem humana	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 7º Semestre Sem pré-requisitos	I. Interpretar e avaliar atividades relacionadas com o desenvolvimento motor em ambiente escolar; II. Sistematizar práticas motoras que viabilizem maior repertório de movimento nas aulas de Educação Física na escola. III. Mediar a reflexão crítica acerca do desenvolvimento cognitivo e psicomotor como elemento da Educação Física. IV. Criar blocos de aulas de educação física em diferentes níveis do ensino básico no intuito de promover o desenvolvimento psicomotor dos estudantes.	Estudo das mudanças cognitivas e motoras que ocorrem no indivíduo ao longo do ciclo de vida. Análise das fases e estágios de crescimento e desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento motor e suas implicações para a interação do indivíduo e o seu ambiente. Aspectos intervenientes nesse processo e implicações para o planejamento adequado a cada fase de escolarização. Introdução ao domínio motor e psicomotor e a aprendizagem de habilidades motoras. Recursos utilizados para avaliar aprendizagem e controle motor.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. SILVA, Juliano Vieira da; SILVA, Márcio Haubert da; GONÇALVES, Patrick da S.; et al. Crescimento e desenvolvimento humano e aprendizagem motora . Porto Alegre: Grupo A, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025714/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 2. COSTA, Rochelle R.; BIEDRZYCKI, Beatriz P.; LOPES, Daiane D.; et al. Aprendizagem e controle motor . Porto Alegre: Grupo A, 2019. 3. GALLAHUE, David L. & OZMUN, John, C. Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos . 7ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2013.	
Bibliografia complementar	1. CORRÊA, Mônica de S. Criança, Desenvolvimento e Aprendizagem . São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. 2. TANI, Go; CORRÊA, Umberto C. Aprendizagem motora e o ensino do esporte . São Paulo: Editora Blucher, 2016. 3. FONSECA, Vitor. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem . Porto Alegre: Grupo A, 2008. 4. TANI, G. Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 5. PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano . 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Elaboração de Projeto de Pesquisa	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 7º Semestre Pré-requisitos: MC	I. Reconhecer a estrutura e as etapas de desenvolvimento do projeto de pesquisa. II. Compreender a organização das publicações científicas em bases de dados e periódicos. III. Elaborar um projeto de pesquisa visando o trabalho de conclusão de curso.	Revisão sobre o método científico. Estudo e pesquisa em bases de dados. Elaboração de resumos e textos. Estudo das etapas e estrutura do projeto de pesquisa. Desenvolvimento do projeto de pesquisa visando o trabalho de conclusão de curso.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Gil, AC. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 7ªed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. 2. Creswell, John, W. e J. David Creswell. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . 5ªed. Porto Alegre: Grupo A, 2021. 3. Sordi, JOD. Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa , 1ª ed. Editora Saraiva, 2017.	
Bibliografia complementar	1. Vieira, S; Hossne, WS. Metodologia Científica para a Área de Saúde . 3ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. 2. Pereira, MG. Artigos Científicos - Como Redigir, Publicar e Avaliar . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. 3. Thomas, JR; Nelson, JK; Silverman, SJ. Métodos de pesquisa em atividade física . 6ªed. Porto Alegre: Artmed, 2012.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão III	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio 96 horas-aula 7º Semestre Sem pré-requisitos	I. Planejamento, organização e execução de ações extensionistas nos temas selecionados. II. Planejamento de estratégias de ensino, pesquisa e extensão inclusiva. III. Confecção de material didático, plano de aula e instrumentos de avaliação. IV. Compreender as interfaces entre os conteúdos e a base nacional comum curricular. V. Compreensão do fenômeno da saúde humana e sua interface com a qualidade de vida no ambiente escolar.	A Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Importância da Pesquisa e da Extensão para a educação e para a sociedade. A relação da Extensão com a Educação Física e sua práxis na área da saúde humana e qualidade de vida. Possibilidades de projetos de ensino, pesquisa e extensão em associação com as necessidades locais no que se refere à saúde e qualidade de vida na escola.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	60h da componente são dedicadas ao planejamento, organização e execução de ações extensionistas em temas selecionados considerando as interfaces da Educação Física com a saúde humana e qualidade de vida. Serão realizadas análise de atividades de extensão desenvolvidas no IFB e fora dele, atividades de identificação dos tipos de ações de extensão; identificação de oportunidades de fomento para a extensão (editais internos, externos). As ações extensionistas poderão ocorrer na forma de eventos, oficinas e intervenções com a comunidade, ou nas formas descritas no item 7.7.	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades à distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1.. NOZAKI, Joyce. M.; FERREIRA, Lilian. A.; HUNGER, Dagmar. A. Evidências formativas da extensão universitária na docência em Educação Física . Eletrônica de Educação, v.9, n.1, 2015, p.228-241. 3. MAITINO, Edison Moraes. Saúde na Educação Física escolar . Mimesis, Bauru, v. 21, n. 1, p. 73-84, 2000. 3. COSTA, F. T; OLIVEIRA, V. J. M. Educação para a saúde na Educação Física escolar: uma leitura salutogênica da experiência de estágio : Revista Cocar, v. 18, n. 36, 2023.	
Bibliografia complementar	1. BRACHT. V. Educação Física e Aprendizagem Social . Porto Alegre, RS, Editora Magister, 1992. 2. SILVA, L. Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões . Paulinas.2014. 3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Experiências Pedagógicas . Roraima: UFRR, 2008.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estágio Supervisionado VII	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio (20 horas em sala de aula) 96 horas-aula (24 horas-aula em sala de aula) 7º Semestre Pré-requisitos: EST6	I. Intervir na prática por meio de regência supervisionada. II. Avaliar princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos e suas diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. III. Uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. IV. Empregar estratégias e instrumentos de avaliação. V. Elaborar relatório científico das atividades.	Regência supervisionada de Educação Física no ensino fundamental - anos finais (6º ao 9º ano). Emprego de conteúdos, trabalho interdisciplinar, recursos tecnológicos e esportivos, avaliação, estratégias para atender diferenças individuais e materiais didáticos em aulas teóricas e práticas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. BARREIRO, IMF; GEBRAN, RA. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006. 2. PORTELA, KCA; SCHUMACHER, AJ. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 3. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998.	
Bibliografia complementar	1. GUEDES-PINTO, AL. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de ensino na formação inicial . Educação em Revista, 2006. 2. LIMA, MSL. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008. 3. PELOZO, RCB. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão . Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Brasil. Ano V, n. 10, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

8º Semestre

Metodologia da educação física no ensino médio e educação de jovens e adultos	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 8º Semestre Pré-requisitos: MIF	I. Refletir sobre a prática pedagógica no ensino médio e na educação de jovens e adultos. II. Conhecer metodologias e técnicas de ensino de Educação Física para o ensino médio e educação de jovens e adultos que favoreçam o desenvolvimento e aprendizado. III. Conhecer e discutir a avaliação educacional como componente do processo educativo IV. Elaborar planejamentos de ensino de educação física.	O professor de educação física e sua prática pedagógica no ensino médio e na educação de jovens e adultos. Métodos de ensino em educação física escolar; Base Nacional Comum Curricular e a especificidade do ensino da educação física no ensino médio, médio integrado e educação de jovens e adultos.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Paz, B. et al. Educação Física no Ensino Médio: Prática Docente . Porto Alegre: Grupo A, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901237/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 2. Ferreira, F. M. et al. Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: Prática Docente . Porto Alegre: Grupo A, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901404/ . Acesso em: 16 fev. 2024. 3. Palma, A.P.T; Bassoli, A. A.; Palma, J.A.V. Educação Física e a Organização Curricular - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio . Ijuí: Editora Unijuí, 2021.	
Bibliografia complementar	1. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em janeiro de 2024. 2. Cardoso, CL; Kunz, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998. 3. FENSTERSEIFER, P. E. Educação Física Escolar Política, Currículo e Didática . Ijuí: Editora Unijuí, 2019. 4. BIEDRZYCKI, B. P. et al. Metodologia do Ensino da Educação Física . Porto Alegre: Grupo A, 2020. 5. BRASIL. Ministério da Educação. Educação Física na educação de jovens e adultos . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegumento/vol3_edufisica.pdf . Acesso em 12 de janeiro de 2024.	

106



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Política e organização da educação brasileira	Habilidades	Bases Tecnológicas
60 horas-relógio 72 horas-aula 8º Semestre Sem Pré-requisitos	I. Conhecer a trajetória histórica da legislação educacional no Brasil. II. Compreender o processo de construção das reformas educacionais no Brasil. III. Apropriar-se de conceitos sobre políticas educacionais e políticas públicas e suas relações com os movimentos da sociedade civil. IV. Absorver conceitos sobre legislação educacional, estrutura e funcionamento do ensino, financiamento da educação, formação e profissionalização docente e qualidade do ensino. V. Reconhecer a estrutura do sistema educacional brasileiro a partir da LDB 9394/96, seus níveis e modalidades.	Educação no Brasil: da colônia à independência. A educação no Brasil Império e na Primeira República. As políticas educacionais na história do Brasil. Reformas educacionais no Regime Militar. O retorno do Estado Democrático e os novos rumos para a educação. Políticas Educacionais dos anos 90. A estrutura do sistema educacional brasileiro a partir da LDB 9394/96. As Diretrizes e parâmetros Curriculares Nacionais. Conceitos sobre Políticas Públicas e Políticas Educacionais. O Plano Nacional de Educação. A base comum curricular. Políticas educacionais para a formação docente.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Neto, S. História da educação brasileira . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. 2. LIBÂNEO, JC et al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . São Paulo: Cortez, 2012. 3. SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas . Campinas: Autores Associados, 2014. v. 1.	
Bibliografia complementar	1. Medel, CRMA. Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola . 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. 88 p. 2. PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990 . São Paulo: Xamã, 2003. 3. AMARAL, Nelson C. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil . Liber Livro, Brasília, 2012.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão IV	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio 96 horas-aula 8º Semestre Sem pré-requisitos	I. Planejamento, organização e execução de ações extensionistas nos temas selecionados. II. Planejamento de estratégias de ensino, pesquisa e extensão inclusiva. III. Confecção de material didático, plano de aula e instrumentos de avaliação. IV. Compreender as interfaces entre os conteúdos e a base nacional comum curricular. V. Compreensão dos fenômenos culturais, da recreação e do lazer e sua interface com o ambiente escolar.	A Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Importância da Pesquisa e da Extensão para a educação e para a sociedade. A relação da Extensão com a Educação Física e sua práxis na área da cultura, recreação e lazer. Possibilidades de projetos de ensino, pesquisa e extensão em associação com as necessidades locais no que se refere à cultura, recreação e lazer na escola.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	60h da componente são dedicadas ao planejamento, organização e execução de ações extensionistas em temas selecionados considerando as interfaces da Educação Física com a cultura, recreação e lazer. Serão realizadas análise de atividades de extensão desenvolvidas no IFB e fora dele, atividades de identificação dos tipos de ações de extensão; identificação de oportunidades de fomento para a extensão (editais internos, externos). As ações extensionistas poderão ocorrer na forma de eventos, oficinas e intervenções com a comunidade, ou nas formas descritas no item 7.7.	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Camargo, F.; Daros, T. A Sala de Aula Inovadora: Estratégias Pedagógicas para Fomentar o Aprendizado Ativo . Editora Penso, 2018. 2. BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação , v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018. 3. Dias, C.B.; Isayama, H.F. Organização de atividades de lazer e recreação . Editora Érica, 2015.	
Bibliografia complementar	1. NOZAKI, Joyce. M.; FERREIRA, Lilian. A.; HUNGER, Dagmar. A. Evidências formativas da extensão universitária na docência em Educação Física . Eletrônica de Educação, v.9, n.1, 2015, p.228-241. 2. SILVA, L. Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões . Paulinas.2014. 3. HOFFMANN, J.; SILVA, J.; ESTEBAN, M. Práticas avaliativas e aprendizagem significativas . Porto Alegre: Mediação. 2013.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Estágio Supervisionado VIII	Habilidades	Bases Tecnológicas
80 horas-relógio (20 horas em sala de aula) 96 horas-aula (24 horas-aula em sala de aula) 8º Semestre Pré-requisitos: EST7	I. Intervir na prática por meio de regência supervisionada. II. Avaliar princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos e suas diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. III. Uso de estratégias para atender às diferenças individuais de aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. IV. Empregar estratégias e instrumentos de avaliação. V. Elaborar relatório científico das atividades.	Regência supervisionada de Educação Física no ensino médio e na educação de jovens e adultos. Emprego de conteúdos, trabalho interdisciplinar, recursos tecnológicos e esportivos, avaliação, estratégias para atender diferenças individuais e materiais didáticos em aulas teóricas e práticas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. BARREIRO, IMF; GEBRAN, RA. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006. 2. PORTELA, KCA; SCHUMACHER, AJ. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 3. CARDOSO, CL; KUNZ, E. (Orgs.). Didática da educação física . Volume 1. Ijuí, RS: Unijuí, 1998.	
Bibliografia complementar	1. GUEDES-PINTO, AL. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a prática de ensino na formação inicial . Educação em Revista, 2006. 2. LIMA, MSL. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores . Revista Diálogo Educacional, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008. 3. PELOZO, RCB. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão . Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Brasil. Ano V, n. 10, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Trabalho de conclusão de curso	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula 8º Semestre Pré-requisitos: EPP	I. Elaborar o trabalho de conclusão de curso no âmbito da atuação do Licenciado em Educação Física. II. Desenvolver capacidade de leitura e síntese de texto técnico científico. III. Desenvolver escrita formal para elaboração do TCC; IV. Praticar e desenvolver apresentação oral efetiva em público.	Modalidades de pesquisa potencialmente aplicáveis à execução do projeto de pesquisa. Planejamento, organização, desenvolvimento e execução do trabalho de conclusão de curso (TCC) com temas científicos relacionados ao curso de Licenciatura em Educação Física.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Não se aplica	
Bibliografia básica	1. Santos, ATF. et al. Normaliza IFB: Manual de normalização de trabalhos acadêmicos . 2ª ed. Brasília, 2017. Disponível em: http://normaliza.ifb.edu.br/ Acesso em: 30/04/2024. 2. Casa Nova, SP. et al. Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática . São Paulo: Saraiva educação, 2020. 3. Aquino, IS. Como escrever artigos científicos: sem ardeio e sem medo da ABNT . 9ª ed. São Paulo: Saraiva educação, 2019.	
Bibliografia complementar	1. MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 2. MEDEIROS, João Bosco. Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. 3. LUDKE, M.; MEDA, A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Optativas

Prática Desportiva	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula Preferencialmente 7º Semestre Sem pré-requisitos	I. Compreender a importância da atividade física regular e orientada para a promoção e manutenção da saúde. II. Aplicar o conceito de qualidade de vida no contexto de um estilo de vida fisicamente ativo. III. Interagir com outros estudantes em um ambiente lúdico e cooperativo. IV. Conhecer e praticar os fundamentos técnicos-táticos e as regras básicas de modalidades esportivas selecionadas.	Conhecimentos teórico práticos sobre atividades físicas, corporais e esportivas. Conceito de qualidade de vida e benefícios da prática regular e orientada de atividade física para promoção e manutenção da saúde. Recomendações e cuidados para uma prática adequada de exercícios físicos. Integração social entre os estudantes. Reflexão sobre a prática docente em esportes e atividades físicas.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. MEIRA JÚNIOR, C.M., DE ROSE JÚNIOR, D., MASSA, M. Iniciação aos esportes coletivos . São Paulo: Edições EACH, 2020. 2. GONZÁLEZ, F.J., DARIDO, S.C., OLIVEIRA, A.A.B. Esportes de invasão: práticas corporais e a organização do conhecimento . 2ªed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2017. 3. Pimenta, TFF. Fundamentos dos esportes individuais de alto rendimento . Curitiba: Intersaberes, 2020.	
Bibliografia complementar	1. PITANGA, F.J.G. Testes, Medidas e Avaliação em Educação física e esportes . 6ª ed. Editora Phorte, 2019. 2. MacCALLUM, L.; GOPU, N. e HOWSON N. Desenhado para o movimento . São Paulo: Nike do Brasil, 2013. 3. NAHAS, M.V. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo . 7ªed. Florianópolis. 2017.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Informática e linguagens digitais	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula Preferencialmente 7º Semestre Sem pré-requisitos	I. Avaliar criticamente a relação entre Educação e as Novas Tecnologias. II. Compreender e aplicar tecnologias da informação e comunicação na educação. III. Conhecer e ser capaz de utilizar tecnologias assistivas. IV. Utilizar ambientes virtuais de aprendizagem para suporte a cursos presenciais e a distância. V. Capacitar-se para uso de planilhas de cálculo, editores de texto e de apresentações, internet.	Informática instrumental - planilha de cálculo, editor de texto, apresentações e banco de dados. Informática como recurso administrativo/pedagógico. Tecnologias assistivas. Internet e mídias interativas; Ambientes de aprendizagem virtual. Novas tecnologias de informação e comunicação.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. VELLOSO, FC. Informática : conceitos básicos. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 392 p. 2. CAPRON, HL; JOHNSON, JA. Introdução à informática . 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. xv, 350 p. 3. Manzano, André Luiz; Maria Izabel N. G. Manzano. Estudo Dirigido de Informática Básica . 7ªed. Editora Saraiva, 2009.	
Bibliografia complementar	1. CRUZ, Décio Torres. English online: inglês instrumental para informática . Barueri: Disal, 2013. 2. BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). Ensino híbrido : personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. viii, 270 p. 3. Rosini, Alessandro M. As Novas Tecnologias da Informação e a Educação a Distância - 2ª ed. Cengage Learning Brasil, 2014.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Tópicos especiais em educação	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula Preferencialmente 7º Semestre Sem pré-requisitos	I. Avaliar criticamente os temas estudados. II. Desenvolver-se nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais dos conteúdos trabalhados.	Disciplina de ementa variável que compreende o estudo de tópicos especiais e avançados nas diversas áreas da Educação, tais como, mas não limitado a: psicologia da educação, processos de ensino e aprendizagem, mediação de conflitos na escola, análise de métodos e planejamento de aula, organização curricular, educação ambiental, educação a distância, dentre outros.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Saviani, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil . 3ª edição. Autores Associados Campinas, São Paulo, 2011. 2. Monereo, C; Dorneles, BV (org.). Psicologia da educação . Porto Alegre: Penso, 2016. 2. Rosini, Alessandro M. As Novas Tecnologias da Informação e a Educação a Distância - 2ª ed. Cengage Learning Brasil, 2014.	
Bibliografia complementar	1. Miklos, J; Miklos, S. Mediação de Conflitos . São Paulo: Érica, 2021. 2. SACRISTÁN, JG. O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática . 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998. 3. RUSCHEINSKY, A (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas . 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Tópicos especiais em educação física e esportes	Habilidades	Bases Tecnológicas
40 horas-relógio 48 horas-aula Preferencialmente 7º Semestre Sem pré-requisitos	I. Avaliar criticamente os temas estudados. II. Desenvolver-se nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais dos conteúdos trabalhados.	Disciplina de ementa variável que compreende o estudo de tópicos especiais e avançados nas diversas áreas da Educação Física e Esportes, tais como, mas não limitado a: direito esportivo, inovação e empreendedorismo, gestão do esporte, primeiros socorros na educação física, nutrição esportiva, emagrecimento e saúde, genética e imunologia relacionada ao esporte e atividade física, dentre outros.
Descrição das atividades de extensão (em caso de CCPE)	Não se aplica	
Metodologia para o desenvolvimento das atividades a distância	Atividades a distância serão realizadas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle gerida pela Diretoria de Educação a Distância do IFB, com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.	
Bibliografia básica	1. Barbieri, João, F. e Pedro L. Bulgarelli. Primeiros atendimentos em educação física . Porto Alegre: Grupo A, 2018. 2. Carreiro, Eduardo A. Educação Física no Ensino Superior - Gestão da Educação Física e Esporte . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2007. 3. Rocco Júnior, AJ. et al. Empreendedorismo na educação física e no esporte . Curitiba: Intersaberes, 2021.	
Bibliografia complementar	1. Wendling, N. M. S. Introdução à nutrição esportiva . Curitiba: Intersaberes, 2018. 2. Barbanti, VJ. Dicionário de Educação Física e Esporte . 3ªed. Barueri SP: Editora Manole, 2011. 3. Kunz, E. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte . 9ªed. Ijuí RS: Editora Unijuí, 2020. 4. Souza, PTL. Princípios de Direito Desportivo . <i>Gazeta do Rio, Rio de Janeiro</i> (2007). 5. Stein, R et al. Avaliação Genética, Estudo Familiar e Exercício . <i>Arquivos Brasileiros de Cardiologia</i> 108 (2017): 263-270.	

Os docentes deverão elaborar e apresentar plano de ensino para cada componente curricular que for ministrar. Os planos de ensino deverão ser elaborados e registrados no sistema de gestão acadêmica, semestralmente, pelo(s) docente(s) responsável(is) pelo componente curricular, respeitando as ementas descritas acima. A elaboração dos planos de ensino deverá respeitar orientações normativas do IFB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

7.4 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio supervisionado é instância privilegiada que permite a articulação entre o estudo teórico e os saberes práticos. Segundo a Resolução CNE/CS Nº 4/2024, o estágio é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do(a) licenciando(a), sendo cuidadosamente planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do(a) futuro(a) professor(a).

O estágio curricular supervisionado será realizado desde o início do curso. O estudante da Licenciatura em Educação Física realizará, então, oito semestres de estágio, a partir do primeiro semestre do curso até o oitavo, com carga horária de 80 horas cada um, totalizando 640 horas. O Estágio ocorrerá através das disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

Conforme a Resolução CNE/CS Nº 4/2024, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o(a) licenciando(a) possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula. Nesse sentido, o estágio supervisionado constará de: *orientação* em sala de aula pelo professor do estágio, *observação in loco*, *diagnose* e *regência*, com o intuito de proporcionar maior segurança e amadurecimento do estudante. Na observação, o objetivo principal é promover uma análise reflexiva da prática em aulas de Educação Física na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos.

As disciplinas Estágio I, II, III e IV constarão das fases de *orientação* em sala com o professor de estágio e da *observação in loco*. Nessas etapas será realizada a análise dos princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos adotados pelos professores, as formas usadas pelo professor no sentido de levantar e utilizar os conhecimentos prévios dos alunos, bem como as diferentes dimensões dos conteúdos: conceitos, procedimentos, atitudes e sociais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Nas disciplinas Estágio V, VI, VII e VIII, a orientação em sala com o professor de estágio será acrescida de análise reflexiva da prática, por meio de regência em aulas de Educação Física em instituições de Educação Básica, incluindo atividades em que o estagiário possa analisar o Projeto Político-Pedagógico da escola e as formas de organização didática, identificando as que se contrapõem às práticas didáticas fragmentadas e desarticuladas e refletindo sobre a escolha de diferentes tipos de organização didática, tais como: projetos de trabalho, sequências didáticas, utilização adequada de infraestrutura etc.

Deve merecer destaque a análise dos princípios e critérios para seleção e organização dos conteúdos, os contextos de interdisciplinaridade no sentido de levantar e utilizar os conhecimentos prévios dos alunos. Seguindo essas recomendações, o estágio será organizado conforme ilustrado a seguir, de forma que nas disciplinas Estágio I (observação *in loco*) e V (regência), o licenciando (a) terá contato com a Educação Infantil; no Estágio II (observação *in loco*) e VI (regência) com o ensino fundamental - anos iniciais; no Estágio III (observação *in loco*) e VII (regência) com o ensino fundamental - anos finais; e no Estágio IV (observação *in loco*) e VIII (regência) o licenciando (a) terá contato com o ensino médio e EJA. Reforça-se a necessidade de observar métodos de ensino diferenciados para atender o público adulto.

Vale salientar que o próprio *Campus* Estrutural do IFB será um dos campos de estágio no Ensino Médio Integrado e na Educação de Jovens e Adultos. Para a educação infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, a Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física, em conjunto com a Coordenação de Extensão e Estágio do *campus* usará das parcerias com escolas da rede de educação do DF, a qual funcionará como campo de estágio.

Ilustra-se a seguir o plano de realização do estágio supervisionado, cujo total é de 640 horas, sendo 160 horas de orientação em sala de aula com o professor de estágio (20 horas por semestre do 1º ao 8º), 240 horas de observação *in loco* (60 horas por semestre



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

do 1º ao 4º), e 240 horas de regência supervisionada nas instituições de educação básica (60 por semestre do 5º ao 8º).

Estágio Supervisionado I (1º semestre - 80 horas) <ul style="list-style-type: none">• Orientações em sala com o professor de estágio - 20 horas• Observação de aulas <i>in loco</i> Educação Infantil – 60 horas	Estágio Supervisionado II (2º semestre - 80 horas) <ul style="list-style-type: none">• Orientações em sala com o professor de estágio - 20 horas• Observação de aulas <i>in loco</i> Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano – 60 horas	Estágio Supervisionado III (3º semestre - 80 horas) <ul style="list-style-type: none">• Orientações em sala com o professor de estágio - 20 horas• Observação de aulas <i>in loco</i> Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano – 60 horas	Estágio Supervisionado IV (4º semestre - 80 horas) <ul style="list-style-type: none">• Orientações em sala com o professor de estágio - 20 horas• Observação de aulas <i>in loco</i> Ensino Médio e EJA – 60 horas
Estágio Supervisionado V (5º semestre - 80 horas) <ul style="list-style-type: none">• Orientações em sala com o professor de estágio - 20 horas• Regência supervisionada na Educação Infantil – 60 horas	Estágio Supervisionado VI (6º semestre - 80 horas) <ul style="list-style-type: none">• Orientações em sala com o professor de estágio - 20 horas• Regência supervisionada no Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano – 60 horas	Estágio Supervisionado VII (7º semestre - 80 horas) <ul style="list-style-type: none">• Orientações em sala com o professor de estágio - 20 horas• Regência supervisionada no Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano – 60 horas	Estágio Supervisionado VIII (8º semestre - 80 horas) <ul style="list-style-type: none">• Orientações em sala com o professor de estágio - 20 horas• Regência supervisionada no Ensino Médio e EJA – 60 horas

Ressalta-se que as atividades programadas para o Estágio devem manter correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo discente no decorrer do curso. A regência compreende atividades específicas de sala de aula em que o estagiário poderá desenvolver habilidades inerentes à profissão docente, sob supervisão do professor da turma onde ocorrer o campo de estágio. Dessa forma, entende-se que o estágio não significa a substituição do professor responsável pelo estagiário, uma vez que deve atuar sob a supervisão direta daquele.

Antes da regência propriamente dita, poderá haver um período preparatório (etapa de diagnose) em que o licenciando (a) se integrará de forma participativa ao cotidiano da escola, para que possa familiarizar-se com o processo pedagógico real, desde instalações, materiais, projeto político-pedagógico e atividades didáticas dos professores e alunos. Após a realização do estágio, o discente deverá apresentar relatório final para ser avaliado pelo professor do componente curricular. O registro do desenvolvimento dos estudantes no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

estágio curricular supervisionado deve ser feito em documentação adequada, seja em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento, onde observações sejam anotadas, bem como as reflexões críticas, os planejamentos didáticos, os relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens requeridas para a docência. São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

a) plano de estágio aprovado pelo professor da componente Estágio Supervisionado e pelo professor da disciplina no campo de estágio (desenvolvimento de projeto no campo de estágio);

b) reuniões sistemáticas do discente com o professor da componente Estágio Supervisionado de acordo com a grade horária semestral.

c) relatório do estágio supervisionado;

d) socialização das experiências de estágio por meio de seminários, colóquios, encontros, entre outros.

O cumprimento de todas essas etapas do estágio supervisionado é condição indispensável para que o discente possa concluir o curso e receber o diploma de Licenciado em Educação Física. Por fim, acredita-se que o estágio supervisionado possibilita o repensar sobre a relação teoria e prática, ainda mais quando se compreende que a Educação Física é um componente curricular obrigatório que precisa ser visto e respeitado no interior das escolas, e que os professores (as) em formação necessitam se engajar em todo o debate sobre a Educação Básica e vivenciar a realidade escolar de forma plena.

7.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é condição indispensável para que o discente possa concluir o curso e receber o diploma de Licenciado em Educação Física. No IFB, o regimento do TCC encontra-se na Portaria nº 13/2021 RIFB/IFB.

O percurso para a produção do TCC se inicia no segundo semestre, com a disciplina *Metodologia Científica*, que fornece bases introdutórias de ciência e trabalhos acadêmicos. Mais adiante, no sétimo semestre, a disciplina *Elaboração de projeto de pesquisa* aprofunda o conhecimento e auxilia o estudante para a elaboração do seu projeto de TCC. No oitavo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

semestre, durante o componente curricular *Trabalho de conclusão de curso*, com carga horária de 40 horas, o projeto é executado com o auxílio de um professor orientador. Embora a DCN-EF recomende a não atribuição de carga horária ao TCC, tal atribuição conforme feita neste PPC está alinhada com a Portaria nº 13/2021 RIFB/IFB do IFB.

O TCC consiste, preferencialmente, na elaboração de um artigo científico sobre um tema integrante da área de intervenção do graduado, ou seja, da Educação Física ou de área afins, desde que o trabalho apresente uma interface com o Ensino de Educação Física. Nesse sentido, o TCC poderá expressar as atividades executadas nas práticas pedagógicas que enfatizam a reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano das escolas, bem como o estudo de fenômenos de interesse na perspectiva de produção do conhecimento para o ensino da Educação Física. Tópicos relacionados aos conteúdos vivenciados durante todo o curso são passíveis de serem objeto de estudo no TCC.

Os tipos de artigos científicos aceitos como forma de TCC são: a) artigo de revisão da literatura, que poderá ser do tipo revisão narrativa, integrativa ou sistemática; b) relato de experiência; c) artigo original. No caso de artigo original que utilize humanos como sujeitos de pesquisa, todos os cuidados éticos deverão ser observados, incluindo submissão e aprovação do projeto em comitê de ética em pesquisa (CEP).

Outros formatos de TCC poderão ser apresentados, como materiais/produtos pedagógicos inovadores direcionados para ampliar reflexões e/ou propor soluções voltadas para os processos educacionais. Nesse caso, o estudante deverá obter anuência escrita do orientador para desenvolver o TCC nesse formato. Ao final, tais trabalhos deverão ser acompanhados de relatório técnico redigido no padrão ABNT (Normaliza IFB) a ser entregue e apresentado para o orientador e para a banca.

Portanto, o tema do TCC deve ser pertinente à Licenciatura em Educação Física e deve ser acompanhado por um orientador, que deverá ser um docente do IFB, com titulação mínima de especialista, podendo contar com a colaboração de outro profissional de área afim à do TCC, podendo esse docente ser do IFB ou de instituição externa, o qual atuará na condição de coorientador, sem ônus para a instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A versão final do TCC deve ser escrita conforme as normas da ABNT e seguindo as demais normalizações e regulamentações internas vigentes. O TCC deverá ser submetido, então, a uma banca examinadora conforme determina a Portaria nº 13/2021 RIFB/IFB. Demais regras para o desenvolvimento, apresentação e avaliação do TCC constarão em manual específico editado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso.

7.6 Pesquisa

As atividades de pesquisa e inovação no âmbito da Licenciatura em Educação Física deverão ocorrer em consonância com a Resolução nº 47/2020 RIFB/IFB, que estabelece as diretrizes gerais para a realização de tais atividades no IFB. Ademais, a pesquisa seguirá os pressupostos da política de pesquisa e inovação do IFB declaradas no Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2030), cuja finalidade é:

- Integrar a pesquisa e a inovação com as ações de ensino e extensão.
- Estimular a criação e fortalecimento dos grupos de pesquisa.
- Estimular a publicação dos resultados dos projetos de pesquisa, pós-graduação e inovação desenvolvidos por pesquisadores e estudantes do IFB.
- Promover eventos para a divulgação científica e tecnológica do IFB.
- Difundir a cultura e a prática da pesquisa científica e inovadora entre os discentes e servidores (docentes e técnicos administrativos) do IFB.
- Incentivar a pesquisa aplicada e tecnológica em consonância com a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 2008).
- Promover a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual como estratégia deliberada para o desenvolvimento sustentável do DF e entorno.

Nesse sentido, o desenvolvimento no decorrer do curso privilegiará a pesquisa como procedimento metodológico compatível com uma prática formativa, contínua e processual, na sua forma de instigar seus sujeitos a procederem com investigações, observações, confrontos e outros procedimentos decorrentes das situações–problema propostas e encaminhadas. A perspectiva é de consolidação da cultura de pesquisa, individual e coletiva, como parte integrante da construção do ensino-aprendizagem.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Diante disso, as atividades de pesquisa serão organizadas em projetos de pesquisa que poderão ser realizados e coordenados por iniciativa própria dos docentes com a participação de estudantes voluntários, bem como pela participação dos membros do colegiado em editais institucionais e externos de pesquisa científica que tenham previsão de participação de estudantes, tais como:

- Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica – PIBIC; PIBIC-AF.
- Programa Institucional de bolsas de Iniciação ao desenvolvimento tecnológico e inovação – PIBITI.
- Editais externos de agências de fomento, tais como FAPDF e CNPq, dentre outras.

Os projetos, sejam de iniciativa própria dos docentes, seja vinculado a editais, poderão compor atividades de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de pesquisa do CNPq e certificados pelo IFB. Atualmente, o campus Estrutural é sede do Grupo de Estudo e Pesquisa em Exercício Físico e Saúde – GEPEFS. Com a implantação do curso, outros grupos serão formados no intuito de ampliar as linhas de pesquisa.

A participação e envolvimento dos estudantes nos projetos e grupos de pesquisa será incentivada, tanto no cotidiano da *práxis* educativa, quanto por meio de ações específicas, tais como, ações de divulgação de oportunidades em articulação da coordenação do curso com a Coordenação de Pesquisa e Inovação (CDPI) do *campus* na forma de informes, oficinas científicas, palestras e/ou eventos.

As atividades de pesquisa e inovação poderão ser contabilizadas na forma de horas complementares, conforme descrito no tópico 7.8. O TCC também constitui forma de planejamento e execução de atividade de pesquisa científica, sendo de realização obrigatória, conforme descrito no tópico 7.5.

7.7 Extensão

As ações de extensão contribuem para disseminação/construção do conhecimento e possibilitam a todos os envolvidos nesse processo uma maior compreensão do papel do IFB a favor de um atendimento educacional adequado a todos os estudantes. Dessa forma,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

entende-se a extensão como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. A extensão tem como pressuposto a interação acima descrita, em articulação com o ensino e a pesquisa, contribuindo para o processo formativo do educando.

Segundo o PDI do IFB (2024-2030), dentre os objetivos institucionais está o de desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. No âmbito da Licenciatura em Educação Física, as ações de extensão ocorrerão em consonância com os regimentos legais a esse respeito, ou seja, Resolução CNE/CS Nº 4/2024, Resolução nº 15/2022 RIFB/IFB e Resolução nº 7/2018 do CNE/CES acerca da curricularização das atividades de extensão.

Nesse sentido, o estudante deverá cumprir, obrigatoriamente e como elemento indispensável para obtenção do diploma de Licenciado em Educação Física, o mínimo de 10% da carga horária do curso em atividades de extensão curricularizadas, ou seja, 320 horas.

Desse modo, para fins de curricularização serão consideradas atividades na forma de disciplina da matriz curricular, que dedica parte da carga horária de um período letivo à realização de atividade de extensão (inciso I, art. 23, Resolução 15/2022-CS/RIFB/IFBRASILIA). Tais disciplinas serão entendidas, para fins de integralização das atividades curricularizadas, como Componentes Curriculares Parciais de Extensão (CCPE). Todos os CCPE estão detalhados no ementário e na matriz curricular, incluindo Práticas Integradoras I a IV e Práticas de ensino, pesquisa e extensão I a IV. Portanto, atividades de extensão ocorrerão desde o início até o final do curso, em todos os semestres, sendo executadas no IFB e/ou em outras instituições de educação básica.

O registro do desenvolvimento dos estudantes nas atividades acadêmicas de extensão deve ser feito em documentação adequada, que permita o acompanhamento do processo formativo por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

evidências das aprendizagens. As ações extensionistas vinculadas aos CCPE deverão incluir a comunidade externa, ter participação ativa do estudante no seu planejamento, execução e avaliação, e poderão ser contabilizadas caso atendam os requisitos das normas que regulam o tema.

As atividades de extensão agrupam-se conforme indicado a seguir:

- Participação em projetos/programas de extensão como voluntário ou bolsista na área de Educação Física escolar, esporte, lazer, saúde ou áreas correlatas.
- Participação na organização de eventos que abordem temas referentes ao curso de Licenciatura em Educação Física.
- Ações de extensão tais como cursos ou oficinas (*workshops*) que poderão ser ministradas pelos estudantes, por se tratar de eventos de extensão, desde que sob a orientação e o acompanhamento de servidor docente.
- Outras atividades desde que regulamentadas pelo IFB.

A responsabilidade pela coordenação da ação de extensão será de docente ativo do IFB. O estudante poderá requerer o aproveitamento de estudo para o cumprimento da carga horária de extensão, sendo o aproveitamento sujeito à análise mediante às normativas institucionais vigentes.

7.8 Atividades Complementares

A realização de atividades complementares seguirá o previsto na Resolução nº 35/2019 – RIFB/IFB, que regulamenta o tema no IFB. O estudante da Licenciatura em Educação Física deverá cumprir, obrigatoriamente, o mínimo de 240 horas em atividades complementares.

Também conhecida como horas complementares ou atividades extracurriculares, tais atividades tem a finalidade de ampliar o universo cultural dos estudantes e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social, política, econômica e o aprimoramento da formação profissional. No curso de Educação Física, as atividades complementares serão cumpridas por meio de experiências e vivências acadêmicas internas ou externas à instituição, consideradas pertinentes à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

formação discente, com flexibilidade de cumprimento da carga horária, sendo sua comprovação de responsabilidade do estudante durante o curso.

As atividades complementares representam, portanto, instrumento de fomento à pesquisa, inovação, extensão, cultura e ao aprimoramento da formação profissional e do aperfeiçoamento pessoal. As atividades complementares classificam-se em cinco grupos conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 4. Grupos de atividades complementares.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Atividades de Ensino	Atividades de Pesquisa e Inovação	Atividades de Extensão	Atividades de ação social	Prática Profissional

Nenhuma atividade isoladamente terá reconhecido mais de 40% da carga horária total destinada às atividades complementares.

Serão consideradas atividades do grupo 1 (Ensino):

- Participação em projetos de ensino registrados na Coordenação Geral de Ensino (CGEN) de quaisquer campi do IFB, desde que tenha relação com as temáticas da Educação Física.
- Monitoria voluntária ou remunerada em componente curricular. Se renumerada, deverá atender aos requisitos do edital de referência.
- Cursos de idiomas ou cursos em áreas relacionadas aos objetivos do curso.
- Disciplinas optativas para além da requerida na grade curricular.

Serão consideradas atividades do grupo 2 (Pesquisa):

- Apresentação de trabalho em eventos científicos.
- Participação em eventos científicos como congressos, simpósios, seminários etc.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Participação em projetos de pesquisa e inovação, com ou sem bolsa,
- Publicação de resumo em anais de eventos.
- Publicação de artigos em revista científica.
- Publicação de capítulos de livros, organização ou publicação de livro.
- Participação em comissão organizadora de eventos científicos e de inovação.

Serão consideradas atividades do grupo 3 (Extensão):

- Cursos de extensão em área específica ou áreas afins.
- Cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC articulados ao itinerário formativo do curso do estudante.
- Projetos e serviços tecnológicos, eventos de extensão.
- Visitas técnicas não previstas em conteúdo programático de componentes curriculares.
- Publicação de livros físicos ou digitais literários e blogs literários.
- Participação em atividades e eventos desportivos na condição de competidor ou organizador.
- Participação na comissão organizadora dos Jogos do Instituto Federal de Brasília – JIF, etapa local, bem como nas etapas regional ou nacional dos jogos.
- Composição musical, realizações artísticas, produção e execução de shows e demais atividades características da extensão previstas no regimento do IFB.

Cabe destacar que as atividades de extensão deste grupo não se confundem com as atividades de extensão curricularizadas.

Serão consideradas atividades do grupo 4 (Ação Social):

- Participação como representante discente de turma e em instâncias colegiadas da Instituição.
- Participação como representante em órgãos e entidades estudantis, de classe, sindicais ou comunitárias e movimentos sociais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Atividade voluntária articulada ao curso, participação em campanhas de ação social promovidas no campus, em parceria com o campus ou em outras instituições e demais atividades características de atividades de ação social.

Serão consideradas atividades do grupo 5 (Prática profissional):

- Estágios curriculares não obrigatórios alinhados à área do curso.
- Atividade laboral vinculada ao currículo do curso.
- Prática profissional orientada desenvolvida em ambientes de ensino, aprendizagem e produção, incubação de empresas, parcerias com empresas públicas e privadas e demais atividades características da prática profissional.

As atividades descritas acima não são obrigatórias em sua totalidade. Representam propostas que poderão ser escolhidas pelos estudantes. Todas as atividades deverão ser comprovadas por meio de instrumentos que declarem ou certifiquem a realização ou execução da atividade complementar assinada pela autoridade promotora da mesma. Será editado pelo NDE e publicado no *site* do *campus* o Manual de registro de horas complementares, com o trâmite a ser realizado para o reconhecimento e as respectivas cargas horárias atribuídas a cada atividade.

7.9 Fundamentação legal e metodológica para as Atividades a Distância

A legislação que regulamenta a educação a distância nos cursos de graduação no Brasil inclui a já citada Lei 9394/1996 – LDB, no Art. 80; o Decreto 9.057 de 2017, que regulamenta o Art. 80 da LDB (BRASIL, 2005); e a Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), que estabelece em seu artigo 2º que as instituições de ensino superior “poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso”.

As atividades a distância do curso de Licenciatura em Educação Física representam 25% da carga horária de cada disciplina, exceto Estágio Supervisionado I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e Trabalho de Conclusão de Curso, que não possuem atividades a distância. A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

carga horária de *Atividades de Extensão Curricularizadas* vinculadas aos componentes curriculares parciais de extensão também não possuem atividades a distância, mas os componentes parciais de extensão: Práticas Integradas I a IV e Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão I a IV possuem, cada uma, 10 horas de aula em atividade a distância. Assim, a carga horária total a distância é de 530 horas e representa 16,7% da carga horária total do curso (3200 horas).

Todas as informações necessárias, tais como meios e formas pelos quais as atividades a distância serão efetivadas, bem como o sistema de avaliação adotado nas atividades deverão estar indicados nos planos de ensino de cada disciplina.

A metodologia utilizada basear-se-á no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), disponibilizada a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, a saber, a plataforma NEaD-Moodle, gerida pela Diretoria de Educação a Distância (DEAD) do IFB. O docente responsável pela disciplina terá qualificação em nível compatível ao previsto no PPC do curso e mediará a condução das práticas de ensino e aprendizagem.

O docente será também o responsável pela elaboração do material didático-pedagógico, bem como pela monitoria das atividades a distância. As atividades que serão realizadas a distância compreendem: disponibilização de textos (resumos, resenhas, relatórios, artigos, capítulos de livros), vídeos externos e *links*, vídeo aulas assíncronas e/ou síncronas, fóruns de discussão, realização de exercícios e outros. Atividades avaliativas à distância poderão ser utilizadas a critério do docente, desde que não firam os critérios de avaliação da aprendizagem descritos no tópico 9.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE RECONHECIMENTO DE SABERES

Os critérios e procedimentos para o aproveitamento de estudos e reconhecimento de saberes no IFB encontram-se estabelecidos na Resolução Nº 19/2022-CS/RIFB/IFBRASILIA. Segundo o artigo 59 dessa Resolução, poderá haver



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

aproveitamento de estudos de componentes curriculares previsto em calendário acadêmico, mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - Histórico acadêmico;

II - Ementas ou outros documentos formais emitidos pela instituição em que constem os componentes curriculares com especificação de carga horária e conteúdo.

Os componentes curriculares poderão ter sido cursados em diferentes cursos de graduação ou de pós-graduação de instituições de ensino superior credenciadas pelos sistemas federal e estadual de ensino.

A análise de equivalência entre matrizes curriculares será realizada por comissão, nomeada pela coordenação de curso, constituída pela coordenação pedagógica responsável e docentes das especialidades, que emitirão parecer sobre a solicitação no prazo para julgamento. A referida análise ocorrerá com base no conteúdo dos programas apresentados e não sobre a denominação dos componentes curriculares.

Para o aproveitamento, será considerada uma equivalência mínima de 75%, tanto na carga horária, quanto nos conteúdos entre os componentes curriculares cursados e os do curso de Educação Física no IFB. O aproveitamento será limitado a 60% da carga horária total do curso, não podendo haver novo aproveitamento após esse limite atingido.

Para estudantes de nacionalidade estrangeira ou brasileira com estudos realizados no exterior, o aproveitamento poderá ocorrer mediante apresentação da seguinte documentação, legalizada por via diplomática:

I - Histórico escolar original com firma consular confirmando sua autenticidade, expedida pelo Consulado Brasileiro do país onde foram feitos os estudos, ou outro órgão público competente, salvo quando legislação específica determinar procedimento diferente;

II - Certidão de nascimento, passaporte ou certificado de inscrição consular, na qual constem os elementos necessários à identificação do estudante;

III - tradução dos documentos acadêmicos por tradutor juramentado ou servidor público com formação de nível superior no idioma, caso estejam redigidos em língua estrangeira, salvo documentos em língua espanhola;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

IV - Certificado de proficiência em Língua Portuguesa ou comprovante de estar frequentando curso da língua nacional, se o estudante não for lusófono.

O exame de reconhecimento de saberes tem o objetivo de abreviação de estudos visando à integralização dos componentes curriculares constantes das matrizes curriculares dos cursos de graduação do IFB. No curso de Licenciatura em Educação Física, o exame de reconhecimento de saberes ocorrerá extraordinariamente, e uma única vez ao longo do vínculo do estudante com o curso do IFB, para estudantes que tenham cursado no mínimo 75% da carga horária de componentes curriculares obrigatórios e optativos previstos para integralização do curso e que tenham Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) igual ou superior a 8,0, critérios estes comprovados por meio de histórico escolar. O cálculo do IRA se dará conforme disposto no § 4º, art. 101 da Resolução Nº 19/2022/CS – IFB.

Será instituída pela coordenação do curso uma comissão avaliadora que fará uma análise prévia da documentação apresentada pelo estudante na solicitação do exame de reconhecimento de saberes. A comissão será composta por um mínimo de três docentes do Colegiado de Curso, dentre os quais um será presidente da comissão.

O exame será realizado por componente curricular, não se aplicando ao estágio supervisionado e práticas integradoras, tampouco ao componente *Elaboração de Projeto de Pesquisa* e ao TCC. Caberá à comissão a definição de uma banca, que escolherá o tipo de exame, que poderá ser prova escrita, prática e/ou oral, de forma individual, conforme o caso. Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis).

O estudante também poderá solicitar proficiência. Considera-se proficiência um exame realizado para o estudante demonstrar o nível de sua habilidade em componentes curriculares relacionadas a linguagens, isto é, língua estrangeira, Libras ou linguagem computacional. Os pedidos de exame de proficiência seguirão os mesmos procedimentos dos exames de reconhecimento de saberes acima descritos. O período para solicitação de aproveitamento, reconhecimento de saberes e/ou proficiência constarão em calendário acadêmico.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Todas as diretrizes para resolução dos pedidos de aproveitamento, proficiência e reconhecimento de saberes estão expressos nas diretrizes gerais para o aproveitamento de estudos expostas no Capítulo IV da Resolução N° 19/2022/CS – IFB, mediante as quais todos os casos serão pautados.

9 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem merece um papel de destaque no seu desenvolvimento. No curso de Educação Física, a avaliação do desempenho do estudante será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A proposta avaliativa, portanto, deve ser processual, contínua e sistemática, acontecendo não em momentos isolados, mas ao longo de todo o processo em que se desenvolve a aprendizagem, de forma a reorientar a prática profissional e orientar mudanças metodológicas. Nesse sentido, a avaliação é um valioso instrumento para orientar educador e educando, fornecendo elementos para que melhorem a sua atuação frente ao processo de ensino e aprendizagem.

Entende-se que a avaliação é um processo inerente à atividade pedagógica, necessitando ser ricamente planejada, deixando de ser um momento estanque e passando a ser integrante de todo trabalho educativo de forma sistemática. Sendo necessariamente fundamental que seja funcional, ou seja, deve haver consonância entre a avaliação e os objetivos estabelecidos, uma vez que aquela se realiza em função destes. A avaliação, além de ser sistemática e funcional, precisa ter orientação para não promover a exclusão e, ainda, precisa ser integral, ou seja, entender o estudante como um todo.

Nesse sentido, entende-se que a avaliação é necessária, principalmente para a identificação das competências/habilidades pertinentes às componentes curriculares de cada etapa. Dessa forma, a avaliação do aproveitamento acadêmico compreenderá o acompanhamento permanente da aquisição e do desenvolvimento da aprendizagem global das práticas educativas, centradas no domínio socioafetivo e atitudinal, na transferência e aplicação dos saberes por parte do estudante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A literatura especializada, em especial a abordagem de Bloom (1983), tem apontado as seguintes modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. A modalidade diagnóstica visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem, bem como verificando as dificuldades já existentes. O diagnóstico se constitui por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno dando elementos para verificar o que o aluno já aprendeu e como aprendeu.

A modalidade formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o estudante sobre os resultados da aprendizagem durante o desenvolvimento das atividades escolares. Assim se localizam as deficiências na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações nele e assegurar o alcance dos objetivos. Neste tipo de avaliação, serão estabelecidos critérios e níveis de eficiências para comparar os resultados que se buscam alcançar na seleção dos conteúdos, objetivos, atividades e o que se quiser avaliar.

Por fim, a modalidade somativa tem a função de classificar os estudantes ao final de cada componente, etapa e ao final do curso, de acordo com os níveis de aproveitamento apresentado por cada estudante. A avaliação somativa objetiva avaliar de maneira geral o grau em que os resultados mais amplos têm sido alcançados ao longo e ao final do curso. Vale ressaltar que o resultado desta avaliação privilegia aspectos e atividades no processo de ensino e aprendizagem desenvolvidos em grupo e individualmente.

Segundo Libâneo (1994), os processos avaliativos devem ser sensíveis às diferenças que permeiam a sala de aula e o contexto socioeducacional, devendo a prática avaliativa facilitar o diálogo e a mediação entre as várias histórias de vida que a instituição educacional acolhe. Outro aspecto importante a ser considerado é a autoavaliação, que deve ser igualmente explorada, visando criar no estudante o hábito de refletir e agir conscientemente sobre a sua trajetória de aprendizagem.

Considerando todos esses aspectos abordados e o fato de se tratar de um curso de licenciatura, faz-se necessário que as práticas de avaliação sejam flexíveis e reflexivas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Desse modo, a sistemática de avaliação do curso basear-se-á nos seguintes aspectos gerais, descritos na Resolução N° 19/2022-CS/RIFB/IFBRASILIA, *in verbis*:

I - Para efeito de avaliação, será observada a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e competências necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do curso;

II - As avaliações deverão ser realizadas utilizando-se instrumentos avaliativos de forma coletiva ou individual;

IV - O docente deverá utilizar diferentes formas e instrumentos de avaliação que levem o estudante ao hábito da pesquisa, da reflexão, da criatividade e aplicação do conhecimento em situações variadas, bem como ao alcance da tomada de consciência acerca do desenvolvimento de seu processo formativo;

V - Os resultados das avaliações deverão ser utilizados pelo docente e pelo estudante como meio para a identificação dos avanços e dificuldades dos estudantes, com vistas ao redimensionamento do trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

VI - Para cada componente curricular, com exceção do TCC, do(s) componente(s) curricular(es) específico(s) de extensão e do estágio obrigatório, serão adotadas, no mínimo, três avaliações, observado o disposto no inciso IV;

VII - o docente deverá dar o retorno das atividades avaliativas como parte do processo de ensino aprendizagem no prazo máximo de 15 dias letivos.

A aferição do rendimento acadêmico por conteúdo será feita de forma diversificada e terá como indicador de aprovação ou reprovação uma nota numérica de 0 a 10. Será considerado aprovado na componente curricular o discente que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento). Os estudantes terão direito à revisão do resultado, por requerimento justificado, após a publicação deste, de acordo com calendário acadêmico do *campus*.

Na avaliação dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, o IFB oferecerá adequações aos instrumentos avaliativos e os apoios necessários, previamente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

solicitados pelo estudante, inclusive tempo adicional para realização e entrega de instrumentos avaliativos, conforme as características da deficiência ou outra necessidade específica, respeitando ainda os princípios dos tempos e formas diversas de aprendizagem.

Ademais, serão adotadas estratégias de inserção acadêmica e nivelamento de conhecimentos. Digno de nota, no primeiro semestre do curso, no âmbito do componente curricular *Práticas Integradoras I*, serão realizadas atividades de avaliação diagnóstica e nivelamento de conhecimentos dos ingressantes. Dentre as atividades com este fim estão incluídas: rodas de conversa temáticas, dinâmicas e atividades integradas com outras componentes curriculares, questionários diagnósticos, dentre outras a critério dos docentes. Os docentes poderão adotar tais atividades em outras componentes, caso necessário. Serão garantidos, também, estudos paralelos de recuperação com atendimento docente durante o período letivo. Demais questões que envolvem a avaliação seguirão conforme orientações estabelecidas pela Resolução N° 19/2022-CS/RIFB/IFBRASILIA.

10 INFRAESTRUTURA: INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA

10.1 Instalações

Quadro 5. Instalações do *campus*.

Instalação	Quantidade	Área (m ²)
<i>Campus</i> Estrutural	---	7.967,2 (área construída) 25.054,75 (área do terreno)
Almoxarifado	01	75,0
Auditório	01	332,25
Sala de reunião	01	40,0
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados	17	39,0 (cada)
Biblioteca	01	184,05
Cantina com refeitório	01	82,0
Centro de Formação Tecnológica	01	1.007,57
Espaços de convivência do <i>campus</i>	---	624,2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Espaços de convivência para servidores e terceirizados	02	85,0
Ginásio com quadra poliesportiva e salas de apoio	01	1.093,0
Instalações administrativas	---	1.209,0
Laboratório de Informática	02	120,0
Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde - LAFISIOS	01	40,0
Laboratório de Pesquisa Aplicada e Prática Profissional – PAPPLAB	01	40,0
Laboratório de Matemática	01	60,0
Laboratório de Física	01	40,0
Laboratório de Química e Biologia	01	60,0
Laboratório de criação	01	60,0
Oficina mecânica com laboratórios de mecânica	01	460,0
Salas de coordenação	12	15,0
Sala de docentes	01	60,0
Salas de aula	16	60,0 (cada)
Salas de atendimento a estudantes	04	16,93 (cada)

10.2 Equipamentos

Quadro 6. Equipamentos do *campus*.

Recurso/Equipamento	Quantidade	Localização
Computadores	105	Laboratórios de informática (62), laboratório de matemática (06), laboratório de química e biologia (01), CTF (02), PAPPLAB (01), LAFISIOS (01), salas de aula (12), sala de docentes (09), biblioteca (11)
Computadores	58	Bloco administrativo
Notebooks	02	PAPPLAB (01), LAFISIOS (01)
Projetores <i>data show</i>	18	Salas de aula (12), PAPPLAB (01), LAFISIOS (01), CFT (01), Laboratório de Matemática (01), Laboratórios de informática (02)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Televisores	04	Espaços de convivência (02), PAPPLAB (01), Recepção (01)
Impressoras	08	Sala de docentes e salas de coordenação
Bebedouros	04	Espaços de convivência
Quadros branco	21	Salas de aula, laboratórios e instalações administrativas
Carteira escolar	628	Salas de aula
Modelo anatômico para fins didáticos	02	Laboratório de química e biologia
Materiais diversos para estudos de química e biologia, tais como microscópios, estufas, bombas de vácuo e outros	27	Laboratório de química e biologia
Materiais diversos para estudos de física, tais como sistemas de ensino em movimento circular, ondulatório e outros	35	Laboratório de física
Materiais diversos para estudos de matemática e estatística, tais como jogos, kits, formas geométricas e outros	507	Laboratório de matemática
Equipamentos diversos de oficina mecânica, tais como tornos, elevadores de veículos, motores, ferramentas e outros	135	Oficina Mecânica e CFT
Impressoras 3D	4	PAPPLAB
Máquina de impressão a laser CNC	01	PAPPLAB
Scanner 3D	01	PAPPLAB
Balanças de bioimpedância para composição corporal	03	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Adipômetro	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Sistema de ventilometria portátil Fitcheck	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Ultrassom	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Trenas antropométricas	08	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Estadiômetro	02	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Banco de wells	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Dinamômetro de preensão manual	02	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde

135



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Monitores de frequência cardíaca	06	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Máquina de musculação Puxada alta	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Máquina de musculação supino sentado	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Máquina de musculação cadeira extensora/flexora conjugada	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Máquina de musculação leg press horizontal	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Banco inclinado/declinado para supino	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Esteira ergométrica	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Bicicleta ergométrica	01	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Cronômetros	08	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Suporte para halteres e barras	02	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Barras para musculação	04	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Halteres para musculação	22	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Kits de treinamento funcional com cones, chapéu chinês, escada de agilidade	04	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Bolas de <i>medicine ball</i>	05	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Bola suíça	06	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Colchonetes	35	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Medidor bioquímico portátil de glicose, lactato e perfil lipídico	03	Laboratório de Fisiologia do Exercício e Saúde
Tatame	02	Ginásio
Banco sueco	02	Ginásio
Dardos de atletismo	08	Ginásio
Colchão de atletismo	01	Ginásio
Outros materiais de atletismo como bastões, discos, pesos e bases de corrida	32	Depósito do ginásio
Kits de badminton com raquetes, rede e petecas	35	Ginásio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Kits de tênis de mesa com raquetes, rede bolas	25	Ginásio
Mesa de tênis de mesa	03	Ginásio (02), espaço de convivência (01)
Base para salto em altura com sarrafo	01	Ginásio
Kits de bocha e bocha paralímpica	02	Ginásio
Redes de vôlei, futsal e basquete	07	Ginásio
Kits de rugby com bolas	04	Ginásio
Bolas de handebol	35	Ginásio
Bolas de voleibol e voleibol de praia	25	Ginásio
Bolas de basquetebol	30	Ginásio
Bolas de futebol de campo, praia e futsal	40	Ginásio
Kits de ginástica com bolas, fitas, arcos	10	Ginásio
Materiais diversos como apitos, lousa de treino, bússolas, cinto de tração	20	Ginásio
Uniformes esportivos	60	Ginásio
Cordas de pular	40	Ginásio
Elásticos para treinamento resistido	22	Ginásio

10.3 Biblioteca

A biblioteca conta com 2 (dois) pavimentos, sendo o piso inferior de 112,03 m², e o piso superior 72,02 m². No pavimento inferior encontra-se o acervo físico e no superior estão disponíveis 11 (onze) computadores com acesso à internet e 6 (seis) mesas para estudo coletivo. A Biblioteca conta com os seguintes recursos:

Quadro 7. Recursos da Biblioteca.

Horário de atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Servidores
9h às 21h de segunda a sexta-feira.	17 cabines para estudo individual, das quais 11 possuem computadores.	Cadastro de usuários; Empréstimo domiciliar; Reserva e renovação	Atualmente a equipe é formada por 2 bibliotecários, 1 auxiliar

137



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	6 meses para estudo em grupo ou individual de forma compartilhada.	presencial e online; Devolução de documentos do acervo bibliográfico; Consulta local, além do serviço de treinamentos/ oficinas sobre: O Funcionamento da Biblioteca; Normalização de trabalhos acadêmicos; Referências bibliográficas; Plágio e citação; Artigo científico; Pesquisa bibliográfica; Portal de Periódicos da Capes; Acesso a Bases de dados de acervos digitais assinados pelo IFB (livros eletrônicos e normas técnicas); Elaboração de ficha catalográfica para monografias do curso de graduação do campus; Treinamento de usuários para o uso do sistema da biblioteca (SIABI), Conservação do acervo, e; Depósito dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) digitais e produção científica dos servidores no Repositório Institucional.	de biblioteca e 1 estagiário.
--	--	--	-------------------------------

10.3.1 Acervo

O acervo da Biblioteca é composto por livros, periódicos, CDs, DVDs, normas técnicas e mapas totalizando 4.821 itens. E possui, atualmente, 2.398 títulos que fazem parte da bibliografia básica e complementar dos cursos oferecidos pelo campus e sugestões de compra da comunidade acadêmica. A seguir é possível visualizar o acervo disponível por área do conhecimento:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Quadro 8. Acervo da Biblioteca do *campus* Estrutural por área do conhecimento.

Área do Conhecimento	Títulos	Volumes/ Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	342	1406
Ciências Biológicas	43	93
Engenharias	120	372
Ciências da Saúde	14	21
Ciências Agrárias	11	31
Ciências Sociais Aplicadas	154	378
Ciências Humanas	323	835
Linguística, Letras e Artes	842	1099

O acervo é atualizado anualmente de forma a disponibilizar fontes de informação relacionadas aos cursos oferecidos, atendendo aos programas das disciplinas, solicitações de docentes, discentes e técnicos. A consulta ao acervo é realizada via Internet – *on-line* pelo *site* do sistema utilizado pelas Bibliotecas do IFB - SIABI - siabi.ifb.edu.br, ou por meio da consulta local.

O IFB possui ainda assinatura do Portal de Periódicos da Capes, para acesso a periódicos científicos, que é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais e instituições de ensino e pesquisa no Brasil. São mais de 38 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência.

Possui assinatura também com a base de dados de livros eletrônicos “*Minha Biblioteca*” que abrange mais de 10 mil títulos de *e-books* técnicos e acadêmicos de renomadas editoras do país, em português, divididos em 7 catálogos: Ciências Jurídicas, Ciências Sociais aplicadas, Ciências Exatas, Saúde, Medicina e Odontologia, Ciências Pedagógicas e Letras e Arte, que visa agregar qualidade às atividades de ensino, pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

e extensão, com uma plataforma prática que pode ser usada em computadores, *tablets* e *smartphones*. É formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais, em que os estudantes, professores e profissionais têm acesso rápido, fácil e simultâneo aos títulos.

O catálogo de Saúde da *Minha Biblioteca* conta com mais de 2.500 títulos de referência que abrange os principais e mais atualizados tópicos de todas as carreiras relacionadas às áreas da saúde como: enfermagem, biomedicina, medicina veterinária, psicologia, educação física e esporte, estética e cosmética, farmácia e fisioterapia. E o catálogo de Medicina e Odontologia que conta com mais de 3.300 títulos de referência em que abrange os principais e mais atualizados tópicos de todas as especialidades médicas e cirúrgicas incluindo: anatomia, odontologia, fisiologia, histologia, semiologia médica, cardiologia, medicina de emergência, neurologia, pediatria e demais temas relacionados. E o catálogo de Ciências Pedagógicas conta com mais de 880 títulos de referência que abrange os principais e mais atualizados tópicos de todas as áreas de atuação da pedagogia como: educação infantil, educação corporativa, processo de alfabetização.

Além deste acervo digital de livros, possuímos a assinatura da base de Normas Técnicas “*Target GEDWeb*” que consiste em um Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios que rastreia e atualiza, diária e automaticamente (2x ao dia), regulamentações técnicas, a saber: mais de 17.000 Normas ABNT NBR/NM; mais de 16.000 Normas Internacionais e Estrangeiras; mais de 42.000 Diários Oficiais; Projetos de Norma Brasileira em Consulta Nacional; mais de 13.000 Regulamentos Técnicos/Portarias do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); Normas Regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego); mais de 135.000 Resoluções ANEEL (Agência Nacional do Sistema Elétrico); Procedimentos ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); mais de 125.000 Procedimentos ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); mais de 132.000 Resoluções MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Legislações CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), etc.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

10.4 Acessibilidade

A Biblioteca possui acesso ao 1º andar (piso superior) por elevador e atende à Norma ABNT/NBR Nº 9050, de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, com o espaço mínimo entre as estantes para a movimentação de cadeirante e balcão baixo na área de atendimento (ABNT, 2015). Possui também 1 scanner Alladin Voice que tem a função de realizar a conversão de textos em áudio para alunos com deficiência visual.

O bloco administrativo e o auditório contam com rampas para permitir e facilitar o acesso de Pessoas com Deficiências (PcD) e outras restrições de mobilidade, inclusive permitindo acesso à biblioteca do Campus. O bloco de salas de aula também possui rampas, permitindo a todos os alunos, professores e técnicos administrativos acesso às salas no primeiro andar e aos laboratórios no térreo.

Foi instalado piso tátil que liga a entrada principal do Campus até os diversos setores, tais como: Coordenações de Cursos, Registro Acadêmico, Protocolo e Recepção, garantindo maior autonomia aos deficientes visuais.

O *campus* Estrutural possui também o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE – cuja finalidade é promover a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e, na medida do possível, as atitudinais, de forma a promover inclusão de todos(as) na educação profissional e tecnológica. O núcleo dispõe de equipamentos de tecnologia assistida, como: 3(três) teclados com leitura em braile, 3 (três) kits de lupas de aumento, 20 (vinte) pulsões para escrita em braile, 20 (vinte) regletes, 2 (dois) geoplanos, 1 (uma) bola de basquete com guiso, 1 (uma) bola de futsal com guiso, 18 (dezoito) sorobans, 1 (uma) cadeira de rodas elétrica e 1 (uma) máquina de escrita em braile.

10.5 Recursos a Serem Adquiridos e/ou Atualizados

Não há necessidade de aquisição de recursos para a abertura do curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

11 CORPO TÉCNICO E DOCENTE

Quadro 9. Corpo de servidores que atuarão no curso.

Corpo Docente que Atuará no Curso					
Nome	Área	Titulação	Componente(s) que ministrará no curso	Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Alex Silva Alves	Libras	Mestrado	Libras	40h	Sim
Bruno Feres Bichara Peixoto	Direito	Mestrado	Tópicos especiais em educação física e esportes	40h	Sim
Bruno Silva Costa	Administração	Doutorado	Fundamentos de gestão aplicados à educação	40h	Sim
Daniela Veiga de Oliveira	Ciência da computação	Mestrado	Informática e linguagens digitais	40h	Sim
Edilberto Moura da Fonseca	Geografia	Mestrado	Fundamentos da educação	40h	Sim
Aline Auxiliadora Tireli	Química	Doutorado	Biologia e bioquímica aplicada	40h	Sim
Giano Luis Copetti	Educação Física	Mestrado	Esportes de invasão; Ginásticas e condicionamento físico; Esportes de marca; Práticas integradoras III; Prática desportiva; Práticas de ensino, pesquisa e extensão I	40h	Sim
Guilherme Lins de Magalhães*	Educação Física	Doutorado	Fundamentos históricos e antropológicos da educação física; Lutas e esportes de combate; Crescimento, desenvolvimento e aprendizagem humana; Metodologia da educação física na educação infantil e ensino fundamental; Metodologia da educação física no ensino médio e EJA; Aspectos étnicos e socioculturais na educação física e esportes; Estágio Supervisionado	40h	Sim
André Bonadias Gadelha*	Educação Física	Doutorado	Jogos, brincadeiras e cultura popular; Práticas corporais de aventura; Ritmo e danças; Didática; Estágio Supervisionado I; Atividades aquáticas; TCC; Práticas de ensino, pesquisa e extensão IV	40h	Sim
Maurilio Tiradentes Dutra	Educação Física	Doutorado	Práticas Integradoras II; Anatomia e fisiologia humana; Fisiologia do exercício; Cinesiologia e biomecânica; Estágio Supervisionado; Elaboração de projeto de	40h	Sim



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

			pesquisa; Práticas de ensino, pesquisa e extensão II		
Najla Fouad Saghie	Letras	Doutorado	Leitura e produção de textos	40h	Sim
Evelyn Helena Nunes Silva	Matemática	Mestrado	Bioestatística	40h	Sim
Pedro Ferreira Alves de Oliveira*	Educação Física	Doutorado	Introdução à educação física e ética profissional; Medidas e avaliação em educação física; Práticas integradoras I e IV; Inclusão na educação e na educação física; Esportes de Rede; Metodologia científica; Estágio supervisionado; Práticas de ensino, pesquisa e extensão III	40h	Sim
Rodrigo Mendes da Silva	Geografia	Mestrado	Política e organização da educação brasileira;	40h	Sim
Victor Henrique Rodrigues Borba	Letras	Mestrado	Inglês para a Educação Física	40h	Sim

Pessoal Técnico que Atuará no Curso

Nome	Cargo	Setor
Ana Carolina Regis Matos	Assistente em Administração	Registro acadêmico
Aline Yasnara Soares Feitosa	Pedagoga	Coordenação pedagógica
Andrea Almeida Galiza	Técnico em Secretariado	Coordenação de assistência estudantil
Gabriel Peres de Oliveira	Assistente em Administração	Registro acadêmico
Ieda Fernandes Braga	Técnico em Secretariado	Registro acadêmico
Jamerson Paula Souza	Assistente de aluno	Coordenação de assistência estudantil
Luísa Meirelles de Souza Modesto	Psicóloga	Coordenação de assistência estudantil
Marcio Odair Dias	Assistente de aluno	Coordenação de assistência estudantil
Lara Batista Carneiro Botelho	Bibliotecário	Coordenação de Biblioteca
Walisson Marques Marinho de Oliveira	Bibliotecário	Coordenação de Biblioteca
Wendel Raycon Borges Moura	Auxiliar de biblioteca	Coordenação de Biblioteca
Wellington Rubens Marciel	Assistente em Administração	Registro acadêmico
Samuel Gabriel Assis	Assistente social	Coordenação de assistência estudantil
Nádia de Matos Franco	Técnico em assuntos educacionais	Coordenação pedagógica
Nayara de Paula Martins Silva	Técnico em assuntos educacionais	Coordenação pedagógica

143



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Shirley Pereira Gomes	Técnico em assuntos educacionais	Coordenação pedagógica
Wellyelton Gualberto de Brito Rodrigues	Técnico de tecnologia da informação	Direção de administração e planejamento

Os docentes listados e marcados com o asterisco (*) ainda não estão lotados no *campus* Estrutural. Contudo o *campus* possui três códigos de vaga em tela e todos serão utilizados para a abertura da Licenciatura em Educação Física, conforme mencionado no item 3.5 “Consultas com a comunidade”. Os docentes Guilherme Magalhães e Pedro Oliveira estão classificados em Edital de remoção interna (nº 05/2023), ao passo que a redistribuição do docente André Gadelha está em andamento, conforme o processo SUAP nº 23510.000660.2024-11.

12 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS

Será concedido ao estudante concluinte o diploma de Graduação - Licenciatura em Educação Física, acompanhado de histórico escolar. Os diplomas e respectivos históricos serão expedidos em conformidade com o § 3º do art. 2º da Lei nº 11.892/2008. Para fazer jus ao diploma, o estudante deverá ter integralizado toda a carga horária prevista neste PPC, assim como ter a frequência mínima exigida, ter sido aprovado no TCC, estar com a situação regular com relação ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e ter participado da colação de grau.

13 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos será realizado conforme a Política de Acompanhamento de Egressos do IFB (Anexo da Resolução nº 43/2018). Poderá ser feito mediante consulta ao currículo Lattes do egresso, pode-se manter contato via e-mail ou telefone com o discente, no intuito de mantê-lo informado sobre eventos acadêmicos, assim como oportunidades de trabalho.

Será implementado um banco de dados de registro e acompanhamento de egressos contendo informações sobre atividades acadêmicas e profissionais desenvolvidas após a conclusão do curso. Os dados serão obtidos em consultas realizadas conforme descrito



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

acima junto aos egressos do curso e registrados em ferramentas específicas, tais como planilhas e armazenamento virtual. As consultas serão feitas anualmente pela coordenação do curso com auxílio do registro acadêmico do campus.

Nesta mesma periodicidade, será realizado o encontro anual de egressos do curso, visando a avaliação da formação por eles alcançada, troca de experiências e de oportunidades de trabalho por meio de rodas de conversa, palestras, divulgações ou outras atividades acadêmicas. Outras alternativas de acompanhamento de egressos poderão ser criadas com vistas ao desenvolvimento profissional do egresso, desde que respaldadas pela Política de Acompanhamento de Egressos do IFB.

14 REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3ª ed. 2015.

BLOOM; S., B. Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

BRASIL. Câmara Legislativa. Decreto nº 82711 de 23 de novembro de 1978.

_____. Câmara Legislativa. Decreto nº 60731 de 19 de maio de 1967.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 18/06/2024.

_____. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 3ª ed. 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação superior. Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 4, de 03/06/2024.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 283 de 21 de maio de 2020.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2117 de 06 de dezembro de 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Portaria nº 13/2021 – RIFB/IFBRASILIA.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Resolução nº 15/2022 – CS/RIFB/IFBRASILIA.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Resolução nº 16/2016 – CS/RIFB/IFBRASILIA.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Resolução nº 19/2022 – CS/RIFB/IFBRASILIA.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Resolução nº 28/2023 – CS/RIFB/IFBRASILIA.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Resolução nº 35/2019 – CS/RIFB/IFBRASILIA.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Anexo da Resolução nº 43/2018 – RIFB/IFBRASILIA.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Resolução nº 47/2020 – RIFB/IFBRASILIA.

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação. Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do PNE. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

_____. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em dezembro de 2023.

_____. Ministério da Educação. Sistema e-MEC de regulação do ensino superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em dezembro de 2023.

_____. Ministério de Educação. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

_____. Presidência da República. Lei nº 14597, de 14 de junho de 2023.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007.

_____. Presidência da República. Lei nº 13146 de 6 de julho de 2015.

_____. Presidência da República. Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5622 de 19 de dezembro de 2005.

_____. Presidência da República. Decreto nº 9057 de 25 de maio de 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília, 1997.

_____. Senado Federal. Lei nº 14579 de 10 de maio de 2023.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Tabela de áreas do conhecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Disponível em https://www.cebraspe.org.br/vestibulares/VESTUNB_24. Acesso em dezembro de 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CONFEEF. Conselho Federal de Educação Física. Resolução nº 046 de 18 de fevereiro de 2002.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola**: implicações para a prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 4ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC, 2000.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. Pesquisa Distrital por amostra de domicílios – PDAD 2021. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/SCIA-2021.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2023.

_____. Decreto nº 11921 de 25 de outubro de 1989.

_____. Lei nº 3.315 de 27 de janeiro de 2004.

_____. Lei Complementar nº 715, de 24 de janeiro de 2006.

_____. Lei Complementar nº 530, de 20 de janeiro de 2002.

_____. Portaria nº 129 de 18 de julho de 2000.

_____. SEEDF. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Censo Escolar 2022. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/escolas-distrito-federal/>. Acesso em dezembro 2023.

_____. SEEDF. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Centro de Iniciação Desportiva (CID). Disponível em: <https://www.df.gov.br/centro-de-iniciacao-desportiva-cid/>. Acesso em dezembro 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015, citado por: Wikipedia. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Integrada_de_Developimento_do_Distrito_Federal_e_Entorno. Acesso em dezembro de 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em fevereiro de 2024.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2023. Ano base 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em dezembro de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL DE MINAS. Campus Muzambinho. Licenciatura em Educação Física. Disponível em: <https://cursos.muz.ifsuldeminas.edu.br/educacao-fisica-lic>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, I. M. de L (Org.). **Intervenção profissional e formação superior em Educação Física**: articulação necessária para a qualidade do exercício profissional. CONFEEF, 2015.

OCDE. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE. **Education at a glance 2018: OECD indicators**. OECD Publishing, Paris, 2018. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-en>.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte**. 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_por. Acesso em 26/02/2024.

Documento Digitalizado Público

PPC licenciatura Educação Física

Assunto: PPC licenciatura Educação Física
Assinado por: Maurilio Dutra
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maurilio Tiradentes Dutra, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 30/08/2024 09:15:06.

Este documento foi armazenado no SUAP em 30/08/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 619010

Código de Autenticação: 24af9402b9

